

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 511, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 996/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.410, de 4 de março de 2024, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Mariana, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Brasília, 3 de setembro de 2024.

EM nº 00220/2024 MCOM

Brasília, 22 de Março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria MCOM nº 12410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a outorga da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24), executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/03/2024 | Edição: 53 | Seção: 1 | Página: 16

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.410, DE 4 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal,

Considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

§ 1º A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1078/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6061393** e o código CRC **AB1FF37F** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIANA
ESTADO DO PARANÁ
Exercício: 2013

ALVARÁ DE LICENÇA N.º 007/2002

2ª VIA

De acordo com o despacho no requerimento protocolado nº 620/2013 de 21/03/2013, é autorizada a concessão da Licença prevista na Lei nº 435/94 - Artigo 73 de 07/12/1994, para o estabelecimento abaixo:

Número do Cadastro: 00002138

Nome da Firma ou Razão Social: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA

C.N.P.J. / C.P.F. N.º 0..-

ÁREA UTILIZADA(M2) 0,00

ENDEREÇO: PRACA GETULIO VARGAS

N.º 200

BAIRRO: CENTRO

COMP.:

Setor Econômico: ASSOCIAÇÃO

Atividade/Ramo: RÁDIO COMUNITARIA

Nome Fantasia: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA

Santa Mariana, 21 de março de 2013.


NELSON PAULINO LEITE JUNIOR

Diretor do Depto. de Administração


JORGE RODRIGUES NUNES
Prefeito

OBSERVAÇÕES: Sempre que houver alteração que modifique a categoria do estabelecimento, nome da firma ou mudança de endereço, o licenciado deverá apresentar este título para efeito de registro. Este ALVARÁ é pessoal insuscetível e deverá ser afixado obrigatoriamente em local visível do estabelecimento.

Rua Antonio Manoel dos Santos nº 151 - Fone (043) 3531-1144 - Fax (043) 3531-1544

Caixa Postal 03 - CEP 86.350-000

E-mail: rubiadm@santamariana.pr.gov.br

AO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

A pessoa jurídica denominada Associação Cultural de Santa Mariana, com sede e foro nesta cidade, na Praça Getúlio Vargas, nº 200, vem através de seu representante legal, abaixo assinado, **Benedito Roberto de Godoy**, requerer a V.S.^a o registro e arquivamento da Ata datada de 08/06/2021, devidamente assinada e rubricada por quem de direito, da qual anexa 3 (três) vias de igual teor e forma, nos termos do artigo 121 da Lei 6.015/73.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Santa Mariana-PR, 10 de Junho de 2021.



Presidente

Benedito Roberto de Godoy

← STA. MARIANA - PR

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

Rua Alberto Spácola, 195 - Santa Mariana - Paraná -
Fone/Fax: (43) 3534-1248 - Email: courascorreo@hotmail.com
Selo Digital: 1089hvzDus05xlrZg2ULgE2AY
Consulte o selo em: <http://forum.lunabem.com.br/consulta>

Reconheço por ser verdadeira a assinatura de BENEDITO ROBERTO DE GODOY (2380) Doc. 19

Emo. R\$4,71 (VRC 3* 73), P. 10,5, Selo R\$0,90, FUNDEP R\$0,21 Total R\$5,87

SANTA MARIANA-PR, 11 de Junho de 2021

Em Teor da Verdade

Três vias arquivadas no prazo
(Tabela 5, consulta)



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA

Aos 08 de Junho de dois mil e vinte e um, às vinte horas e 30 minutos, em segunda chamada, atendendo o Edital de Convocação de 24/05/2021, nesta Cidade, na Praça Getúlio Vargas, nº 200, reuniram-se os associados da Associação Cultural de Santa Mariana, descritos e assinados na lista de presenças em anexo, nos termos do estatuto em vigor, para deliberarem quanto a: ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA; COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL e a CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, CONFORME LEI 9612/98. Assumiu a direção dos trabalhos, o Presidente Sr. Henrique de Souza Alberini conforme disposição estatutária, e a Secretária Geral, a Senhora Ilma Maria Batista Massan. Após constatar o quorum estabelecido no estatuto social vigente, o Senhor Presidente, declarou regularmente instalada a Assembléia Geral, e informou sobre a necessidade de se constituir nova diretoria para a Associação, assim como, a de se constituir um Conselho Comunitário, nos moldes da Lei 9612/98, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora e realizar relatório de avaliação periódico da mesma, que foi aprovado por unanimidade. Considerando a Pandemia Mundial de Covid-19, em razão da disseminação do vírus Sars-CoV-2, a assembleia ocorreu por meio de videoconferência, pelo Google Meet, por meio do link disponibilizado no edital de convocação da assembleia <https://meet.google.com/btv-mfh-nbz> e as assinaturas foram colhidas com horário agendado individualmente, para o comparecimento dos associados na sede desta Associação. Em seguida, o Senhor Presidente apresentou à Assembléia os candidatos aos cargos de diretores, membros do Conselho Fiscal e membros do Conselho Comunitário, os quais foram eleitos por unanimidade, ficando com a seguinte composição a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho Comunitário da Associação:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente – Benedito Roberto de Godoy, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo Aposentado, portador do RG nº 7.610.917-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 961.430.968-72, residente e domiciliado na Rua Francisco Avilés, nº 336, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Vice Presidente – Henrique de Souza Alberini, brasileiro, solteiro, jornalista, portador do RG nº 8.971.854-6, SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 050.802.469-28, residente e domiciliado na Rua Etelvina França Machado, nº 138, Centro, na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Secretária Geral – Luzia Márcia Aleixo, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 3.909.635-8, inscrita no CPF/MF sob nº 550.211.909-20, residente e domiciliada na Rua Henrique Spagolla, nº 807, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Segundo Secretário – Ilma Maria Batista Massan, brasileira, casada, Caixa, portadora do RG nº 2.012.243-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 587.735.769-72, residente e domiciliada à Rua Liberato Spagolla, nº 1426, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Tesoureiro – Claudemir Paulo de Souza, brasileiro, casado, motorista, portador do RG nº 3.552.067-8, inscrito no CPF/MF sob nº 447.268.309-10,

Carmen

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

residente e domiciliado na Rua Henrique Spagolla, nº 1202, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

CONSELHO FISCAL

1. Conselheiro – Aristeu Rulz, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 1.428.446-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 234.726.939-04, residente e domiciliado na Rua Liberato Spagolla, nº 1524, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

2. Conselheiro – Herellio Bassi, brasileiro, viúvo, agricultor, portador do RG nº 641.416-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 204.069.409-91, residente e domiciliado na Rua Primo Bassi, nº 575, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

3. Conselheiro – Carmen Aparecida Silva Gonçalves, brasileira, casada, cozinheira, portadora do RG nº 7.406.209-1, inscrita no CPF/MF sob nº 937.426.309-20, residente e domiciliada na Rua Coronel Francisco Moreira da Costa, nº 417, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

1º Suplente – Helena Valério Martins Floriano, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 1.484.564-0, inscrita no CPF/MF sob nº 362.498.829-87, residente e domiciliada na Rua Shigueta Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

2º Suplente – Luiz Carlos Floriano, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 2.169.325-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 362.498.829-87, residente e domiciliado na Rua Shigueta Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

3º Suplente – André Luiz Floriano, brasileiro, solteiro, maior de idade, servidor público municipal, portador do RG nº 7.307.283-2-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 006.357.739-96, residente e domiciliado na Rua Shigueta Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

CONSELHO COMUNITARIO

Sandra Bavaresco, brasileira, divorciada, professora, Diretora da APAE de Santa Mariana, portadora do RG nº 3.559.806-5-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 717.277.289-04, residente e domiciliada na Av. Antônio Pereira Lima, nº 635, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Anselmo José Bernardelli, portador do RG nº 1.694.813-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 367.580.789-49, residente e domiciliado na Avenida Antônio Pereira Lima, nº 1125, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Heitor Uzae de Souza, portador do RG nº 10.671.403-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 070.828.939-81, residente e domiciliado na Rua Liberato Spagolla, nº 703, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Carmen

SS

B

[Handwritten signature]

Aiza de Matos Silva, portadora do RG nº 21.931.126 - 2 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 149.319.678-25, residente e domiciliada na Rua Laura Merchione Spagolla 352 Apartamento 202B, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Edivaldo Ribeiro, brasileiro, casado, empresário, Presidente da Associação Comercial de Santa Mariana, portador do RG nº 5.584.382-1-SSP/PR, portador do CPF/MF sob nº 793.332.739-72, residente e domiciliado na Rua Laura Merchione Spagolla, nº 53, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Após a formação da nova Diretoria e Conselhos, a advogada Danieli A. C. Leite, inscrita na OAB/PR 53.559, esclareceu sobre a importância do Conselho Comunitário, suas funções e deveres dos seus membros, principalmente quanto à elaboração de relatório periódico de avaliação sobre a grade de programação da emissora. Que será marcada reunião ainda nesta semana para passar as orientações quanto à realização e entrega do relatório. Concluídos os trabalhos, o Senhor Presidente, empossou os eleitos, para gestão que tem início na presente data e término em 07 de Junho de 2025, permitida uma recondução. Finalmente o Senhor Presidente, passou a palavra para quem quisesse se manifestar, e na ausência de manifesto e nada mais havendo a tratar agradeceu a presença de todos, deu por encerrada a presente Assembleia Geral, e determinou a mim que servi como Secretária que lavrasse a presente Ata e levasse a registro junto aos Órgãos Públicos competentes, para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente vai por mim e pelo Senhor Presidente assinada como sinal de sua aprovação.

Santa Mariana, 08 de Junho de 2021.

Henrique de Souza Alberini
Presidenta
[Assinatura]
Secretária Geral
[Assinatura]
Presidente eleito

DEMAIS EMPOSSADOS

[Assinatura]
Presidente - Benedito Roberto de Godoy

assinatura

Henrique de Souza Alberini
Vice Presidente - Henrique de Souza Alberini

assinatura

• Rua Alberto Boegling, 185 - Santa Vitoria - Paraná
 CEP: 84.131-953-1206 - E-mail: impressoes@impressoesdigital.com.br
 Site Digital: www.impressoesdigital.com.br
 Contato: 030 3000 1110 (11h às 18h) - 030 3000 1111 (18h às 22h)

Resposta por comparação de as
CARMEN APARECIDA SILVA GONÇALVES (11/71) 2064
Em R\$ 89,43 VRC 21 21 Funt. R\$ 10,00 SBC R\$ 10,00 PLCEP 210,47 Total R\$ 119,43
SANTA MARIA/RS 12 de JUNHO de 2021
Em Teste
Ca Verdade

~~Folge Kordune Deuz
I Eschvorte Wunichdt:~~



TABELA MONTE DE NOTAS E PREÇOS EST 20
Trilha Radial Ubes dos Prazeres - Tabella
Rua Osório Soares, 185 - Centro - Caixa Postal 14
Fone: 165 431-1249 / (43) 99648-6004
CEP 39.550-000 - Santa Mariana - PR

Rua Adolpho Bragato, 185 - 8º/11º andar - Paraná -
 Fone/Fax: (41) 3331-1243 - E-mail: ol@ol.com.br
 Site: www.ol.com.br
 1996-99 504 - www.1996-99.com.br

Reconheço por este documento a assinatura de ANSELMO JOSÉ BERNARDELLI (655) e o total R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) em nome de SAMUEL BERNARDELLI, filho de SAMUEL BERNARDELLI e MARIA DO CARMO BERNARDELLI, nascido em 15/05/1985, RG nº 1.700.000-0, CPF nº 123.456.789-0, residente e domiciliado em Rua das Flores, nº 123, Jd. Primavera, São Paulo/SP, CEP 05400-000.

1. ~~Page 1009: 93 line 7~~
 2. ~~1009: 93 line 7~~



Serviço Registro Civil Títulos e
 Documentos e Passaportes Jurídica e
 Santa Mariana - Paraná
 Vencido: R\$ 1.000,00
 Cálculo: Descontado



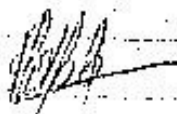
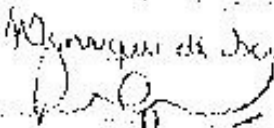
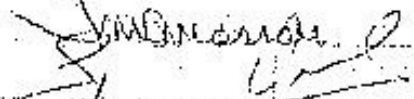
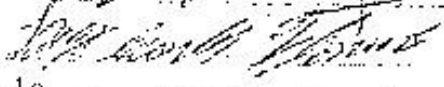
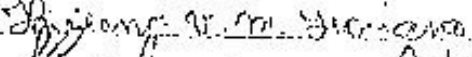
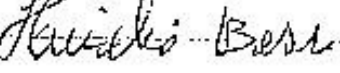
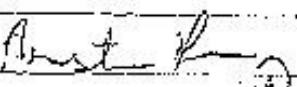
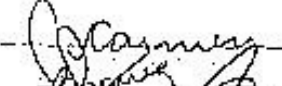




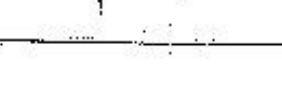
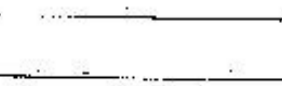


<https://sulo.funari.pcn.com.br>

ORIGINAL

File No. 221

Person jurídica

LISTA DE PRESENCAS DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE ELEICAO
DE NOVA DIRETORIA DA ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
ASSOCIADOS

NOME	ASSINATURA
Benedito Roberto de Godoy	
Henrique de Souza Alberini	
Luzia Márcia Aleixo	
Ima Maria Batista Massan	
Claudemir Paulo de Souza	
Luiz Carlos Floriano	
Helena Valério Martins Floriano	
André Luiz Floriano	
Hercílio Bassi	
Aristeu Ruiz	
Carmen Aparecida Silva Gonçalves	
Sandra Bavaresco	
Anselmo José Bernardelli	
Heitor Uzae de Souza	
Aiza de Matos Silva	
Edivaldo Ribeiro	

Santa Mariana-PR, 08 de Junho de 2021.

Presidente

STA. MARIANA - 1

TABLE 1. OMI AND DEMYSTAS = PROTEST

Ed. 1974. 2.ª ed. 1975. 3.ª ed. 1976. 4.ª ed. 1977. 5.ª ed. 1978. 6.ª ed. 1979. 7.ª ed. 1980. 8.ª ed. 1981. 9.ª ed. 1982. 10.ª ed. 1983. 11.ª ed. 1984. 12.ª ed. 1985. 13.ª ed. 1986. 14.ª ed. 1987. 15.ª ed. 1988. 16.ª ed. 1989. 17.ª ed. 1990. 18.ª ed. 1991. 19.ª ed. 1992. 20.ª ed. 1993. 21.ª ed. 1994. 22.ª ed. 1995. 23.ª ed. 1996. 24.ª ed. 1997. 25.ª ed. 1998. 26.ª ed. 1999. 27.ª ed. 2000. 28.ª ed. 2001. 29.ª ed. 2002. 30.ª ed. 2003. 31.ª ed. 2004. 32.ª ed. 2005. 33.ª ed. 2006. 34.ª ed. 2007. 35.ª ed. 2008. 36.ª ed. 2009. 37.ª ed. 2010. 38.ª ed. 2011. 39.ª ed. 2012. 40.ª ed. 2013. 41.ª ed. 2014. 42.ª ed. 2015. 43.ª ed. 2016. 44.ª ed. 2017. 45.ª ed. 2018. 46.ª ed. 2019. 47.ª ed. 2020. 48.ª ed. 2021. 49.ª ed. 2022. 50.ª ed. 2023. 51.ª ed. 2024. 52.ª ed. 2025. 53.ª ed. 2026. 54.ª ed. 2027. 55.ª ed. 2028. 56.ª ed. 2029. 57.ª ed. 2030. 58.ª ed. 2031. 59.ª ed. 2032. 60.ª ed. 2033. 61.ª ed. 2034. 62.ª ed. 2035. 63.ª ed. 2036. 64.ª ed. 2037. 65.ª ed. 2038. 66.ª ed. 2039. 67.ª ed. 2040. 68.ª ed. 2041. 69.ª ed. 2042. 70.ª ed. 2043. 71.ª ed. 2044. 72.ª ed. 2045. 73.ª ed. 2046. 74.ª ed. 2047. 75.ª ed. 2048. 76.ª ed. 2049. 77.ª ed. 2050. 78.ª ed. 2051. 79.ª ed. 2052. 80.ª ed. 2053. 81.ª ed. 2054. 82.ª ed. 2055. 83.ª ed. 2056. 84.ª ed. 2057. 85.ª ed. 2058. 86.ª ed. 2059. 87.ª ed. 2060. 88.ª ed. 2061. 89.ª ed. 2062. 90.ª ed. 2063. 91.ª ed. 2064. 92.ª ed. 2065. 93.ª ed. 2066. 94.ª ed. 2067. 95.ª ed. 2068. 96.ª ed. 2069. 97.ª ed. 2070. 98.ª ed. 2071. 99.ª ed. 2072. 100.ª ed. 2073. 101.ª ed. 2074. 102.ª ed. 2075. 103.ª ed. 2076. 104.ª ed. 2077. 105.ª ed. 2078. 106.ª ed. 2079. 107.ª ed. 2080. 108.ª ed. 2081. 109.ª ed. 2082. 110.ª ed. 2083. 111.ª ed. 2084. 112.ª ed. 2085. 113.ª ed. 2086. 114.ª ed. 2087. 115.ª ed. 2088. 116.ª ed. 2089. 117.ª ed. 2090. 118.ª ed. 2091. 119.ª ed. 2092. 120.ª ed. 2093. 121.ª ed. 2094. 122.ª ed. 2095. 123.ª ed. 2096. 124.ª ed. 2097. 125.ª ed. 2098. 126.ª ed. 2099. 127.ª ed. 2100. 128.ª ed. 2101. 129.ª ed. 2102. 130.ª ed. 2103. 131.ª ed. 2104. 132.ª ed. 2105. 133.ª ed. 2106. 134.ª ed. 2107. 135.ª ed. 2108. 136.ª ed. 2109. 137.ª ed. 2110. 138.ª ed. 2111. 139.ª ed. 2112. 140.ª ed. 2113. 141.ª ed. 2114. 142.ª ed. 2115. 143.ª ed. 2116. 144.ª ed. 2117. 145.ª ed. 2118. 146.ª ed. 2119. 147.ª ed. 2120. 148.ª ed. 2121. 149.ª ed. 2122. 150.ª ed. 2123. 151.ª ed. 2124. 152.ª ed. 2125. 153.ª ed. 2126. 154.ª ed. 2127. 155.ª ed. 2128. 156.ª ed. 2129. 157.ª ed. 2130. 158.ª ed. 2131. 159.ª ed. 2132. 160.ª ed. 2133. 161.ª ed. 2134. 162.ª ed. 2135. 163.ª ed. 2136. 164.ª ed. 2137. 165.ª ed. 2138. 166.ª ed. 2139. 167.ª ed. 2140. 168.ª ed. 2141. 169.ª ed. 2142. 170.ª ed. 2143. 171.ª ed. 2144. 172.ª ed. 2145. 173.ª ed. 2146. 174.ª ed. 2147. 175.ª ed. 2148. 176.ª ed. 2149. 177.ª ed. 2150. 178.ª ed. 2151. 179.ª ed. 2152. 180.ª ed. 2153. 181.ª ed. 2154. 182.ª ed. 2155. 183.ª ed. 2156. 184.ª ed. 2157. 185.ª ed. 2158. 186.ª ed. 2159. 187.ª ed. 2160. 188.ª ed. 2161. 189.ª ed. 2162. 190.ª ed. 2163. 191.ª ed. 2164. 192.ª ed. 2165. 193.ª ed. 2166. 194.ª ed. 2167. 195.ª ed. 2168. 196.ª ed. 2169. 197.ª ed. 2170. 198.ª ed. 2171. 199.ª ed. 2172. 200.ª ed. 2173. 201.ª ed. 2174. 202.ª ed. 2175. 203.ª ed. 2176. 204.ª ed. 2177. 205.ª ed. 2178. 206.ª ed. 2179. 207.ª ed. 2180. 208.ª ed. 2181. 209.ª ed. 2182. 210.ª ed. 2183. 211.ª ed. 2184. 212.ª ed. 2185. 213.ª ed. 2186. 214.ª ed. 2187. 215.ª ed. 2188. 216.ª ed. 2189. 217.ª ed. 2190. 218.ª ed. 2191. 219.ª ed. 2192. 220.ª ed. 2193. 221.ª ed. 2194. 222.ª ed. 2195. 223.ª ed. 2196. 224.ª ed. 2197. 225.ª ed. 2198. 226.ª ed. 2199. 227.ª ed. 2200. 228.ª ed. 2201. 229.ª ed. 2202. 230.ª ed. 2203. 231.ª ed. 2204. 232.ª ed. 2205. 233.ª ed. 2206. 234.ª ed. 2207. 235.ª ed. 2208. 236.ª ed. 2209. 237.ª ed. 2210. 238.ª ed. 2211. 239.ª ed. 2212. 240.ª ed. 2213. 241.ª ed. 2214. 242.ª ed. 2215. 243.ª ed. 2216. 244.ª ed. 2217. 245.ª ed. 2218. 246.ª ed. 2219. 247.ª ed. 2220. 248.ª ed. 2221. 249.ª ed. 2222. 2223.ª ed. 2224.ª ed. 2225.ª ed. 2226.ª ed. 2227.ª ed. 2228.ª ed. 2229.ª ed. 2230.ª ed. 2231.ª ed. 2232.ª ed. 2233.ª ed. 2234.ª ed. 2235.ª ed. 2236.ª ed. 2237.ª ed. 2238.ª ed. 2239.ª ed. 2240.ª ed. 2241.ª ed. 2242.ª ed. 2243.ª ed. 2244.ª ed. 2245.ª ed. 2246.ª ed. 2247.ª ed. 2248.ª ed. 2249.ª ed. 2250.ª ed. 2251.ª ed. 2252.ª ed. 2253.ª ed. 2254.ª ed. 2255.ª ed. 2256.ª ed. 2257.ª ed. 2258.ª ed. 2259.ª ed. 2260.ª ed. 2261.ª ed. 2262.ª ed. 2263.ª ed. 2264.ª ed. 2265.ª ed. 2266.ª ed. 2267.ª ed. 2268.ª ed. 2269.ª ed. 2270.ª ed. 2271.ª ed. 2272.ª ed. 2273.ª ed. 2274.ª ed. 2275.ª ed. 2276.ª ed. 2277.ª ed. 2278.ª ed. 2279.ª ed. 2280.ª ed. 2281.ª ed. 2282.ª ed. 2283.ª ed. 2284.ª ed. 2285.ª ed. 2286.ª ed. 2287.ª ed. 2288.ª ed. 2289.ª ed. 2290.ª ed. 2291.ª ed. 2292.ª ed. 2293.ª ed. 2294.ª ed. 2295.ª ed. 2296.ª ed. 2297.ª ed. 2298.ª ed. 2299.ª ed. 2300.ª ed. 2301.ª ed. 2302.ª

Lei: 13.228 de 18/07/2001

SELO
FUNARPPEN

TABELIONATO
DE
NOTAS
FDW25676

SELO DE AUTENTICAÇÃO E PROTESTO DE TÍTULOS
Rua Alberto Spagolla, 185 - Caixa Postal 064
Fone/Fax (43) 3531-1248 - CEP 06350-000
Santa Mariana - Paraná

Certifico que contem a presente fotocópia com o seu original do que me
reporto e dou fé, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma
pagina o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue à parte de
conformidade com a instrução Norma nº 006/2003, do
Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

EM TESTE

Santa Mariana,

26 FEB 2015

VÁLIDO FRENTE E VERSO
DA VERDADE

☐ Bel. Anibal Moreira Rocha Loures
Tabelião
☐ Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto
☐ Thaila Rodrigues dos Prazeres
Escrivã

Thiago Henrique Uzai
Escrivente Autorizado

Lei: 13.228 de 18/07/2001

SELO
FUNARPPEN

TABELIONATO
DE
NOTAS
FDW25677

SELO DE AUTENTICAÇÃO E PROTESTO DE TÍTULOS
Rua Alberto Spagolla, 185 - Caixa Postal 064
Fone/Fax (43) 3531-1248 - CEP 06350-000
Santa Mariana - Paraná

Certifico que contem a presente fotocópia com o seu original do que me
reporto e dou fé, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma
pagina o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue à parte de
conformidade com a instrução Norma nº 006/2003, do
Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

EM TESTE

Santa Mariana,

26 FEB 2015

VÁLIDO FRENTE E VERSO
DA VERDADE

☐ Bel. Anibal Moreira Rocha Loures
Tabelião
☐ Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto
☐ Thaila Rodrigues dos Prazeres
Escrivã

Thiago Henrique Uzai
Escrivente Autorizado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

NOME

CLAUDEMIR DA SILVA SOUZA

REGIÃO

IZAULINO DA SILVA SOUZA

MARIA DE LIMA SOUZA

DATA DE NASCIMENTO

23/06/1961

08/12/1961

3.552.067-16



12/12/78

HELENA MARCO ANTÔNIO DE

BRASILEIRO

CAVALDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS



POLEGAR DIREITO



REPUBLICA DE CHILE

REPUBLICA DE CHILE

[Handwritten signature]

A black and white photograph of a Brazilian identification card (Cartão de Identificação Nacional). The card is oriented vertically. On the left side, the text "CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO NACIONAL" is printed vertically. On the right side, the text "POLÍCIA FEDERAL" is printed vertically. The central area contains a portrait of a man with short, dark hair, wearing a dark shirt. Above the portrait is a large, dark, oval-shaped fingerprint. To the right of the fingerprint, the text "POLÍCIA FEDERAL" is printed. A signature is visible on the left side of the card, written over a horizontal line. The card is set against a dark, textured background.[illegible]



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.575.068/0001-24 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/06/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO PC GETULIO VARGAS	NÚMERO 200	COMPLEMENTO *****
CEP 86.350-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SANTA MARIANA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/06/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/12/2021** às **10:01:39** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.575.068/0001-24
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	BENEDITO ROBERTO DE GODOY
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/12/2021 às 10:02 (data e hora de Brasília).

Lei: 13.228 de 18/07/2001

SELO
FUNARPPEN

TABELIONATO
DE
NOTAS
FDW25676

SELO DE AUTENTICAÇÃO E PROTESTO DE TÍTULOS
Rua Alberto Spagolla, 185 - Caixa Postal 064
Fone/Fax (43) 3531-1248 - CEP 06350-000
Santa Mariana - Paraná

Certifico que contem a presente fotocópia com o seu original do que me
reporto e dou fé, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma
pagina o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue à parte de
conformidade com a instrução Norma nº 006/2003, do
Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

EM TESTE

Santa Mariana,

26 FEV 2015

VÁLIDO FRENTE E VERSO
DA VERDADE

☐ Bel. Anibal Moreira Rocha Loures
Tabelião
☐ Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto
☐ Thaila Rodrigues dos Prazeres
Escrivã

Thiago Henrique Uzai

Escrevente Autorizado

Lei: 13.228 de 18/07/2001

SELO
FUNARPPEN

TABELIONATO
DE
NOTAS
FDW25677

SELO DE AUTENTICAÇÃO E PROTESTO DE TÍTULOS
Rua Alberto Spagolla, 185 - Caixa Postal 064
Fone/Fax (43) 3531-1248 - CEP 06350-000
Santa Mariana - Paraná

Certifico que contem a presente fotocópia com o seu original do que me
reporto e dou fé, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma
pagina o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue à parte de
conformidade com a instrução Norma nº 006/2003, do
Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

EM TESTE

Santa Mariana,

26 FEV 2015

VÁLIDO FRENTE E VERSO
DA VERDADE

☐ Bel. Anibal Moreira Rocha Loures
Tabelião
☐ Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto
☐ Thaila Rodrigues dos Prazeres
Escrivã

Thiago Henrique Uzai

Escrevente Autorizado

REAVISO

VALDIR ESCHIEZARO

R HENRIQUE SPAGOLLA
HENRIQUE SPAGDA

86.350-000 SANTA MARIANA

245-02-17-001-09720

3-13N027396-4-1

FONE SANEPAR: 0800-200-0115

1213.0586

807

COMUNICADO

ATE A PRESENTE DATA NAO CONSTA EM NOSSOS REGISTROS O PAGAMENTO
DA CONTA ABAIXO:

MES	VALOR	VENCIMENTO
01/2015	122,93	17/01/2015

PARA QUITAR O DEBITO UTILIZE A CONTA ORIGINAL QUE
ENCONTRA-SE EM SEU PODER OU ESTE REAVISO.
EVITE PAGAMENTOS EM DUPLICIDADE
PAGUE SOMENTE NOS ESTABELECIMENTOS AUTORIZADOS.

A EXISTENCIA DO DEBITO OCASIONARA NA INTERRUPCAO DO ABASTECIMENTO.
CONFORME DECRETO FEDERAL 7217 DE 21/06/2010, ART 17, PARAGRAFO 1.

17/01/2015

122,93

3,03

53,29

66,61

CASO TENHA EFETUADO O PAGAMENTO DESCONSIDERE ESTE REAVISO
E SEMPRE QUE POSSIVEL COMUNIQUE A SANEPAR PARA EVITAR TRANSTORNOS.

CÓPIA DOCUMENTOS PESSOAIS

Henrique de Souza Alberini (Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDO

NOME
HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
8971854-6 SESP PR

CPF
050.802.469-28

DATA NASCIMENTO
22/08/1986

FILIAÇÃO
JOAO HENRIQUE ALBERINI

HILDENE HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
03765109571

VALIDADE
26/04/2023

1ª HABILITAÇÃO
11/01/2006

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1686949826

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SANTA MARIANA, PR

DATA EMISSÃO
27/06/2018

ASSINATURA DO EMISSOR

PARANÁ

37491489516
PR914448690

PROIBIDO PLASTIFICAR
1686949826

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE PARÂMETROS TÉCNICOS À SECRETARIA DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Eu, BENEDITO ROBERTO DE GODOY, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo aposentado, portador do RG: 7.610.917-SSP/SP, inscrito no CPF/MF 961.430.968-72, residente e domiciliado à Rua Francisco Avilés – 336 na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000 e atual Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana, CNPJ 02 575 068/0001-24 situada à Praça Getúlio Vargas – 200 na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná venho, respeitosamente, através desta Declaração informar que a Rádio Comunitária Nossa Senhora Medianeira FM 87.9 está desde seu início funcionando no mesmo endereço, com os mesmos padrões técnicos exigidos pela Legislação de radiodifusão comunitária no Brasil, assim como mesa de som, transmissor, modelo e potencia conforme descrito em nossa Licença de Funcionamento de Estação.

Programação, aparelhos, torre e antenas nas medidas corretas estipuladas pelo engenheiro responsável. Afirmo que as instalações e equipamentos da emissora estão em conformidade com a autorização do Ministério das Comunicações seguindo sempre os parâmetros técnicos exigidos na regulamentação vigente; o que consta na licença de funcionamento, conforme já descrito acima. Segue cópia de nosso Laudo de Conformidade para informações técnicas mais detalhadas assinadas pelo engenheiro responsável.

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

Rua Alberto Spagolla, 185 - Santa Mariana - Paraná -

Fonefix (41) 3551-1348 - Email: ajuresp@neto.com

CNPJ: 04.141.189/0001-04

CNPJ: 04.141.189/0001-04

Reconheço por assinatura a assinatura de BENEDITO ROBERTO DE GODOY (2380)

Valor: R\$ 71,70 (Vinte e um reais e 70 centavos)

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Em: 09/11/2021

Grato.

BENEDITO ROBERTO DE GODOY

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana

Santa Mariana, 09 de novembro de 2021

(CÉDULA DE IDENTIDADE)



ANSELMO JOSÉ BERNARDELLI

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 1.694.813

NOME ANSELMO JOSÉ BERNARDELLI

PAIÇÃO Orlando Bernardelli e de Abelir de Maria Bernardelli

Santa Mariana - PR 12/Maio/1958

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

CÓDIGO 27/Julho/1976

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CIC

NASCIMENTO 12.05.58

INSCRIÇÃO NO CPF 367 580 789 49

CONTRIBUINTE ANSELMO JOSÉ BERNARDELLI

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 5.584.382-1

DATA DE EXPEDIÇÃO: 19/09/2012

NOME: **EDIVALDO RIBEIRO**

FILIAÇÃO: WALDOMIRO RIBEIRO

ANA MARIA DA COSTA RIBEIRO

NATURALIDADE: CURTIBA/PR

DATA DE NASCIMENTO: 23/03/1974

DOC. ORIGEM: COMARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SEDE

C.CAS=2176, LVRO=6B, FOLHA=167V

CPF: 793.332.739-72

CURTIBA/PR


NEWTON TADEU ROCHA
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

793.332.739-72

Nome

EDIVALDO RIBEIRO

Nascimento

23/03/1974



INTELCAV

13471 07/04

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Julho/2004



CORREIOS

www.correios.com.br



**COPEL**

Copel Distribuição S.A.
 José Izidoro Brazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
 CNPJ: 04.388.898/0001-06 - IE 90.233.073-99 - IM 423.982-4



www.copel.com
 0800 51 00 116

EDIVALDO RIBEIRO
 AV DELFIM MOREIRA, 865
 CENTRO
 SANTA MARIANA - PR - 86350-000
 CPF: 793.332.739-72

Mês de Referência**Outubro/2021****Unidade Consumidora****23560134****VENCIMENTO****05/11/2021****VALOR A PAGAR****R\$ 298,58**

FAT-01+20212093918923-2

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública:
 Município 35311144

DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.**Informações Técnicas****Nº Medidor: 0940543242 / TRIFASICO****COMERCIAL, SERVICOS, OUTRAS ATIVIDADES / COM VAREJ DE ART DO VESTUAR E ACESS**

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
14/09/2021 44329	14/10/2021 45085	30 dias 756 kWh	1	100 kWh	25,20 kWh	26/10/2021	12/11/2021

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt. Pgto.	Valor
09/2021	827	05/10/2021	302,10
08/2021	490	06/09/2021	226,23
07/2021	426	05/08/2021	213,30
06/2021	536	05/07/2021	248,24
05/2021	614	07/06/2021	252,53
04/2021	1055	05/05/2021	348,74
03/2021	800	05/04/2021	270,69
02/2021	480	05/03/2021	203,97
01/2021	100	05/02/2021	105,55
12/2020	100	05/01/2021	97,57
11/2020	100	07/12/2020	113,90
10/2020	277	05/11/2020	145,56

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELETRICA Nº. 218.564.803 SÉRIE - B
 Emitida em: 15/10/2021

Produto Descrição	Unid.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálculo	Aliq. ICMS
Energia Elet Consumo	kWh	100	0,433900	43,39	43,39	29,00%
Energia Elet Uso Sistema	kWh	100	0,405500	40,55	40,55	29,00%
Energia Tribut Dif Out Uc Te	kWh	656	0,288887	189,51	0,00	0,00%
Energia Tribut Dif Out Uc TUSD	kWh	656	0,380107	249,35	249,35	29,00%
Energia Cons. B.Vermelha P2	kWh			21,33	21,33	29,00%
Energia Trib Dif Band Vm P2	kWh			93,15	0,00	0,00%
Total - Preço (1)				637,28		
Cont. Ilumina Publica Município				121,00		
Cosp Cons Micro/Mini Geracao				-459,70		
Total - Outros (2)				-338,70		

Informações Suplementares

ENERGIA ELET CONSUMO
 Tarifas
 0,558610

Tensão Contratada: 127/220 volts.
 Limite Adequado de Tensão: 117 a 133/202 a 231 volts.

Reaviso de Vencimento

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
354,62	102,83	R\$ 298,58
Reservado ao Fisco		
8031.FB7D.3920.60AF.10A0.E879.E634.5486		

L 20554/21, alíquota ICMS composta por 27% ICMS e 2% Fundo de Combate à Pobreza.
 UC pertencente ao sistema de compensação conforme REN ANEEL 482/2012. UC Geradora: UC 14458276, UC 14458292.
 Demonstrativo de saldos desta unidade consumidora, em kWh - REN 482/2012. Saldo Mês no (TP) Todos os Períodos 228, Saldo Acumulado no (TP) Todos os Períodos 2612. Saldo a Expirar Próximo Mês no (TP) Todos os Períodos 0. Obs.: o saldo de cada beneficiária será apresentado em suas respectivas faturas.
 INCLUSO NA FATURA PIS R\$0,83 E COFINS R\$3,84 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
 FATURA DO MES 09/2021 ARRECADADA POR DEBITO AUTOMATICO
 A PARTIR DE 01/09: ADICIONAL BANDEIRA ESCASSEZ HIDRICA CONFORME RES-MME 3/2021
 A PARTIR DE 01/10/2021 - PIS/PASEP 1,13% e COFINS 5,19%.
 Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR

Unidade Consumidora
 23560134
Mês
 10/2021
Vencimento
 05/11/2021
Valor a Pagar
 R\$ 298,58

Autenticação Mecânica

83610000002 2 98580111000 0 00101020212 3 08391892302 6
 NAO RECEBER - DEBITO AUTOMATICO - Banco: 001 Agencia: 2587

**COPEL**

**COPEL**

Copel Distribuição S.A.
Rua José Isidoro Biazetto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4



www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

94313024

Vencimento

02/09/2015

Valor a Pagar

R\$ 94,67

ANSELMO JOSE BERNARDELLI

AV ANTONIO PEREIRA LIMA, 1125

CEP: 86350000

SANTA MARIANA - PR

CPF: 36759078949

Responsabilidade de Manutenção de Iluminação Pública, Município 35311144

Reaviso de Vencimento**Informações Técnicas**

No. Medidor: 0331043966 - TRIFASICO				Mes Referência: 08/2015			
Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de	Total	Consumo	Data	
13/07/2015	12/08/2015	30 dias	Multiplicação	Faturado	Medio/Dia	Apresentação	
2130	2219	89 kWh	1,00	100 kWh	2,97 kWh	12/08/2015	

Próxima Leitura Prevista: 11/09/2015

COMERCIA/MAZENS GERAIS - EMISSÃO DE WARRANT

Indicadores de Qualidade

FS [1.7.53.2]

Conjunto: CORNELIO PROCOPIO Mes 06/2015				Tensão Contratada:	
				127 / 220 volts	
	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	
Realizado Mensal:	0,05 h	1,00	0,05 h	19,33	
Limite Mensal:	5,31 h	3,30	3,03 h	Limite faixa adequada de Tensão:	
Limite Trimestral:	10,62 h	6,60		117 - 133 / 202 - 231 volts	
Limite Anual:	21,26 h	13,20			

Historico de Consumo e Pagamento

Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.	Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.
JUL/15	100	03/08/2015	MAI/15	100	02/06/2015
JUN/15	100	02/07/2015			

Média 3 últimos consumos: 100 kWh

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 1605126 Serie B

Emitida em 12/08/2015

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq ICMS
Descrição						
01 CUSTO DISP SISTEMA	kWh	100	0,752600	75,26	75,26	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. VERMELHA	kWh			8,41	8,41	29,00%
03 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				11,00		
Base de Calculo do ICMS:		83,67	Valor ICMS:	24,26	Valor Total da Nota Fiscal:	94,67

Composição dos Valores		Reservado ao Fisco	
Energia	33,82	8D7F.C2FE.D966.0C14.B0EF.EF13.4700.5B86	
Distribuição	12,62		
Transmissão	1,96		
Tributos	28,94		
Encargos	6,33		
TOTAL	83,67		

INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 4,68, CONFORME RES. ANEEL 93/2005.

FATURA DO MES 07/2015 ARRECADADA POR DEBITO AUTOMATICO

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados

a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

A PARTIR DE 01/08/2015 - PIS/PASEP 0,89% E COFINS 4,11%.

Períodos Band. Tariff: Vermelha: 14/07-12/08

Telefone Ouvidoria Copel: 0800 647 0606 - Telefone ANEEL: 167 (Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para celulares)

Vencimento: 02/09/2015**Valor a pagar: R\$ 94,67**

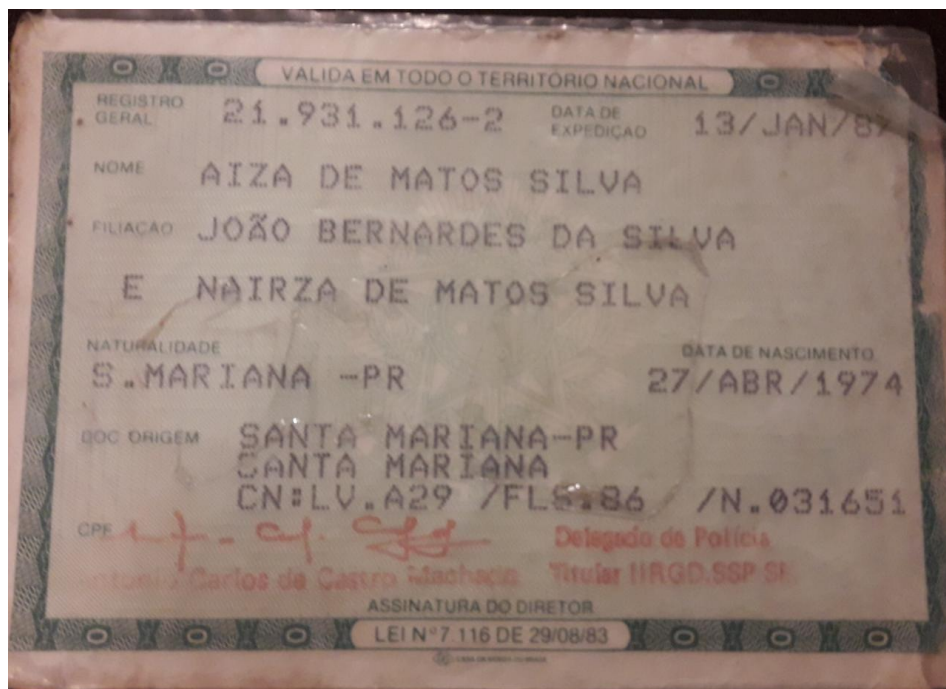
Controle	Numero de identificação	Mes	FS [1.7.53.2]
01-20152469869315-2	94313024	08/2015	

NAO RECEBER - DEBITO AUTOMATICO - BANCO - 001 - AGENCIA - 2587

CASO NAO OCORRA O DEBITO, UTILIZE O CODIGO ABAIXO PARA PAGAMENTO

836700000000 946701110003 001010201521 469869315025

AIZA DE MATOS SILVA





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

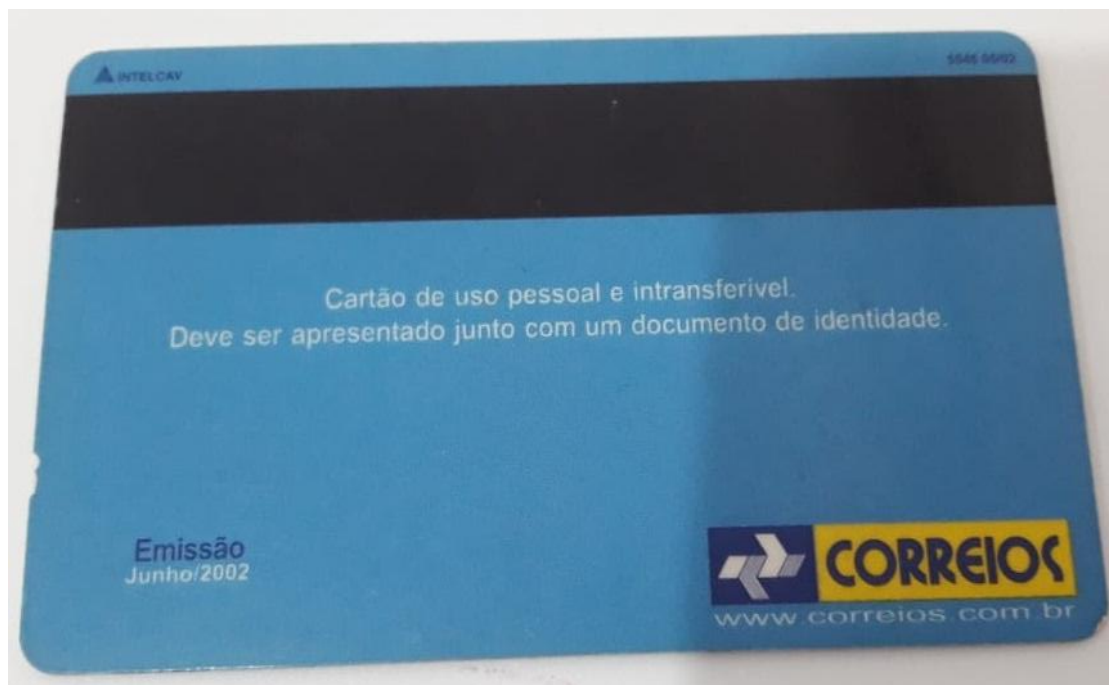
149.319.678-25

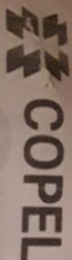
Nome

AIZA DE MATOS SILVA

Nascimento

27/04/1974





Copel Distribuição S.A.
Jornalodoro Brasileiro, 158 bl. C, Mossoró - RN - CEP 51200-240
CNPJ 04.368.898/0001-06 IE 50.233.071-93 IN 423.992-4



www.copel.com
0800 51 00 116

HOMOLOG -> AIZA DE MATOS SILVA
R HOMOLOG -> LAURA MERCHIONE SPAGOLLA, 352 - APTO 202B
CENTRO - SANTA MARIANA - PR - CEP: 86350-000
CPF 149.319.678-25

Mês de referência
Abril/2021
Vencimento
05/05/2021
Unidade Consumidora
101152230
VALOR A PAGAR
R\$ 95,88

Responsabilidade de Manutenção de Iluminação Pública: Município 35311144

FAT-01-20211291006312-20

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Residência
Leitura Anterior
09/03/2021
475

Leitura Atual
06/04/2021
4876

Método
32 dias
101 kWh

Constante de
Multiplicação
1

Total Faturado
101 kWh

Consumo
Médio Diário
3,15 kWh

Data de Emissão
07/04/2021

Próxima Leitura
Prevista
08/05/2021

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	De Págto.	Valor
03/2021	95		80,98
02/2021	116	02/03/2021	110,63
01/2021	116	14/01/2021	118,12
12/2020	108	15/01/2021	101,29
11/2020	92	24/12/2020	76,34
10/2020	92	30/10/2020	75,65
09/2020	69	14/09/2020	57,53
08/2020	0		
07/2020	0		
06/2020	0		
05/2020	0		
04/2020	0		

Valores Faturados

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Aliq.
ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO	kWh	101	0,758119	76,57	76,57 20,00%
ENERGIA CONS. BARRAMELA	kWh			1,88	1,88 20,00%

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 186.863.049 - SÉRIE E
Emitida em 07/04/2021

CONT. ILUMIN. PÚBLICA MUNICÍPIO

17,33

Yun Ramos Rocha Loures

Tabelação Substituto

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO

GERAL

7.307.283-2

DATA

Rua Alberto de

F0146704/1995353

Santa M

ANDRE LUIZ FLORIANO

LUIZ CARLOS FLORIANO

HELENA VALERIO MARTINS FLORIANO

NATURALIDADE

SANTO ANDRE/SP

CELESTIA

COMARCA=SANTO ANDRE/SP, 1 SUBDISTRITO

C.MASC 56739, LITURD=A09, FOLHA=273

DATA DE NASCIMENTO

30/04/1980

QUESTÃO 295

Handwritten signature: Luiz Felipe

Bel. Clóvis Roberto Ribas

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

oures
Ho

218-CEP 86350-000

ALIA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEGAR DIREITO



Lindie Lewis Giovanni

CARTEIRA DE IDENTIDADE DO

PARANÁ

(CÉDULA DE IDENTIDADE)



POLEGAR DIREITO



Abril
ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CLASS. DA MOTO 74 CM3 BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO - GERAL 1.4128.446

NOME ARISTEU RUIZ

FILIAÇÃO JOÃO RUIZ

Maria Celestina Barbieri

Santa Helena - PR 17/10/1952

NATURALIDADE

PAÍS DO NASCIMENTO

CURRÍCULO 14670/1975

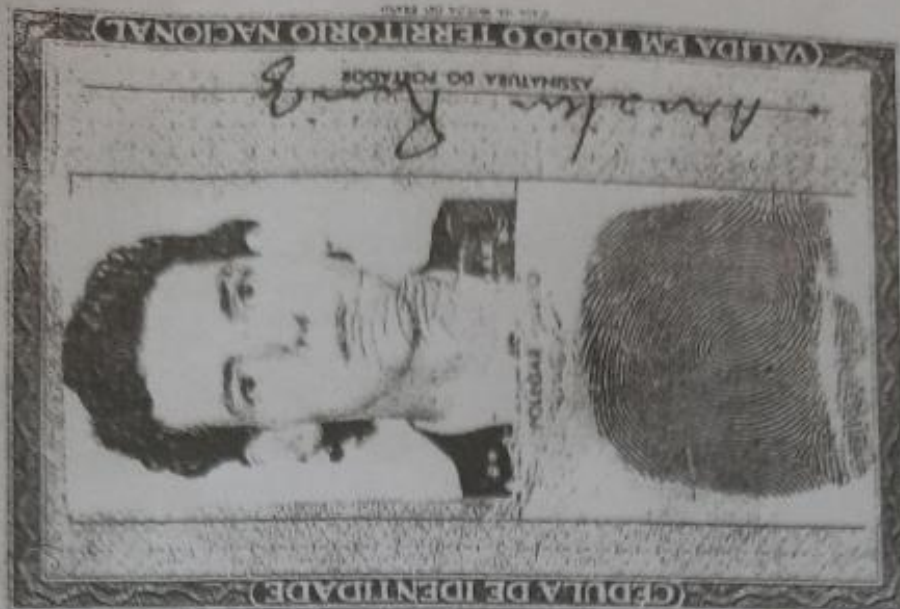
Araruaçu

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA - Diretor

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

Lei: 13.220 de 1966



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 1.428.446

NOME ARISTEU RUIZ

FILIAÇÃO João Ruiz
Maria Celestina Barbieri

Santa Mariana - PR 17/Abr/1952

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

CURITIBA - PR 14/fev/1975

Assinatura do Portador

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CITA DO MODELO DO BRASIL

Lei 13.228 de 18/07/2001

SELO FUNARPPEN

TABELIONATO DE NOTAS

125614

Certifico que conten a presente fotocópia com o seu original do que me reporto e dou fe, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma página o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue a parte de conformidade com a Instrução Normativa nº 006/2003, do Fundo Municipal do Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

VÁLIDO FRENTE E VERSO DA VERDADE

EM TESTE Santa Mariana

26 FEV 2015

Est. Arnaldo Moreira Rocha Loures Tabelião

Vol. Rômulo Rocha Loures Substituto

Thelma Rodrigues dos Prazeres Escrevente

Santa Mariana - Paraná

Rua Alfredo Spangola, 185 - Casa 1

Fone: (41) 3531-1248 - C.P.O. 81.100-000

Yun Ramos Rocha Loures
Fornecedor Substituto

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

7.406.209-1

DATA DE
Emissão 29/05/1993

NOME

CARMEN APARECIDA SILVA GONCALVES

FILIAÇÃO

JAIR JOSE SILVA

EMÍLIA DE ARRUDA SILVA

NATURALIDADE

SANTA MARIANA/PR

DATA DE NASCIMENTO
26/06/1970

END. ORIGIN

COHARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SEDE

C.CAS 1680, LIVRO=65, FOLHA=1330

937.426.309-20

Eduarte Fagundes

CARTEIRA

Bel. Renato Souza Lobo

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.110 DE 28/02/68

Escrevente

86350-070

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA PÚBLICA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DO PAPEL DA



Garimpeiro
Alma Garimpeiro

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 10.671.403-7



POLEGAR DIREITO



Hilton Vinícius da Souza

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **10.671.403-7**

DATA DE EXPEDIÇÃO: 06/10/2017

NOME: **HEITOR UZAE DE SOUZA**

FILIAÇÃO: GILMAR HENRIQUE DE SOUZA

SILVANA SOUZA UZAE DE SOUZA

NATURALIDADE: CORN. PROCOPIO/PR

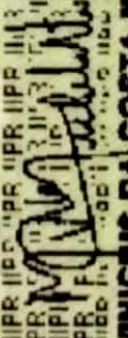
DATA DE NASCIMENTO: 27/04/1998

DOC. ORIGEM: COMARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SEDE

C.NASC=7834, LIVRO=8A, FOLHA=200

CPF: 070.828.939-81

CURITIBA/PR


MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTT
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

VALID



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

070.828.939-81

Nome

HEITOR UZAE DE SOUZA

Nascimento

27/04/1998



Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Janeiro/2006



www.correios.com.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
PARANAPREVIDÊNCIA

Protocolo do Processo de Atualização dos Dados 2021

ID M4: 271266

RG: 106714037/PR **PENSIONISTA**
Id Meta4: 271266
Tipo Pensionista: PENSÃO FILHO - UNIVERSITÁRIO
Nome: HEITOR UZAE DE SOUZA
Calendário: PENSIONISTAS - UNIVERSITÁRIO - AGOSTO
Data: 17/08/2021
Celular: (43) 99960-5786
Email: heitor957@hotmail.com
Solicitada alteração de endereço
ENDEREÇO RESIDENCIAL
Cep: 86350-000
Endereço: R LIBERATO SPAGOLLA
Número: 703
Complemento: CASA
Bairro: NULL
Cidade: Santa Mariana
Estado: PR
País: BRASIL

Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto



Documento exigidos do Pensionista:

Certidão de Nascimento atualizada, expedida nos últimos 30 dias

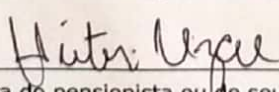
Declaração de matrícula atualizada da Instituição de Ensino Superior, reconhecida pelo MEC, na qual conste o curso, a data de início, o período e a previsão de término do curso e o número da Portaria ou Decreto que autoriza o funcionamento do curso.

Declaração de renda (formulário próprio disponível na página da internet da PARANAPREVIDENCIA) OU extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais, também conhecido como Extrato do CNIS, de vínculos, benefícios e contribuições, obtido junto ao INSS com o número do PIS, PASEP ou NIT

Compareça ao local de entrega deste protocolo, munido de seu RG, ou documento equivalente, para identificação pessoal. O documento deve ser original, recente e conter foto, para permitir sua identificação.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas do Artigo 299, do Código Penal Brasileiro, que estou freqüentando curso superior, mantenho o estado civil solteiro(a), não convivo maritalmente e que não exerço atividade remunerada, bem como não tenho qualquer outra fonte de renda. Declaro, ainda, que informarei, imediatamente, à PARANAPREVIDÊNCIA, caso ocorram alterações nas condições aqui declaradas. Estou ciente de que a PARANAPREVIDÊNCIA poderá a qualquer tempo aferir e conferir a veracidade dessas informações, que se não confirmadas poderão ensejar o cancelamento do benefício e a devolução dos valores recebidos indevidamente.

Declaro que me responsabilizo pelas alterações e confirmações efetuadas no meu cadastro, sobre o qual se emitiu este protocolo.


Assinatura do pensionista ou de seu representante legal
reconhecida em cartório por verdadeira ou
na presença de pessoa autorizada pela PARANAPREVIDÊNCIA.

Atenção !!!
Assinar em todas as folhas

Confirmo que recebi os documentos e identifiquei o segurado que assinou na minha presença:

Recebido por: _____ Matrícula: _____

Data: _____

* Artigo 299 do Código Penal Brasileiro - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa do que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato judicialmente relevante.

Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1(um) a 3(três) anos e multa se o documento é particular.

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzir ou manter alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
PARANAPREVIDÊNCIA

Recibo de entrega do Protocolo do PAC-RH

RG: 106714037/PR

Id Meta4: 271266

Recebido por: _____ Matrícula: _____

Data: _____

REGISTRO
GERAL

1.484.564-0

NOME

HELENA VALERIO MARTINS FLORIANO

FILIAÇÃO

JORDINO VALERIO MARTINS
MARIA RODRIGUES DE JESUS MARTINS

NATURALIDADE

CONDOMINHOS/PR

DOC ORIGEM

COMARCA=CDRN PROCOPIO/PR, DA SEDE

CPR 976.550.749-68

CODTINHA/PR

DATA DE
EXPEDIÇÃO

21/07/1992

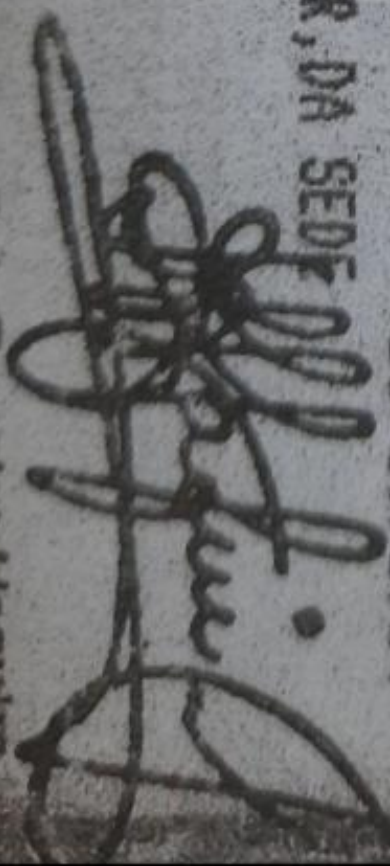
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE NASCIMENTO

28/10/1954

ASSINATURA DO DIRETOR

Bel. Douglas Haquin



LEI Nº 7.145 DE 29/09/83

Bel. Arnaldo Moura

Tab

CO-11-0-11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CO-11-0-11

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POI ESQUERDA DIREITO

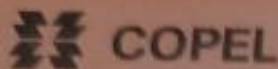


Madura U. M. Floriano

CO-11-0-11

CO-11-0-11

2 Rocio Loures



ações, sugestões, 226
 81200-240 Curitiba - PR
 CNPJ 04.368.888/0001-08
 IE 90.233.073-99 IM 423.992-4



www.copel.com
 0800 51 00 116

HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

R PEDRO SALOMAO, 46

CEP: 86350000

SANTA MARIANA - PR

CPF: 05080246928

Unidade Consumidora

14452308

Vencimento

05/09/2021

Valor a Pagar

R\$ 88,01

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica: Municipio 35311144

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor: 0392134360 - BIFASICO

Mes Referencia: 08/2021

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de	Total	Consumo	Data
14/07/2021	13/08/2021	30 dias	Multiplicacao	Faturado	Medio/Dia	Apresentacao
1533	1617	84 kWh	1,00	84 kWh	2,80 kWh	13/08/2021

Proxima Leitura Prevista: 14/09/2021

RESIDE/RESIDENCIAL

Informações Suplementares

AS [1.5.129.6]

ENERGIA ELETRICA CONSUMO Tarifas 0,558810

Tensao Contratada: 127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao: 117 - 133 / 202 - 231 volts

Historico de Consumo e Pagamento

Media 3 meses: 79 kWh

ES	07/21	06/21	05/21	04/21	03/21	02/21	01/21	12/20	11/20	10/20	09/20	08/20
ONS	83	84	70	65	70	61	64	63	58	68	80	75
STO	02/08	02/07	18/05	19/04	19/03	17/02	18/01	16/12	19/11	19/10	17/09	14/08

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 207680088 Serie B
 Emitida em 01/08/2021

Produto
 Descricao

Un.

Consumo

Valor
 Unitario

Valor
 Total

Base de
 Calculo

Aliq.
 ICMS

01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	84	0,825238	69,32	69,32	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. VERMELHA P2	kWh			11,77	11,77	29,00%
03 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				6,92		

Base de Calculo do ICMS:	81,09	Valor ICMS:	23,51	Valor Total da Nota Fiscal:	88,01
--------------------------	-------	-------------	-------	-----------------------------	-------

Reservado ao Fisco

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEGAR DIREITO



Henrique de

S. Cellesini

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

STAMPAR 1303

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

8.971.854 6

DATA DE
EXPEDIÇÃO 31/03/2000

NOME

HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

FILIAÇÃO

JOÃO HENRIQUE ALBERINI

HILDENE HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

NATURALIDADE

CORN. PROCÓPIO/PR

DATA DE NASCIMENTO

22/08/1986

DOC. ORIGEM

COMARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SERE

C.NASC 4590, LIVRO=5A, FOLHA=139

CPF

Primo

GERMÃO DO NASCIMENTO FILHO

CURITIBA - PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7. 116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

050.802.469-28

Nome

HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

Nascimento

22/08/1986



HOGGER GAETNER DO BRASIL AG

00021400/002

**Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.**

Emissão

AGO/2002



BANCO DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 641.116

HERCILIO BASSI

JOSE BASSI

Aparecida Pedro Bassi

Santa Mariana - PR

9/1 Janeiro/1947
8/30 Setembro/1975

Colégio de Aplicação do Paraná

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

CIUDAD DE BENEZUELA



POLEGAR DERECHO



REGISTRADO EN EL REGISTRO NACIONAL

VALIDA EN TODO EL TERRITORIO NACIONAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

FÓRTEPS CEMO 691.116

HERCILIO BASSI

MARCELO
JOSE BASSI
Aparecida Pedro Bassi

Santa Mariana PR 9/janeiro/1947
8/setembro/1975

CARTÃO Nº

f. legado do povo - Curitiba.

DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

(CEDULA DE IDENTIDADE)



POLEGAR D. REITO



ASSINATURA DO PORTADOR

Handwritten signature: Manoel Pereira

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 2.012.243

NOME

ILMA MÉRILA BATISTA

FILIAÇÃO

João Batista
Durelita Antônio Batista

Sertaneja - Paraná 29/ outubro/1959

NATURALIDADE

DATA DO NASCIMENTO

CURRÍCULO Nº 15

07/novembro/1977

CHIEF BRANCO DIRETOR DE POLÍCIA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Cartão emitido em 1977

CEDULA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

ASSINATURA DO PORTADOR

Thiago Henrique Uzai

FOLGAS BIRRO




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO CIVIL 2.012.243

ILMA MARIA BATISTA

Nome

João Batista

Nome

Enéas Sêbio Batista

Nome

Sertaneja - Paraná

29/ outubro/ 1959

DATA DO NASCIMENTO

07/ novembro/ 1977

DATA DO NASCIMENTO

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

Lei 13.226 de 18/07/2001

SELO

FUNARPPEN

TABELIONATO

DE

NOTAS

FDW25675

Rua Alberto Silva, 165 - Santa Mariana

Fone/Fax: (43) 3531-1248 - CEP 86350-000

Santa Mariana - Paraná

EM TESTE

Santa Mariana

26 FEV 2005

☐ Vot. Raimundo Ricardo Loures

☐ Substituto

☐ Del. Aníbal Moreira Puchta

☐ Tábella

☐ Thelmo Rodrigues dos Passos

☐ Escrivão

VALIDO FRENTE E VERSO

DA VERDADE

Cartão (se houver) a plicante, assinado, com o seu original do que me reporto a dou-lo, sendo em que se trata de documentos com mais de uma página o selo de autenticação será afixado na última folha entregue a parte de conformidade com a Instrução Normativa nº 006/2003 do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

Thiago Henrique Uzai

Escrivente Autorizado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 2.169.325

LUIZ CARLOS FLORENTINO

Lazero Florentino

Maria Antonia Florentino

Cornélio Probo de M. 13/ março/1958

NATURALIDADE

CURITIBA - PR

DATA DO NASCIMENTO
18/ julho/1978

DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

(CEDULA DE IDENTIDADE)

01/1975 - C-1-05181004

1-1248 - CEP 86350-000

1972 - 05-23



POLEGAR DIREITO



Assinatura do portador

ASSINATURA DO PORTADOR

Assinatura do portador

(VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL)

CIC

NASCIMENTO

02.08.53

INSCRIÇÃO NO CPF

CONTROLE

961 430 968 72

CONTRIBUINTE

BENEDITO ROBERTO DE GODOY

Hayson Lourenço F. Reis
SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

(SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA)

25 JUL 1973

SÃO PAULO

7.610.917

REGISTRO GERAL



pm



POLEGAR DIREITO

CONFERENTE

D. P.
4.4

Camargo Azevedo

SSP
8P
CELMO CAMARGO AZEVEDO
DELEGADO DE POLÍCIA
DIRETOR DA DPSP

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

ESTADO DA ALBERTA DO BRASIL



CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

NOME

BENEDITO ROBERTO DE GODOY

FILIAÇÃO

João Arttonio de Godoy
Rosa Therezain

S.O.R. Pardo/SP

NATURALIDADE

02 AGO 1953

NASCIDO A

ASSINATURA DO PORTADOR

Benedito Roberto Godoy

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 3.559.806-5

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 3.559.806-5 DATA DE EXPEDIÇÃO: 12/04/2012

NOME: SANDRA BAVARESCO

FILIAÇÃO: ANGELO BAVARESCO
FILOMENA LENZI BAVARESCO

NATURALIDADE: SANTA MARIANA/PR DATA DE NASCIMENTO: 12/09/1963

DOC. ORIGEM: COMARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SEDE
C.CAS.AV.DIV=1275, LIVRO=4B, FOLHA=167

PIS/PASEP: 170.09143.30-4

CPF: 717.277.289-04

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

717.277.289-04

Nome

SANDRA BAVARESCO

Nascimento

12/09/1963

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE

FAA4.EE31.9737.464C

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 14:25:43 do dia 28/01/2016 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

Segue programação semanal da emissora:

De Segunda à Sexta-Feira

Das 05h00 às 07h00 - Programa No Batidão da Viola
Das 07h00 às 09h00 - Jornal da Manhã
Das 09h00 às 10h00 - Show da Manhã
Das 10h00 às 11h00 - Experiência de Deus
Das 11h00 às 12h00 - Falando com Deus
Das 12h00 às 13h00 - Flash Music
Das 13h00 às 15h00 - Sucessos da Tarde
Das 15h00 às 15h30 - A Hora da Misericórdia
Das 15h30 às 17h00 - Momentos com Deus
Das 17h00 às 19h00 - Crepúsculo Sertanejo
Das 19h00 às 20h00 - A Voz do Brasil
Das 20h00 às 22h30 - Noite Total
Das 22h30 às 01h00 - Love Songs
Das 01h00 às 05h00 - O Melhor das Novelas

Sábados:

Das 05h00 às 07h00 - Programa No Batidão da Viola
Das 07h00 às 08h00 - Sertanejo Som Rural
Das 08h00 às 09h00 - Arquivo 87
Das 09h00 às 10h00 - Momentos com Deus
Das 10h00 às 11h00 - Experiência de Deus
Das 11h00 às 12h00 - Falando com Deus
Das 12h00 às 16h00 - Sábado Show
Das 16h00 às 17h00 - Flash Music 87
Das 17h00 às 19h30 - Crepúsculo Sertanejo
Das 19h30 às 21h00 - Santa Missa
Das 21h00 às 01h00 - Noite Total
Das 01h00 às 05h00 - Love Songs

Domingos:

Das 05h00 às 07h30 - Sertanejo Som Rural
Das 07h30 às 09h00 - Santa Missa

Das 09h00 às 10h00 - Canta Brasil
Das 10h00 às 12h00 - O Melhor da Jovem Guarda
Das 12h00 às 17h00 - Auto DJ
Das 17h00 às 19h30 - Domingo Show
Das 19h30 às 21h00 - Santa Missa
Das 21h00 às 22h30 - Noite Total
Das 22h30 às 01h00 - Dance Club

E) Análise da Programação

A análise crítica da programação da emissora é essencial para que seja realizada uma avaliação criteriosa, com vistas a propagar uma prestação de serviços de radiodifusão sonora de qualidade e apreciada por seu público.

No entanto, essa análise não é realizada de forma aleatória, mas sim, de forma criteriosa, à luz dos quesitos que atendem a Lei 9612/98, quais sejam:

- Finalidade Educativa;
- Finalidade Artística;
- Finalidade Informativa;
- Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade;
- Integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias;

- A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

- O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.

F) Avaliação da Programação

A avaliação é realizada de maneira conjunta, em reunião com todos os membros do conselho, a fim de que se tenha um resultado que reflita ao máximo a realidade. Ela deve ser realizada com base nos quesitos apontados acima no item "E", conforme explicações que seguem logo abaixo:

Preencher a tabela a seguir atribuindo notas conforme a escala informada abaixo. Essas notas deverão representar a avaliação da grade de programação da emissora. Pontue os quesitos abaixo seguindo uma escala de notas inteiras de 1 a 4, sendo 1 a avaliação mais negativa e 4 avaliação mais favorável (ou informe NA, se não aplicável).

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	() 1 () 2 () 3 () 4
Finalidade Artística	() 1 () 2 () 3 () 4
Finalidade Informativa	() 1 () 2 () 3 () 4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	() 1 () 2 () 3 () 4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	() 1 () 2 () 3 () 4
Integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 () 4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 () 4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	() 1 () 2 () 3 () 4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 () 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 () 2 () 3 () 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 () 4

Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 ()4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 ()4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 ()4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 ()4

Programação:

De Segunda à Sexta-Feira

Das 05h00 às 07h00 - Programa No Batidão da Viola

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 07h00 às 09h00 - Jornal da Manhã

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em	()1 ()2 ()3 (X)4

matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 09h00 às 10h00 - Show da Manhã

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 10h00 às 11h00 - Experiência de Deus

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	(X)1 ()2 ()3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	(X)1 ()2 ()3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4

Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 (X)3 ()4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 11h00 às 12h00 - Falando com Deus

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 (X)2 ()3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 12h00 às 13h00 - Flash Music

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4

AB. B. W. *Assessor:*

Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 (X)3 ()4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 13h00 às 15h00 - Sucessos da Tarde

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 15h00 às 15h30 - A Hora da Misericórdia

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4

Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 (X)2 ()3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 (X)2 ()3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 (X)3 ()4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 (X)3 ()4

Das 15h30 às 17h00 - Momentos com Deus

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 (X)2 ()3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 (X)3 ()4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 17h00 às 19h00 - Crepúsculo Sertanejo

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Finalidade Artística	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Finalidade Informativa	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Qualidade do programa	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Técnica na realização do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Facilidade de interação com o público.	() 1 () 2 () 3 (X) 4

Das 19h00 às 20h00 - A Voz do Brasil

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Finalidade Artística	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Finalidade Informativa	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Integração dos membros da comunidade atendida	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Qualidade do programa.	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Técnica na realização do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4

Facilidade de interação com o público.

()1 (X)2 ()3 ()4

Das 20h00 às 22h30 - Noite Total

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 ()4

Das 22h30 às 01h00 - Love Songs

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 (X)2 ()3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4

Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 01h00 às 05h00 - O Melhor das Novelas

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Sábados:

Das 05h00 às 07h00 - Programa No Batidão da Viola
Já avaliado.

Das 07h00 às 08h00 - Sertanejo Som Rural

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4

Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 08h00 às 09h00 - Arquivo 87

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 09h00 às 10h00 - Momentos com Deus

Já avaliado.

Das 10h00 às 11h00 - Experiência de Deus

Já avaliado.

Das 11h00 às 12h00 - Falando com Deus
Já avaliado.

Das 12h00 às 16h00 - Sábado Show

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 16h00 às 17h00 - Flash Music 87
Já avaliado.

Das 17h00 às 19h30 - Crepúsculo Sertanejo
Já avaliado.

Das 19h30 às 21h00 - Santa Missa

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4

A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Qualidade do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Técnica na realização do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Facilidade de interação com o público.	() 1 () 2 () 3 (X) 4

Das 21h00 às 01h00 - Noite Total

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Finalidade Artística	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Finalidade Informativa	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Qualidade do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Técnica na realização do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Facilidade de interação com o público.	() 1 () 2 () 3 () 4

Das 01h00 às 05h00 - Love Songs

Já avaliado.

Domingos:

Das 05h00 às 07h30 - Sertanejo Som Rural

Já avaliado.

Das 07h30 às 09h00 - Santa Missa
Já avaliado.

Das 09h00 às 10h00 - Santa Brasil

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 10h00 às 12h00 - O Melhor da Jovem Guarda

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo	()1 ()2 ()3 (X)4

Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 12h00 às 17h00 - Auto DJ

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 17h00 às 19h30 - Domingo Show

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em	()1 ()2 ()3 (X)4

matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

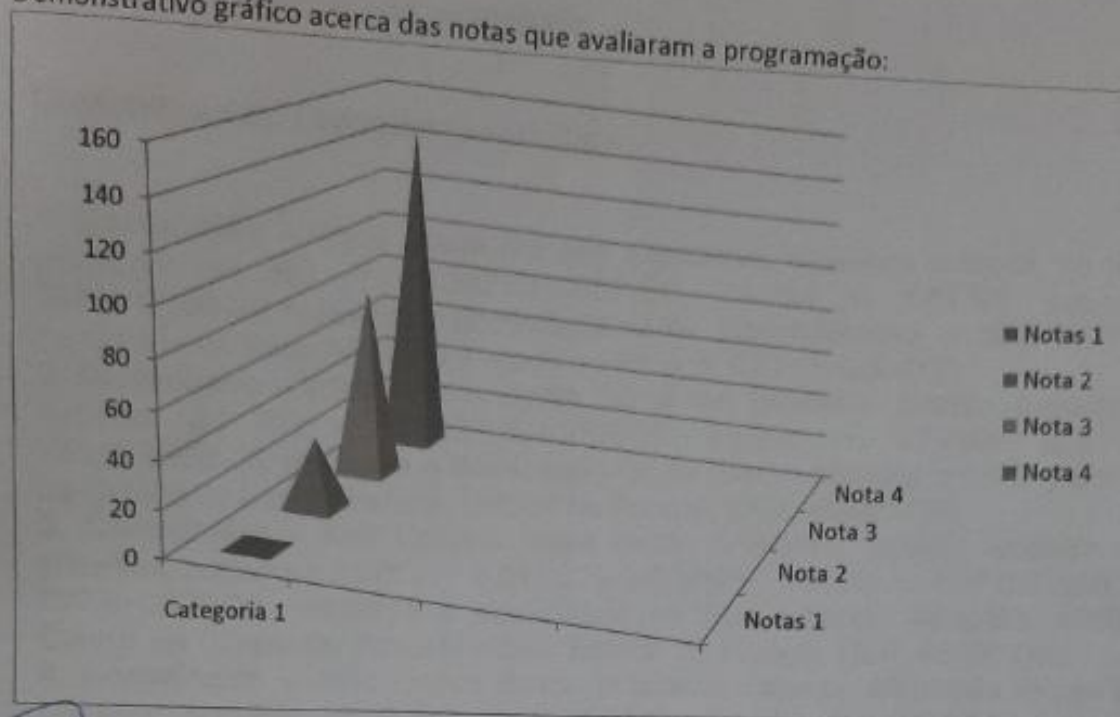
Das 19h30 às 21h00 - Santa Missa
Já avaliado.

Das 21h00 às 22h30 - Noite Total
Já avaliado.

Das 22h30 às 01h00 - Dance Club

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Demonstrativo gráfico acerca das notas que avaliaram a programação:



RELATÓRIO DE CONFORMIDADE

KEA201500909PR

Documento contendo a memória de cálculo, para demonstrar o atendimento aos limites de exposição estabelecidos pela Resolução Anatel nº 303, de 02 de julho de 2002.

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO: Praça Getúlio Vargas, 200

Centro

Santa Mariana/PR

Coordenadas Geográficas: 23°08'50.00"S— 50°31'10.05"W

REGULAMENTO SOBRE LIMITAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS ELÉTRICOS, MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS NA FAIXA DE RADIOFREQUÊNCIAS ENTRE 9 kHz e 300 GHz

Introdução

Utilização dos critérios de saúde, desenvolvidos em colaboração com a Divisão de Saúde Ambiental da Organização Mundial de Saúde (OMS), patrocinado pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (United Nations Environmental Programme – UNEP).

Em maio de 1992, em Montreal, foi criada uma nova organização científica internacional independente - a Comissão Internacional de Proteção contra as Radiações Não-Ionizantes (International Commission on Non-Ionizing Radiation Protection (ICNIRP)). As funções da Comissão são: investigar os perigos que podem ser associados com as diferentes formas de RNI (Radiações não ionizantes), desenvolver diretrizes internacionais sobre limites de exposição a RNI e também tratar de todos os aspectos da proteção a RNI.

O principal objetivo dessa Comissão é estabelecer as diretrizes para limitar a exposição a CEM (campos eletromagnéticos), de forma a proteger contra efeitos reconhecidamente adversos à saúde. Um efeito adverso causa prejuízo à saúde, detectável no indivíduo exposto, ou em sua descendência. Um efeito biológico, por outro lado, pode ou não resultar em um efeito adverso à saúde.

Este regulamento, baseado nas diretrizes estabelecidas pela ICNIRP, estabelece os limites para a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, associados à operação de estações transmissoras de radiocomunicação de serviços de telecomunicações, e também define métodos de avaliação e procedimentos a serem observados quando do licenciamento de estações de radiocomunicação, no que diz respeito a aspectos relacionados à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na referida faixa de radiofrequências.

Alguns termos utilizados neste trabalho:

TAXA DE ABSORÇÃO ESPECÍFICA (SAR – sigla em inglês de “Specific Absorption Rate”): Taxa de absorção de energia por tecidos do corpo, em watt por quilograma (W/kg). A SAR é a medida dosimétrica que tem sido amplamente adotada em radiofrequências superiores a cerca de 100 kHz.

LIMITE DE EXPOSIÇÃO: Valor numérico máximo de exposição, expresso em valores de intensidade de campo elétrico ou magnético, densidade de potência da onda plana equivalente e correntes.

E.I.R.P. (POTÊNCIA EQUIVALENTE ISOTROPICAMENTE RADIADA): Potência entregue a uma antena, multiplicada pelo ganho da antena em relação a uma antena isotrópica, numa determinada região.

E.R.P. (POTÊNCIA EFETIVA RADIADA): Potência entregue a uma antena, multiplicada pelo ganho da antena em relação a um dipolo de meia onda, numa determinada direção.

CEMRF: Campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, na faixa de radiofrequências.

EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL OU EXPOSIÇÃO CONTROLADA: Situação em que pessoas são expostas a CEMRF em consequência de seu trabalho, desde que estejam cientes do potencial de exposição e possam exercer controle sobre sua permanência no local ou tomar medidas preventivas.

EXPOSIÇÃO PELA POPULAÇÃO EM GERAL OU EXPOSIÇÃO NÃO CONTROLADA: Situação em que a população em geral possa ser exposta a CEMRF ou situação em que pessoas possam ser expostas em consequência de seu trabalho, porém sem estarem cientes da exposição ou sem possibilidade de adotar medidas preventivas.

Restrições Básicas para exposição a CEMRF, na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 10 GHz

Características de exposição	Faixa de Radiofrequências	Densidade de corrente para cabeça e tronco (mA / m^2) (RMS)	SAR médio de corpo inteiro (W / kg)	SAR localizada (cabeça e tronco) (W / kg)	SAR localizada (membros) (W / kg)
Exposição Ocupacional	9 kHz a 100 kHz	$f / 100$	—	—	—
	100 kHz a 10 MHz	$f / 100$	0,4	10	20
	10 MHz a 10 GHz	—	0,4	10	20
Exposição da população em geral	9 kHz a 100 kHz	$f / 500$	—	—	—
	100 kHz a 10 MHz	$f / 500$	0,08	2	4
	10 MHz a 10 GHz	—	0,08	2	4

f é o valor da frequência, em Hz.

Para a determinação das distâncias mínimas em que a população não estará exposta a CEMRF, foram estabelecidos critérios que são aqui listados. As equações dão as distâncias, a partir das quais os níveis de intensidade de CEMRF são aceitáveis.

Expressões para cálculo de distâncias mínimas a antenas de estações transmissoras para atendimento aos limites de exposição para a população em geral.

Faixa de Radiofrequências	Exposição da População em Geral	
	$r = 0,10 \sqrt{eirp \times f}$	$r = 0,129 \sqrt{erp \times f}$
1 MHz a 10 MHz	$r = 0,319 \sqrt{erp}$	$r = 0,409 \sqrt{erp}$
10 MHz a 400 MHz	$r = 6,38 \sqrt{erp + f}$	$r = 8,16 \sqrt{erp + f}$
400 MHz a 2000 MHz	$r = 0,143 \sqrt{erp}$	$r = 0,184 \sqrt{erp}$
2000 MHz a 300000 MHz	<p>r é distância mínima da antena, em metros; f é a frequência, em MHz; e.i.r.p. é a potência efetiva radiada na direção de maior ganho da antena, em watt; e.i.r.p. é a potência equivalente isotropicamente radiada na direção de maior ganho da antena, em watt.</p>	

Expressões para cálculo de distâncias mínimas a antenas de estações transmissoras para atendimento aos limites de exposição ocupacional.

Faixa de Radiofrequências	Exposição Ocupacional	
	$r = 0,0144 \times f \times \sqrt{eirp}$	$r = 0,0184 \times f \times \sqrt{erp}$
1 MHz a 10 MHz	$r = 0,143 \sqrt{eirp}$	$r = 0,184 \sqrt{erp}$
10 MHz a 400 MHz	$r = 2,92 \sqrt{erp + f}$	$r = 3,74 \sqrt{erp + f}$
400 MHz a 2000 MHz	$r = 0,0638 \sqrt{eirp}$	$r = 0,0819 \sqrt{erp}$
2000 MHz a 300000 MHz	<p>r é distância mínima da antena, em metros; f é a frequência, em MHz; e.i.r.p. é a potência efetiva radiada na direção de maior ganho da antena, em watt; e.i.r.p. é a potência equivalente isotropicamente radiada na direção de maior ganho da antena, em watt.</p>	

Os resultados dos cálculos, que nos permitem avaliar a estação estão nas tabelas componentes da "Memória de Cálculos" a seguir

Memória de Cálculos

1.0 - NOME DA ENTIDADE:		Serviço:	RADCOM
Associação Cultural de Santa Mariana			
2.0 - ENDEREÇO:			
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 200			
SANTA MARIANA / PARANÁ			
COORDENADAS GEOGRÁFICAS		23°08'50.00"S 50°31'10.05"W	
3.0 - TIPO DE SERVIÇO:			
RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA			
4.0 - PARÂMETROS TÉCNICOS:			
4.1 - FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: (f)		87,90 MHz	
4.2 - POTÊNCIA ERP MÁXIMA: (erp)		25 Watts	
4.3 - COMPRIMENTO DA ANTENA: (L)		1,05 Metros	
4.4 - COMPRIMENTO DE ONDA: (*)		3,41 Metros	
4.5 - CAMPO DISTANTE: (d)		0,66 Metros	
5.0 - MEDIÇÕES			
5.1 - MEDIDAS PARA SITUAÇÃO OCUPACIONAL		Distância (7.2)	0,92
5.1.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)		0,000 V/m	
5.1.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq):		0,000 W/m2	
5.1.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)		0,000 A/m	
5.2 - MEDIDAS PARA A SITUAÇÃO POPULACIONAL		Distância (7.1)	2,05
5.2.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)		0,000 V/m	
5.2.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq):		0,000 W/m2	
5.2.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)		0,000 A/m	
6.0 - CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO:			
6.1 - EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL:	E (V/m)	H(A/m)	Seq(W/m2)
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)	61,000	0,160	10,00
(400 MHz a 2000 MHz)			
(2000 MHz a 300000MHz)			
6.2 - EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO:	E (V/m)	H(A/m)	Seq(W/m2)
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)	28,000	0,073	2,000
(400 MHz a 2000 MHz)			
(2000 MHz a 300000MHz)			
6.3 - MEDIDAS DE CAMPO ELÉTRICO (E) EM SEIS MINUTOS:	OCUP. (V/m)	POP. (V/m)	
MEDIDA 01	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 02	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 03	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 04	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 05	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 06	0,00000000	0,00000000	
MÉDIA	0,00000000	0,00000000	

7.0 - CÁLCULOS TEÓRICOS:

7.1 - DISTÂNCIA MÍNIMA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL: (r.)

(1 MHz a 10 MHz)	Metros
(10 MHz a 400 MHz)	
(400 MHz a 2000 MHz)	2,05
(2000 MHz a 300000MHz)	

7.2 - DISTÂNCIA MÍNIMA OCUPACIONAL: (r.)

(1 MHz a 10 MHz)	Metros
(10 MHz a 400 MHz)	
(400 MHz a 2000 MHz)	0,92
(2000 MHz a 300000MHz)	

7.3 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA P/POPULAÇÃO: (Sp)

(1 MHz a 10 MHz)	W/m2
(10 MHz a 400 MHz)	
(400 MHz a 2000 MHz)	2,00
(2000 MHz a 300000MHz)	

7.4- CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA OCUPACIONAL: (So)

(1 MHz a 10 MHz)	W/m2
(10 MHz a 400 MHz)	
(400 MHz a 2000 MHz)	10,00
(2000 MHz a 300000MHz)	

8.0 - CONCLUSÃO DOS RESULTADOS

8.1 - SITUAÇÃO OCUPACIONAL:

8.1.1 - CAMPO ELÉTRICO Limite 61,000

8.1.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE

8.1.2 - DENSIDADE -

8.1.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE

8.1.4 - CAMPO MAGNÉTICO 0,160

8.1.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE

8.2 - SITUAÇÃO POPULACIONAL:

8.2.1 - CAMPO ELÉTRICO Limite 28,00

8.2.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE

8.2.2 - DENSIDADE -

8.2.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE

8.2.4 - CAMPO MAGNÉTICO 0,073

8.2.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE

8.3 - VERIFICAÇÃO DO ART. 19 (2/3 DO LIMITE):

		2/3 limite
8.3.1 - CAMPO ELÉTRICO:	OCUP.	40,667 DISPENSADO
8.3.2 - DENSIDADE	OCUP.	- DISPENSADO
8.3.3 - CAMPO MAGNÉTICO	OCUP.	0,107 DISPENSADO
8.3.4 - CAMPO ELÉTRICO	POP.	18,667 DISPENSADO
8.3.5 - DENSIDADE	POP.	- DISPENSADO
8.3.6 - CAMPO MAGNÉTICO	POP.	0,049 DISPENSADO

9.0 - INFORMAÇÕES DA INSTALAÇÃO:

9.1 - ALTURA DA ANTENA	21,00 Metros
9.2 - DISTÂNCIA DA CASA DO TRANSMISSOR A ANTENA	30,00 Metros
9.3 - DISTÂNCIA PARA O OCUPACIONAL:	30,00 Metros
9.4 - DISTÂNCIA PARA O POPULACIONAL:	35,00 Metros
9.5 - VIABILIDADE OCUPACIONAL:	VIÁVEL
9.6 - VIABILIDADE POPULACIONAL:	VIÁVEL

7.0 - CÁLCULOS TEÓRICOS:		
7.1 - DISTÂNCIA MÍNIMA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL: (r.)	2,05	Metros
7.2 - DISTÂNCIA MÍNIMA OCUPACIONAL: (r.)	0,92	Metros
7.3 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA P/POPULAÇÃO: (Sp)	2,00	W/m2
7.4 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA OCUPACIONAL: (So)	10,00	W/m2

9.0 - INFORMAÇÕES DA INSTALAÇÃO:		
9.1 - COMPRIMENTO DOS RÁDIOS/ALTURA DA ANTENA	21,00	Metros
9.2 - DISTÂNCIA DA CASA DO TRANSMISSOR A ANTENA	30,00	Metros
9.3 - DISTÂNCIA PARA O OCUPACIONAL	30,00	Metros
9.4 - DISTÂNCIA PARA O POPULACIONAL	35,00	Metros
9.5 - VIABILIDADE OCUPACIONAL:	VIÁVEL	
9.6 - VIABILIDADE POPULACIONAL	VIÁVEL	

11.0 – PARECER CONCLUSIVO:

A distância mínima exigida para o desempenho ocupacional é de 0,92 metros e o local onde ocasionalmente poderá haver pessoas desempenhando alguma função técnica é a casa do transmissor, localizada próxima da torre, e que está localizada a 30,00 metros do centro de irradiação da antena. O local mais próximo, onde existem pessoas efetivamente desempenhando suas funções, está a mais de 35,00 metros do ponto de irradiação. Com base nos valores calculados e pelas condições dos locais verificados, declaro que as emissões provenientes da estação da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA**, do Serviço de Radiodifusão Comunitária, não submeterão trabalhadores e população em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos – CEMRE, de valores acima dos estabelecidos na Resolução nº 303 de 02 de Julho de 2002.

12.0 – PROFISSIONAL HABILITADO:

12.1 – NOME: ELIAS AUGUSTINHO
 12.2 – CPF: 234.140.149-04
 12.3 – CREA: PR-23.091/D



Curitiba, 09 de Setembro de 2015.



PORTARIA Nº 1424/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001344/1998 e nº 53000.007107/2013-78, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Mariana / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/03/2018, às 19:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2738653** e o código CRC **88A65D1D**.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA CONVOCA SEUS ASSOCIADOS, PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, QUE SE REALIZARÁ NO DIA **08/06/2021** EM PRIMEIRA CHAMADA ÀS **20 HORAS** E EM SEGUNDA CHAMADA ÀS **20 HORAS E 30 MINUTOS**, NESTA CIDADE, NA PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 200, QUE DEVIDO À PANDEMIA MUNDIAL DE DISSEMINAÇÃO DO VÍRUS SARS-COV-2, SERÁ TRANSMITIDA VIA GOOGLE MEET, PELO SEGUINTE LINK: <https://meet.google.com/btv-rnfh-nbz>, NOS TERMOS DO ESTATUTO EM VIGOR, PARA DELIBERAREM QUANTO A:

1. ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA;
2. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL;
3. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, CONFORME LEI 9612/98.

Santa Mariana-PR, 24 de Maio de 2021.

Henrique de Souza Alberini
PRESIDENTE
Sr. Henrique de Souza Alberini

← STA. MARIANA - PR

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

Rua Alberto Spezzani, 185 - Santa Mariana - Paraná

Fone/Fax: (41) 3531-1345 - Email: tabelionato@tblpr.com.br

Selo Digital: 1880-0000-8500-24144444

Com: 24 horas em linha para atendimento ao cliente

Reconheço por assinatura e autenticação de identidade de SOUZA ALBERINI, PRESIDENTE

Em Teste: 08 de Maio de 2021

Thaís R. de Souza, Tabelionária

11 de Maio de 2021



ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA

RELAÇÃO DE ASSOCIADOS

Benedito Roberto de Godoy, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo Aposentado, portador do RG nº 7.610.917-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 961.430.968-72, residente e domiciliado na Rua Francisco Avilés, nº 336, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Henrique de Souza Alberini, brasileiro, solteiro, jornalista, portador do RG nº 8.971.854-6, SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 050.802.469-28, residente e domiciliado na Rua Etelvina França Machado, nº 138, Centro, na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Luzia Márcia Aleixo, portadora do RG nº 3.909.635-8, inscrita no CPF/MF sob nº 550.211.909-20, residente e domiciliada na Rua Henrique Spagolla, nº 807, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Ilma Maria Batista Massan, portadora do RG nº 2.012.243-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 587.735.769-72, residente e domiciliada à Rua Liberato Spagolla, nº 1426, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Claudemir Paulo de Souza, portador do RG nº 3.552.067-8, inscrito no CPF/MF sob nº 447.268.309-10, residente e domiciliado na Rua Henrique Spagolla, nº 1202, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Aristeu Ruiz, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 1.428.446-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 234.726.939-91, residente e domiciliado na Rua Liberato Spagolla, nº 1524, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Hercílio Bassi, brasileiro, viúvo, agricultor, portador do RG nº 641.416-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 204.069.409-91, residente e domiciliado na Rua Primo Bassi, nº 575, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Carmen Aparecida Silva Gonçalves, brasileira, casada, cozinheira, portadora do RG nº 7.406.209-1, inscrita no CPF/MF sob nº 937.426.309-20, residente e domiciliada na Rua Coronel Francisco Moreira da Costa, nº 417, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Helena Valério Martins Floriano, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 1.484.564-0, inscrita no CPF/MF sob nº 362.498.829-87, residente e domiciliada na Rua Shiguetaka Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Luiz Carlos Floriano, portador do RG nº 2.169.325-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 362.498.829-87, residente e domiciliado na Rua Shiguetaka Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

André Luiz Floriano, portador do RG nº 7.307.283-2-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 006.357.739-98, residente e domiciliado na Rua Shiguetaka Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Sandra Bavaresco, brasileira, divorciada, professora, Diretora da APAE de Santa Mariana, portadora do RG nº 3.559.806-5-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 717.277.289-04, residente e domiciliada na Av. Antônio Pereira Lima, nº 635, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

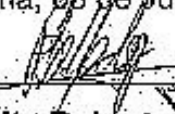
Anselmo José Bernardelli, portador do RG nº 1.694.813-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 367.580.789-49, residente e domiciliado na Avenida Antônio Pereira Lima, nº 1125, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Heitor Uzae de Souza, portador do RG nº 10.671.403-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 070.828.939-81, residente e domiciliado na Rua Liberato Spagolla, nº 703, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Aiza de Matos Silva, portadora do RG nº 21.931.126 - 2 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 149.319.678-25, residente e domiciliada na Rua Laura Merchione Spagolla 352 Apartamento 202B, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Edivaldo Ribeiro, brasileiro, casado, empresário, Presidente da Associação Comercial de Santa Mariana, portador do RG nº 5.584.382-1-SSP/PR, portador do CPF/MF sob nº 793.332.739-72, residente e domiciliado na Rua Laura Merchione Spagolla, nº 53, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Santa Mariana, 08 de Junho de 2021.


Benedito Roberto de Godoy
Presidente

Carmelita

1

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

- Rua Alberto Siqueira, 125 - Santa Maria - Paraná -
Fone/Fax: (41) 3531-1242 - Email: curasobrinha@netmail.com
Selo Digital: 1029-v25u605x4r2g2019E27v
- curasobrinha@netmail.com em curasobrinha@netmail.com

Requisição do selo feita a assinatura de BENEDITO ROBERTO DE CARVALHO (23901-000)

Em: 01/12/2021 (VLC 317) - Local: RUA UN, Selo R\$0,90, PRINDEF R\$0,24 Total R\$1,14
SANTA MARIA, 01 de dezembro de 2021
Em: 01/12/2021 - da Verônica

Assinado digitalmente por
CURA SOBRIHA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

DO PARANÁ

REGISTRO GERAL

3.909.635

8

NOME

LUZIA MARCIA ALEIXO

FILIAÇÃO

BENEDITO DOS SANTOS ALEIXO

MARIA GOMES ALEIXO

DATA DE NASCIMENTO

13/12/1965

NATURALIDADE

BANDERANTES/PA

CURTELIA - PARANÁ

09/03/1983

ARION NICZ RODA

DIRETOR DO I.I.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Bel Arribal Moreira Rocha L
Tabelião

CÉDULA DE IDENTIDADE



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO PORTADOR

Alvaro Moreira

PROTEÇÃO CIVIL
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

de Loures

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Razão Social:	Associação Cultural de Santo Mariano		
Nome Fantasia:	Rádio Novo Senhora Medianeira	CNPJ:	02.575.069/0001-24
Endereço de Sede:	Rua Getúlio Vargas - 200		
Município:	Santo Mariano	UF:	PR
		CEP:	86350-000
Nome do representante legal:	Benedito Proberto de Godoy		
Endereço eletrônico (e-mail):	medianeira.fm@gmail.com		

Endereço de Correspondência:	Rua Getúlio Vargas - 200		
Município:	Santo Mariano	UF:	PR
		CEP:	86350-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE			
Endereço:	Rua Getúlio Vargas - 200		
Município:	Santo Mariano	UF:	PR
		CEP:	86350-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	23 ° (N/S)	08 '50.00 " S
	Longitude:	50 ° W	31 '30.05 " W

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;


VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

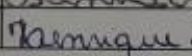
IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

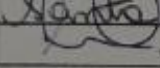
X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

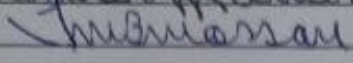
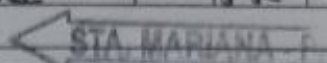
Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

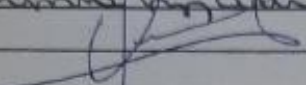
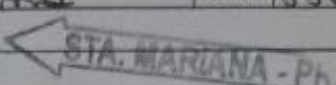
Nome do dirigente:	Benedito Roberto de Godoy				
Cargo:	Presidente			Tit. Eleitor:	03474775 0639
RG:		Órgão Emissor:	SSP/SP	CPF:	963.430.968-72
7.630.937					
Endereço:	Rua Francisco Góes - 336				
Município:	Santa Mariana			UF:	PR
Assinatura:				CEP:	86350-000
	ST. MARIANA - PR				

Nome do dirigente:	Henrique de Souza Allerini				
Cargo:	Vice Presidente			Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	SSP/PR	CPF:	050.902.469-28
8.971.854-6					
Endereço:	Rua Estelina Franco Machado - 338				
Município:	Santa Mariana			UF:	PR
Assinatura:				CEP:	86350-000
	ST. MARIANA - PR				

Nome do dirigente:	Lúcia Márcia Cleiza				
Cargo:	Secretária Geral			Tit. Eleitor:	03462233 0630
RG:		Órgão Emissor:	SSP/PR	CPF:	550.211.909-20
3.909.635-8					
Endereço:	Rua Henrique Fogella - 807				
Município:	Santa Mariana			UF:	PR
Assinatura:				CEP:	86350-000
	ST. MARIANA - PR				

Nome do dirigente:	Ilma Maria Batista Inocencio				
Cargo:	Segunda Secretária			Tit. Eleitor:	0346 6612 0655
RG:		Órgão		CPF:	

2.032.243	Emissor:	SSP/PR	684.735.769.72
Endereço:	Rua Liberto Spogello - 1426		
Município:	Santa Mariana	UF: PR	CEP: 86350.000
Assinatura:	 		

Nome do dirigente:	Claudemir Paulo de Souza		
Cargo:	Reservista	Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	SSP/PR
3.552.067.9		CPF:	447.268.309-10
Endereço:	Rua Henrique Spogello - 3202		
Município:	Santa Mariana	UF: PR	CEP: 86350.000
Assinatura:	 		

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	
		CPF:	
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	
		CPF:	
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:	
		CPF:	
Endereço:			
Município:		UF:	CEP:
Assinatura:			

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

TABELONATO DE NOTAS E PROTESTO

Endereço: Rua da Liberdade, 111 - Centro - Curitiba - Paraná

Telefone: (41) 321-1234 - E-mail: contato@tabelonato.com.br

CNPJ: 08.907.123/0001-00 - Inscrição Estadual: 123456789

Atividade: Intermediação de crédito e serviços financeiros

Declaramos que o presente é um documento válido e verdadeiro, emitido em conformidade com a legislação em vigor, e que não contém nenhuma informação falsa ou enganosa. Este documento é emitido em nome da TABELONATO DE NOTAS E PROTESTO, inscrita no CNPJ nº 08.907.123/0001-00, inscrita no ISENTI nº 123456789, e inscrita no ISENTI nº 123456789.

Assinatura:

Em _____ de _____ de 20____

TABELONATO DE NOTAS E PROTESTO
Endereço: Rua da Liberdade, 111 - Centro - Curitiba - Paraná



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

- Rua Alberto Spagolla, 185 - Santa Mariana - Paraná -
Fone/Fax (43) 3531-1248 - Email: louresobrinho@hotmail.com
Selo Digital 1089X06qtCRcryDTfjT0J4Jsb
Consulte esse selo em <http://horus.funrejus.com.br/consulta>

Reconheço por semelhança as assinaturas de BENEDITO ROBERTO DE GODOY
(2380), HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI (711741), LUZIA MARCIA ALEIXO
ESCHIEZARO (4043), ILMA MARIA BATISTA MASSAN (7204) e CLAUDEMIR PAULO
DE SOUZA (7553) Dou fe
Emol. R\$23,55(VRC 21,73), Funrejus R\$5,25, Selo R\$4,50, FUNDEP R\$1,05 Total
R\$34,35

SANTA MARIANA-PR, 02 de dezembro de 2021
Em Teste _____ da Verdade

Fernando Bergamasco Vicente Calixto
(Escrevente Autorizado)



PORTARIA Nº 1.415, DE 28 DE SETEMBRO DE 2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º, da Portaria n.º 938, de 19 de maio de 2000, publicada no D.O de 22/05/2000 e no subitem 2.3., da Instrução Normativa MARE.G.M. n.º 05, de 21 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º - Divulgar, com base na **Terceira Alteração Contratual**, de 08 de agosto de 2000, para os fins previstos em Lei, a seguinte alteração da **Razão Social** de:

CNPJ N.º 01.859.108/0001-05
ZONA SUL AUTO SERVICE LTDA
Portaria n.º 1406 Publicada no D.O. em 10.11.1999

Para:

CNPJ N.º 01.859.108/0001-05
GOLDEN CAR LTDA
UASG: 160122 - 55.º BATALHÃO DE INFANTARIA/MG

ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA

PORTARIA Nº 1.416, DE 28 DE SETEMBRO DE 2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º, da Portaria n.º 938, de 19 de maio de 2000, publicada no D.O de 22/05/2000 e no subitem 2.3., da Instrução Normativa MARE.G.M. n.º 05, de 21 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º - Divulgar, com base na **Quinta Alteração Contratual**, de 01 de agosto de 2000, para os fins previstos em Lei, a seguinte alteração da **Razão Social** de:

CNPJ N.º 02.917.134/0001-05
BOREAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Portaria n.º 170 Publicada no D.O. em 24.08.2000

Para:

CNPJ N.º 02.917.134/0001-05
CASTILHO MONTEIRO DE CARVALHO ENGENHARIA LTDA. - ME.
UASG: 160292 - COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO/RJ

ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA

(Of. nº 189/2000)

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 18 DE SETEMBRO DE 2000

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

563	53780.000218/98	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Carnaúba dos Dantas	Carnaúba dos Dantas/RN
564	53740.001344/98	Associação Cultural de Santa Mariana	Santa Mariana/PR
565	53730.000033/99	Associação Comunitária "São Francisco Padroeiro"	Poço Dantas/PB
566	53650.002375/98	Associação Beneficente e Filantrópica Nossa Senhora de Fátima	Piquet Carneiro/CE
567	53760.000393/98	Associação de Radiodifusão Comunitária Riacho do Cadoz - ARC Riacho do Cadoz	Palmeirais/PI
568	53640.001144/98	Associação Comunitária Ação e Cidadania Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico	Iaçu/BA
569	53670.000012/99	Associação de Difusão Comunitária do Senador Canedo-GO	Senador Canedo-GO

PIMENTA DA VEIGA

(Of. nº 183/2000)

Ministério do Esporte e Turismo

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO

PORTARIA Nº 66, DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO - Indesp, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos artigos 14, incisos I e parágrafo único, do Decreto n.º 2.994, de 19 de março de 1999, e 36, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 112, de 8 de julho de 1999, do Ministério do Esporte e Turismo e tendo em vista a Portaria n.º 14 de 02 de março de 2000, do DOU de 8 de março de 2000, resolve:

Art. 1º - Credenciar, em caráter efetivo, junto a Rede de Centros Indesp de Excelência Esportiva - Rede Cenesp, as Instituições de Ensino Superior, abaixo relacionadas, a partir de 08 de março de 2000:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS
Universidade Federal de Santa Maria/RS
Universidade Federal de Minas Gerais/MG
Universidade de Brasília/DF
Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina/SC
Universidade Estadual de Londrina/PR
Universidade de São Paulo/SP
Escola Superior de Educação de Física - UPE/PE

Parágrafo único. Credenciar, em caráter provisório, a Universidade Federal de São Paulo, a partir de 26 de junho de 2000.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CARLOS GARCIA DE VIVEIROS

(Of. nº 260/2000)

Ministério da Integração Nacional

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ATO DECLARATÓRIO DCI/DAI Nº 26, DE 30 DE AGOSTO DE 2000

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fulcro no Artigo 63 do Regulamento aprovado através da Resolução nº 7.077/91-CONDEL/SUDAM, declara:

HABILITADA ao gozo da Isenção do Imposto de Renda, incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial na Amazônia Legal, a empresa HITECH HARNESSES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA, - CNPJ/MF Nº 00.399.541/0001-34, localizada no Município de Manaus, Estado do Amazonas, em face da aprovação de seu pleito de Isenção do Imposto de Renda, para implantação de seu empreendimento industrial, com fundamento no Artigo 23 do Decreto-Lei nº 756/69 de 11.08.1969 e alterações posteriores, observadas as disposições do Decreto nº 94.075 de 05.03.87, e do Parágrafo 1º, Artigo 3º, da Lei nº 9.532/97, bem como as do item 3.2 do Parecer Normativo CST nº 036/97, da Secretaria da Receita Federal.

HUGO DE ALMEIDA

ATO DECLARATÓRIO DCI/DAI Nº 29, DE 31 DE AGOSTO DE 2000

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fulcro no Artigo 63 do Regulamento aprovado através da Resolução nº 7.077/91-CONDEL/SUDAM, declara:

HABILITADA ao gozo da Isenção do Imposto de Renda, incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial na Amazônia Legal, a empresa COSMOSPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA, - CNPJ/MF Nº 00.819.673/0001-78, localizada no Município de Manaus, Estado do Amazonas, em face da aprovação de seu pleito de Isenção do Imposto de Renda, para implantação de seu empreendimento industrial, com fundamento no Artigo 23 do Decreto-Lei nº 756/69 de 11.08.1969 e alterações posteriores, observadas as disposições do Decreto nº 94.075 de 05.03.87, e do Parágrafo 1º, Artigo 3º, da Lei nº 9.532/97, bem como as do item 3.2 do Parecer Normativo CST nº 036/97, da Secretaria da Receita Federal.

HUGO DE ALMEIDA

ATO DECLARATÓRIO DCI/DAI Nº 32, DE 14 DE SETEMBRO DE 2000

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fulcro no Artigo 63 do Regulamento aprovado através da Resolução nº 7.077/91-CONDEL/SUDAM, declara:

HABILITADA ao gozo da Redução do Imposto de Renda, incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade na Amazônia Legal, a empresa ÁGUAS MINERAIS LEBRINHAS LTDA, - CNPJ/MF Nº 14.926.356/0001-65, localizada no Município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso, em face da aprovação de seu pleito de Redução do Imposto de Renda, para seu empreendimento, com fundamento no Artigo 22 do Decreto-Lei nº 756/69 de 11.08.1969 e alterações posteriores, observadas as disposições do Artigo 3º, Parágrafo 2º, Incisos I, II e III da Lei nº 9.532/97.

HUGO DE ALMEIDA

(Of. nº 66/2000)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2002-CN

Autoriza a execução de recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001, no subtítulo 25.752.0292.3244.0001 - Implantação de Sistema de Transmissão em Mato Grosso (345 Km de LT e 12 subestações totalizando 514 MVA) no Estado do Mato Grosso, da Unidade Orçamentária 32.224 - Eletronorte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001 (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), no subtítulo 25.752.0292.3244.0001 - Implantação de Sistema de Transmissão em Mato Grosso (345 Km de LT e 12 subestações totalizando 514 MVA) no Estado do Mato Grosso, da Unidade Orçamentária 32.224 - Eletronorte, para a execução dos contratos EMT 0.2.0.05.0/00, EMT 0.2.0.07.9/99, EMT 0.3.0.03.0/00 e EMT 0.3.0.01.0/00.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos recursos e contratos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de abril de 2003.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 61, DE 2002-CN

Autoriza a execução de recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001, no subtítulo 20.607.0379.1836.0077 - Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum - Projeto Pão-de-Açúcar/Olho D'Água das Flores, no Estado de Alagoas, da Unidade Orçamentária 53.101 - Ministério da Integração Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), no subtítulo 20.607.0379.1836.0077 - Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum - Projeto Pão-de-Açúcar/Olho D'Água das Flores, no Estado de Alagoas, da Unidade Orçamentária 53.101 - Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos recursos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de abril de 2003.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 62, DE 2002-CN

Autoriza a execução de recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001 no subtítulo 26.784.0231.3325.0001 - Recuperação da Infra-Estrutura Portuária - Porto de Santos (SP), no Estado de São Paulo, da Unidade Orçamentária 39.213 - CODESP.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001 (Lei nº 10.171, de 05 de janeiro de 2001) no subtítulo 26.784.0231.3325.0001 - Recuperação da Infra-Estrutura Portuária - Porto de Santos (SP), no Estado de São Paulo, da Unidade Orçamentária 39.213 - CODESP.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos recursos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de abril de 2003.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 63, DE 2002-CN

Autoriza a execução de recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5772.0001 - Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Araguaia - Tocantins - BR-060/GO - em Goiânia (Noroeste), da Unidade Orçamentária 39.201 - DNER.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 (Lei nº 10.171, de 05 de janeiro de 2001) no subtítulo 26.782.0237.5772.0001 - Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Araguaia - Tocantins - BR-060/GO - em Goiânia (Noroeste), da Unidade Orçamentária 39.201 - DNER, para a execução do contrato firmado junto à Construtora Caiapó.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos recursos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de abril de 2003.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 157/2002)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 247, DE 2002

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PAMPA CENTRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 19, de 18 de março de 1999, que renova por dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 1998, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPA CENTRO LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 248, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS ARARA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arara, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 555, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária da Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arara, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 249, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 564, de 18 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural de Santa Mariana a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DE VILA VELHA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de novembro de 2000, que outorga concessão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.575.068/0001-24 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 01/06/1998</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO PC GETULIO VARGAS</div>	<div>NÚMERO 200</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 86.350-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO SANTA MARIANA</div>	<div>UF PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>	<div>TELEFONE</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/06/1998</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 19/12/2023 às 01:36:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA

CNPJ: 02.575.068/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 01:50:29 do dia 19/12/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/01/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

--

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.575.068/0001-24
Razão Social: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
Endereço: PRAC A GETULIO VARGAS 200 / CENTRO / SANTA MARIANA / PR / 86350-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/12/2023 a 10/01/2024

Certificação Número: 2023121218494728766776

Informação obtida em 19/12/2023 01:49:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
CNPJ: 02.575.068/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 01:50:53 do dia 19/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/06/2024.

Código de controle da certidão: **9A1D.C179.D91E.81CA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.575.068/0001-24

Certidão nº: 72957120/2023

Expedição: 19/12/2023, às 01:51:27

Validade: 16/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.575.068/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **BENEDITO ROBERTO DE GODOY**, Título Eleitoral: **0347 4775 0639**, CPF: **961.430.968-72**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **0QGJxEfSlqjoke5NMO27nWzld/c=**
Certidão emitida em **19/12/2023 02:24:43**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI**, Título Eleitoral: **0795 8666 0604**, CPF: **050.802.469-28**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **CgVgPbmBGqrdahcUWeRAtKAYGV8=**
Certidão emitida em **19/12/2023 02:33:04**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **LUZIA MARCIA ALEIXO**, Título Eleitoral: **0346 7233 0680**, CPF: **550.211.909-20**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **2Hfwvb5RltWe9eXcdHA3BfxVMug=**
Certidão emitida em **19/12/2023 02:26:59**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **ILMA MARIA BATISTA MASSAN**, Título Eleitoral: **0346 6612 0655**, CPF: **587.735.769-72**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **bxR6ZmG2IMMdkarIR/RDMiyIKQM=**
Certidão emitida em **19/12/2023 02:28:33**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **CLAUDEMIR PAULO DE SOUZA**, Título Eleitoral: **0795 8869 0671**, CPF: **447.268.309-10**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO DEFINITIVO** de abrangência **MUNICIPAL** do **DEMOCRATAS(DEM)** de **SANTA MARIANA/PR**, com exercício no período de **16/07/2011** a **16/07/2015** (**CONSELHO FISCAL**).

Código de Validação **jastQBNoo/XNo7YaWugHUW3xUe4=**
Certidão emitida em **19/12/2023 02:37:06**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Benedito Roberto de Godoy

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:39:20



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	961.430.968-72

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:40:46



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Henrique de Souza Alberini

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:41:27



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	050.802.469-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:47:10



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Luzia Marcia Aleixo

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:47:42



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	550.211.909-20

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:51:35



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Ilma Maria Batista Massan

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:52:15



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	587.735.769-72

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:57:45



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Claudemir Paulo de Souza

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:58:18



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	447.268.309-10

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:58:53

Data de Envio:

19/12/2023 09:32:53

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <coroc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
natalia.froemming@mcom.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária - Processo nº 53115.041001/2021-16

Mensagem:

Prezados senhores

c/c Natália

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de revogação da autorização associada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Mariana, no estado do Paraná;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 elaine.nishida@mcom.gov.br - associado à servidora Elaine Nishida

2.2 natalia.froemming@mcom.gov.br associado à servidora Natália Froemming

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Elaine Akemi Nishida Zambon

Celular (13) 98119-9466

Coordenação de Pós Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **550.211.909-20**

Nome: **LUZIA MARCIA ALEIXO**

Data de Nascimento: **13/12/1965**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:13:40** do dia **19/12/2023** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **0E09.A56D.79FC.E28E**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **587.735.769-72**

Nome: **ILMA MARIA BATISTA MASSAN**

Data de Nascimento: **29/10/1959**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:56:21** do dia **19/12/2023** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **16A0.8A53.D7BA.BBE4**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **447.268.309-10**

Nome: **CLAUDEMIR PAULO DE SOUZA**

Data de Nascimento: **23/08/1961**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:48:34** do dia **19/12/2023** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **3A70.82F8.191D.620C**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA RÁDIO COMUNITÁRIA**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Associação ou Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53115.041001/2021-16

Interessada/Outorgada: Associação Cultural de Santa Mariana

CNPJ nº: 02.575.068/0001-24

Município: Santa Mariana

Estado: Paraná

Data de recebimento da notificação (art. 6º-B da [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#)): Não se aplica

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 10/12/2021

Período da outorga a ser renovado: 08/11/2022 a 08/11/2032

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga assinado por todos os dirigentes	(X) Sim () Não () Não se aplica	8892917	Art. 382, § 1º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023 .	Contém todas as declarações conforme Anexo XLIII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 (11091175), assinada pelos atuais diretores. 1º requerimento apresentado: 8892917

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
2. Ata de Eleição dos dirigentes	(X) Sim () Não () Não se aplica	8892859	Art. 9º, § 2º, inciso II da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 ; e Art. 382, § 1º, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	Mandato da diretoria: 08/06/2021 a 07/06/2025 Atas anteriores: link

2.1. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de maioridade e inscrição no CPF	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Benedito Roberto de Godoy Cargo: Presidente 8892905 Henrique de Souza Alberini Cargo: Vice-Presidente 8892894 Luzia Marcia Aleixo Cargo: Secretária Geral 8892915 11280792, fl. 1 Ilma Maria Batista Cargo: Segunda Secretária 8892899 11280792, fl. 2 Claudemir Paulo de Souza Cargo: Tesoureiro 8892864 11280792, fl. 3	Art. 222, § 1º da Constituição Federal ; e Art. 9º, § 2º, inciso III da Lei nº 9.612, de 1998 .	
---	---	---	--	--

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Estatuto social consolidado e registrado	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11216557	Art. 9º, § 2º, inciso I da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
3.1. Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Art. 2º	Art. 291, inciso I c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
3.2. Ingresso gratuito	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Art. 4º	Art. 291, inciso II c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
3.3. Voz e voto	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Art. 4º, parágrafo único e art. 7º, I	Art. 291, inciso II c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
3.4. Votar e ser votado	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	Art. 4º, parágrafo único e art. 7º, II e III	Art. 291, inciso IV c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	

3.5. Órgão administrativo e Conselho Comunitário, e seu modo de funcionamento	(X) Sim () Não () Não se aplica	Arts. 12 e 26 a 29	Art. 291, inciso V c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
3.6. Cargos do órgão administrativo e suas atribuições	(X) Sim () Não () Não se aplica	Arts. 12 e 15 a 19	Art. 291, inciso V, alínea "a" c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
3.7. Mandato de até 4 anos, uma única recondução	(X) Sim () Não () Não se aplica	Art. 13	Art. 291, inciso V, alínea "b" c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	Tempo de mandato: 4 anos

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
4. Relatório do Conselho Comunitário	() Sim (X) Não () Não se aplica	8892908	Art. 382, § 1º, inciso V c/c art. 367 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	Contém somente as rubricas dos conselheiros comunitários, não sendo especificadas as entidades representadas, bem como o número CNPJ de cada uma delas.
4.1. CNPJ das entidades	() Sim (X) Não () Não se aplica	link	Art. 375, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	Não foi informado os números CNPJ das entidades que compõem o Conselho Comunitário.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
5. CNPJ	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279888 Emitida em 19/12/2023	Art. 382, § 6º, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
6. Fistel	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279890 Válida até 18/01/2024	Art. 382, § 6º, inciso IV da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
7. FGTS	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279892 Válida até 10/01/2024	Art. 382, § 6º, inciso V da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
8. Fazenda Federal	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279893 Válida até 16/06/2024	Art. 382, § 6º, inciso VI da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
9. Justiça do Trabalho	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279894 Válida até 16/06/2024	Art. 382, § 6º, inciso VII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------

10. Portaria de Autorização (SRD, DOU)	(X) Sim () Não () Não se aplica	11282172	Art. 382, § 6º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	Portaria de Autorização nº 564, de 18/09/2000, publicada no DOU de 29/09/2000
11. Decreto Legislativo (SRD, DOU)	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279883	Art. 382, § 6º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	Decreto Legislativo nº 249, de 07/11/2002, publicado no DOU de 08/11/2002

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
12. Relatório de apuração de infrações	() Sim () Não () Não se aplica	link	Art. 382, § 6º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
13. Vínculo Político-Partidário	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279899	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 258, inciso III, alínea "a", números 1, 2, 3 e 4 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
14. Vínculo Familiar	(X) Sim () Não () Não se aplica	Benedito Roberto de Godoy Cargo: Presidente 8892905 Henrique de Souza Alberini Cargo: Vice-Presidente 8892894 Luzia Marcia Aleixo Cargo: Secretária Geral 8892915 11280792, fl. 1 Ilma Maria Batista Cargo: Segunda Secretária 8892899 11280792, fl. 2 Claudemir Paulo de Souza Cargo: Tesoureiro 8892864 11280792, fl. 3	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 258, inciso III, alínea "b" da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
15. Vínculo Religioso	(X) Sim () Não () Não se aplica	8892859	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 258, inciso III, alínea "a", números 6 e 7 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	

16. Vínculo Comercial	(X) Sim () Não () Não se aplica	8892859	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 258, inciso III, alínea "a", número 5 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
17. Outro tipo de Vínculo	(X) Sim () Não () Não se aplica	11280263	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 258, inciso III, alínea "c" da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	Não há indícios de existência de outro tipo de vínculo.

Observações Adicionais
Não há

Conclusão
A documentação apresentada não está em conformidade com o disposto na legislação, de forma que não é possível prosseguir com o deferimento da renovação da outorga.

Analisado por:	Data:
Nome: Elaine Akemi Nishida Cargo: Analista Técnico-Administrativo	19/12/2023



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 20/12/2023, às 14:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11280521** e o código CRC **FE9970EA**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 37529/2023/MCOM

Brasília, 20 de dezembro de 2023.

Ao Senhor

Benedito Roberto de Godoy

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24)

Praça Getúlio Vargas, nº 200

CEP: 86.350-000 - Santa Mariana/PR

Assunto: **Processo nº 53115.041001/2021-16. Solicitação de documentos relacionados à renovação da outorga.**

Senhor Representante Legal,

1. Informo que, após análise da documentação acostada ao processo em referência, que trata da renovação da outorga para o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Mariana, estado do Paraná, foi constatada a necessidade de saneamento das seguintes pendências, conforme *Checklist* (11280521):

1.1. **Relatório do Conselho Comunitário**, nos termos do art. 382, § 1º, inciso V da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

1.1.1. Após análise do Relatório do Conselho Comunitário, observamos que constam pendências em relação às disposições do art. 367 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

- Contém somente as 5 rubricas dos conselheiros, porém não contém a indicação das entidades representadas por cada um deles, bem como seus respectivos CNPJs, em desrespeito ao disposto no art. 367, parágrafo único da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

O Conselho Comunitário deve ser composto por representantes de **entidades da comunidade local**, desde que legalmente constituídas, tais como entidades de classe, de moradores, beneméritas e religiosas.

Cada entidade poderá apresentar um representante. Caso não se atinja esse número mínimo de 5 entidades que queiram participar do Conselho, será permitido que as entidades participantes indiquem mais de um representante, até se totalizar 5 conselheiros comunitários.

Deverá ser encaminhado um novo relatório, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do serviço de radiodifusão comunitária.

O relatório deve ser assinado por todos os membros do Conselho e indicar o CNPJ de todas as entidades representadas, que devem ser da comunidade local.

Obs.: Não há necessidade de registro do Relatório nem de envio de cópia autenticada.

1.2. A documentação deverá ser encaminhada **exclusivamente** pelo Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>. Ressalto que, para fins de peticionamento no Sistema, é necessário possuir cadastro no Portal gov.br (caso não possua, é possível solicitá-lo em <https://acesso.gov.br/>).

2. Mais informações sobre o Protocolo Digital podem ser obtidas em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/protocolo-digital>.

3. **Na resposta, devem ser mencionados o número deste Ofício e do processo em referência (53115.041001/2021-16), condição para que o pleito seja analisado.**

4. Para atender essa notificação, fica estabelecido o **prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação.
5. Caso haja necessidade de prorrogação de prazo, a entidade deverá se atentar a apresentar o novo pedido, devidamente fundamentado, antes do final do prazo concedido neste Ofício. Caso contrário, o novo pedido será considerado intempestivo e poderá resultar no arquivamento ou indeferimento do processo, conforme o caso, além de outras implicações legais.
6. Por fim, este Órgão permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

HEITOR DOS SANTOS COSTA PEREIRA

Assistente^[1]

Endereço de correspondência: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 310 - Brasília/DF - CEP 70.044-900

Telefone: (61) 2027-6781 - <https://www.gov.br/mcom>

[1] Documento assinado por delegação, na forma da [Portaria nº 11.091, de 16 de novembro de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2023.

Documentos a serem enviados anexos ao e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):

Anexo - *Checklist* (11280521).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira, Assistente**, em 20/12/2023, às 15:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11282181** e o código CRC **10D7351B**.

Data de Envio:

20/12/2023 18:05:40

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <coroc@mcom.gov.br>

Para:

henriquedesouzaalberini@gmail.com <henriquedesouzaalberini@gmail.com>
medianeirofm@gmail.com

Assunto:

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Senhor

Benedito Roberto de Godoy

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24)

Praça Getúlio Vargas, nº 200

CEP: 86.350-000 - Santa Mariana/PR

Assunto: Encaminhamento de Ofício referente à análise do processo nº 53115.041001/2021-16

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 37529/2023/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.041001/2021-16

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

Anexos:

Oficio_11282181.html
Checklist_11280521.html



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 2020/2024/MCOM

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

Ao Senhor

Benedito Roberto de Godoy

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24)

Praça Getúlio Vargas, nº 200

CEP: 86.350-000 - Santa Mariana/PR

Assunto: Processo nº 53115.041001/2021-16. Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentação.

Senhor Representante Legal,

1. Em atenção ao pedido de prorrogação de prazo (11320703) para cumprimento das exigências formuladas no Ofício nº 37529/2023/MCOM (11282181), informo o deferimento do **prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, conforme preconiza a legislação.
2. A documentação deverá ser encaminhada **exclusivamente** pelo Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>. Ressalto que, para fins de peticionamento no Sistema, é necessário possuir cadastro no Portal gov.br (caso não possua, é possível solicitá-lo em <https://acesso.gov.br/>).
3. Mais informações sobre o Protocolo Digital podem ser obtidas em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/protocolo-digital>.
4. Solicito que, **na resposta, sejam mencionados o número deste Ofício e do processo em referência (53115.041001/2021-16), condição para que o pleito seja analisado.**
5. Caso haja necessidade de nova prorrogação de prazo, a entidade deverá se atentar a apresentar o novo pedido, devidamente fundamentado, antes do final do prazo anteriormente concedido. Caso contrário, o novo pedido será considerado intempestivo e poderá resultar no arquivamento ou indeferimento do processo, conforme o caso, além de outras implicações legais.
6. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,

Endereço de correspondência: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 310 - Brasília/DF - CEP 70.044-900

Telefone: (61) 2027-6781 - <https://www.gov.br/mcom>

*Documento assinado por delegação, na forma da [Portaria nº 11.091, de 16 de novembro de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária, em 22/01/2024, às 13:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11325777** e o código CRC **F1D153E4**.

Data de Envio:

22/01/2024 13:36:08

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <coroc@mcom.gov.br>

Para:

henriquedesouzaalberini@gmail.com <henriquedesouzaalberini@gmail.com>

Assunto:

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Senhor

Benedito Roberto de Godoy

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24)

Praça Getúlio Vargas, nº 200

CEP: 86.350-000 - Santa Mariana/PR

Assunto: Encaminhamento de Ofício referente à análise do processo nº53115.041001/2021-16

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 2020/2024/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.041001/2021-16

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

Anexos:

Oficio_11325777.html



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.575.068/0001-24 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/06/1998
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
PC GETULIO VARGAS

NÚMERO
200

COMPLEMENTO

CEP
86.350-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
SANTA MARIANA

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
01/06/1998

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/02/2024 às 13:48:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA

CNPJ: 02.575.068/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:49:46 do dia 06/02/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/03/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.575.068/0001-24
Razão Social: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
Endereço: PRAC A GETULIO VARGAS 200 / CENTRO / SANTA MARIANA / PR / 86350-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/01/2024 a 17/02/2024

Certificação Número: 2024011905232526948015

Informação obtida em 06/02/2024 13:50:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
CNPJ: 02.575.068/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:51:19 do dia 06/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/08/2024.

Código de controle da certidão: **630A.20A5.443D.9B1D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.575.068/0001-24

Certidão nº: 8608719/2024

Expedição: 06/02/2024, às 13:54:22

Validade: 04/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.575.068/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **BENEDITO ROBERTO DE GODOY**, Título Eleitoral: **0347 4775 0639**, CPF: **961.430.968-72**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **w74ShX04VqaiQyizsulC8u89N5w=**
Certidão emitida em **06/02/2024 13:58:55**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI**, Título Eleitoral: **0795 8666 0604**, CPF: **050.802.469-28**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **ma9/JUa1+P/FtC5JpKg/NfFL+AM=**
Certidão emitida em **06/02/2024 14:00:04**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **LUZIA MARCIA ALEIXO**, Título Eleitoral: **0346 7233 0680**, CPF: **550.211.909-20**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **vQ8L3XNHRkCSUnIYiCyt82zvJSY=**
Certidão emitida em **06/02/2024 14:00:52**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **ILMA MARIA BATISTA MASSAN**, Título Eleitoral: **0346 6612 0655**, CPF: **587.735.769-72**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **LISQsaKUezrg0gJ0fGANZJuvUBY=**
Certidão emitida em **06/02/2024 14:01:27**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **CLAUDEMIR PAULO DE SOUZA**, Título Eleitoral: **0795 8869 0671**, CPF: **447.268.309-10**, como membro do(a):

- **ÓRGÃO DEFINITIVO** de abrangência **MUNICIPAL** do **DEMOCRATAS(DEM)** de **SANTA MARIANA/PR**, com exercício no período de **16/07/2011** a **16/07/2015** (**CONSELHO FISCAL**).

Código de Validação **Uc9hZvoJdwiELfoqIX4UkGFUvyE=**
Certidão emitida em **06/02/2024 14:02:10**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



PORTARIA Nº 1.366/2018/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53790.001312/2001 e nº 53900.029509/2014-61, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Nova Trento,, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Flores da Cunha/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.367/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000125/1999-10 e nº 53900.026027/2014-59, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de Novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Desterro, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Desterro / PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.423/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001371/1998 e nº 53000.048845/2013-75, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação Novaresendense de Difusão e Apoio - ANDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Resende/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.424/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001344/1998 e nº 53000.007107/2013-78, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Mariana / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1427/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001387/1998 e nº 53900.007550/2014-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2014, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL LAR DA PAZ (FALP), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Dores do Indaia / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1428/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001306/1999 e nº 53900.042007/2015-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI DIOGO DE PARAMOTI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paramoti / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.430/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.000837/2001 e nº 53900.016403/2015-88, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social E Comunicação Popular de Paraipaba, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paraipaba / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.431/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000692/2001 e nº 53900.041564/2015-18, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de novembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO INDEPENDENTE - ACRDI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Sebastião do Passé / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.434/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000038/2000 e nº 53900.002972/2015-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL COUTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Couto de Magalhães de Minas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.508/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000216/2001 e nº 53900.026403/2015-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de agosto de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPANEMA FM ÁGUAS BELAS - PE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Águas Belas / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.602/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar R. A. W. COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PACAJÁ, estado do Pará, por meio do canal 47 (quarenta e sete), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO DE FÁTIMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 16 (dezesseis), no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.063006/2017-65 e da Nota Técnica nº 5741/2018/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Data de Envio:

06/02/2024 14:22:22

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <copec@mcom.gov.br>

Para:

rebecca.martins@mcom.gov.br
cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária - Processo nº 53115.041001/2021-16

Mensagem:

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de revogação da autorização associada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Mariana, no estado do Paraná;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

2.2 elaine.nishida@mcom.gov.br - associado à servidora Elaine Nishida

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Elaine Akemi Nishida Zambon

Celular (13) 98119-9466

Coordenação de Pós Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC

RE: Informação sobre entidade comunitária - Processo nº 53115.041001/2021-16

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Ter, 06/02/2024 14:35

Para:COPEC <COPEC@mcom.gov.br>

Cc:Elaine Akemi Nishida <elaine.nishida@mcom.gov.br>

Processo nº 53115.041001/2021-16

Prezados,

Informa-se que em relação à entidade Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24 consta o registro do Processo de Apuração de Infração - PAI nº 53900.055237/2015-35, conforme PORTARIA Nº 6004/2018/SEI-MCTIC, a aplicação da sanção de multa, no valor de R\$ 799,63 (setecentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos), para o Fistel 50011434465, e atribuir 16 (dezesseis) pontos, em conformidade com a memória de cálculo em anexo, calculada com base na Portaria MC nº 562, de 23 de dezembro de 2011, e na Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, em razão da prática da infração prevista no art. 11 c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612, de 1998.

De: MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <copec@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 6 de fevereiro de 2024 14:22

Para: Rebecca Rackell Oliveira Q. de Araújo Linhares Martins <rebecca.martins@mcom.gov.br>; cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Informação sobre entidade comunitária - Processo nº 53115.041001/2021-16

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de revogação da autorização associada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Mariana, no estado do Paraná;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

2.2 elaine.nishida@mcom.gov.br - associado à servidora Elaine Nishida

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Elaine Akemi Nishida Zambon

Celular (13) 98119-9466

Coordenação de Pós Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária -
COPEC

CHECKLIST DOS DOCUMENTOS

Processo nº:	53115.041001/2021-16		
Interessada:	Associação Cultural de Santa Mariana	CNPJ nº	02.575.068/0001-24
Município/UF:	Santa Mariana/PR		
Período a ser renovado:	08/11/2022 a 08/11/2032		
Data de recebimento da notificação (art. 6º-B da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998):	Não se aplica	Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:	10/12/2021

Documentos	SEI nº	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga assinado por todos os dirigentes Art. 382, § 1º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023	8892917	Contém todas as declarações conforme Anexo XLIII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 (11091175), assinada pelos atuais diretores. 1º requerimento apresentado: 8892917 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
2. Ata de Eleição dos dirigentes Art. 9º, § 2º, inciso II da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 Art. 382, § 1º, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	8892859	Mandato da diretoria: 08/06/2021 a 07/06/2025 Atas anteriores: <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
2.1. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de maioridade e inscrição no CPF Art. 222, § 1º da Constituição Federal Art. 9º, § 2º, inciso III da Lei nº 9.612, de 1998	Benedito Roberto de Godoy Cargo: Presidente 8892905 Henrique de Souza Alberini Cargo: Vice-Presidente 8892894 Luzia Marcia Aleixo Cargo: Secretária Geral 8892915 11280792, fl. 1 Ilma Maria Batista Cargo: Segunda Secretária 8892899 11280792, fl. 2 Claudemir Paulo de Souza Cargo: Tesoureiro 8892864 11280792, fl. 3	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
3. Estatuto social consolidado e registrado Art. 9º, § 2º, inciso I da Lei nº 9.612, de 1998 Art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11216557	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3.1. Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Art. 291, inciso I c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	Art. 2º	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3.2. Ingresso gratuito Art. 291, inciso II c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	Art. 4º, parágrafo único	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

3.3. Voz e voto Art. 291, inciso II c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	Art. 4º, parágrafo único e art. 7º, I	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3.4. Votar e ser votado Art. 291, inciso IV c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	Art. 4º, parágrafo único e art. 7º, II e III	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3.5. Órgão administrativo e Conselho Comunitário, e seu modo de funcionamento Art. 291, inciso V c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	Arts. 12 e 26 a 29	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3.6. Cargos do órgão administrativo e suas atribuições Art. 291, inciso V, alínea "a" c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	Arts. 12 e 15 a 19	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
3.7. Mandato de até 4 anos, uma única recondução Art. 291, inciso V, alínea "b" c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	Art. 13	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência. Tempo de mandato: 4 anos

Documentos	SEI nº	Observações
4. Relatório do Conselho Comunitário Art. 382, § 1º, inciso V c/c art. 367 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11354194	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
4.1. CNPJ das entidades Art. 375, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11354133, 11354138, 11354144, 11354148 e 11354184	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
5. CNPJ Art. 382, § 6º, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 1 Emitida em 06/02/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
6. Fistel Art. 382, § 6º, inciso IV da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 2 Válida até 07/03/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
7. FGTS Art. 382, § 6º, inciso V da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 4 Válida até 17/02/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
8. Fazenda Federal Art. 382, § 6º, inciso VI da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 5 Válida até 04/08/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
9. Justiça do Trabalho Art. 382, § 6º, inciso VII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 6 Válida até 04/08/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
10. Portaria de Autorização (SRD, DOU) Art. 382, § 6º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11282172	Portaria de Autorização nº 564, de 18/09/2000, publicada no DOU de 29/09/2000
11. Decreto Legislativo (SRD, DOU) Art. 382, § 6º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11279883	Decreto Legislativo nº 249, de 07/11/2002, publicado no DOU de 08/11/2002

Documentos	SEI nº	Observações
12. Relatório de apuração de infrações Art. 382, § 6º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11362149	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
13. Vínculo Político-Partidário Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 Art. 258, inciso III, alínea "a", números 1, 2, 3 e 4 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360969	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

<p>14. Vínculo Familiar</p> <p>Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998</p> <p>Art. 258, inciso III, alínea "b" da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	<p>Benedito Roberto de Godoy Cargo: Presidente 8892905</p> <p>Henrique de Souza Alberini Cargo: Vice-Presidente 8892894</p> <p>Luzia Marcia Aleixo Cargo: Secretária Geral 8892915 11280792, fl. 1</p> <p>Ilma Maria Batista Cargo: Segunda Secretária 8892899 11280792, fl. 2</p> <p>Claudemir Paulo de Souza Cargo: Tesoureiro 8892864 11280792, fl. 3</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.</p>
<p>15. Vínculo Religioso</p> <p>Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998</p> <p>Art. 258, inciso III, alínea "a", números 6 e 7 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	8892859	<p><input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.</p>
<p>16. Vínculo Comercial</p> <p>Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998</p> <p>Art. 258, inciso III, alínea "a", número 5 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	8892859	<p><input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.</p>
<p>17. Outro tipo de Vínculo</p> <p>Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998</p> <p>Art. 258, inciso III, alínea "c" da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	11280263	<p><input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.</p>

Observações Adicionais
Não há.

Conclusão
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, de forma que é possível prosseguir com o deferimento da renovação da outorga.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 06/02/2024, às 23:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11360974** e o código CRC **42E74E42**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000283/2023-70

INTERESSADA: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE

ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL SOBRE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

EMENTA: Elaboração de **manifestação jurídica referencial** sobre análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do **serviço de radiodifusão comunitária**. Constituição Federal, art. 223, § 3º. Lei nº 9.612, de 1998. Decreto nº 2.615, de 1998. Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018. Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 9.018, de 28 de março de 2023. Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023 (republicou a Portaria nº 9.018 por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1). Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014. Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU. Observância das recomendações apresentadas pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 38941/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE do Ministério das Comunicações encaminhou a esta Consultoria Jurídica o Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, formalizado em razão do **Despacho nº 01005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10907541)**, dirigido à SECOE, pelo qual foi solicitado o levantamento do quantitativo de pedidos administrativos de **renovação de autorização** para execução do **serviço de radiodifusão comunitária**, a motivar eventual elaboração de nova **manifestação jurídica referencial** sobre o assunto, considerando o tempo transcorrido desde a emissão do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** sobre o tema e as alterações normativas ocorridas desde então.

2. Vejamos, a propósito, o quanto solicitou esta CONJUR por intermédio do citado **Despacho nº 01005/2023**, *in litteris*:

“A Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações emitiu o PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, cujo teor versa sobre a análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. *Em razão do decurso de tempo e da alterações normativas ocorridas, após a emissão do citado PARECER REFERENCIAL, é importante consultar a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE sobre o atual volume de processos sobre a renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.*

3. *A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica reavalie a necessidade da edição de um novo PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.*

4. *Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:*

‘ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a. o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente;

b. a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples

conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014
LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS'

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da **renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitárias** se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos.

8. Deste modo, é importante que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de novo parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.” (grifos do original)

3. Em resposta, informou a SECOE em sua **NOTA TÉCNICA Nº 8407/2023/SEI-MCOM (10946526)**, in verbis:

“ No que se refere à solicitação apresentada no **Despacho nº 1005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10907541)** sobre a renovação do serviço de radiodifusão comunitária, que solicita informações quanto ao **quantitativo de processos de RADCOM**, informamos que esta secretaria possui em seu estoque processual **aproximadamente 2.700 processos**.” (grifamos)

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

5. Sendo o que nos cabia relatar, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PARECER REFERENCIAL

6. Diante do excessivo envio de consultas repetitivas sobre assunto idêntico, tumultuando, não raro, a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, além de dificultar o desempenho das suas atribuições institucionais, julgou a Advocacia-Geral da União – AGU ser de bom alvitre editar a **Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014**, que possibilita a elaboração de **manifestação referencial** nessas hipóteses, estabelecendo, *ipsis litteris*:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

“**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de **manifestação jurídica referencial**, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de **análise individualizada** pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica **atesta, de forma expressa**, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação;

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias **idênticas e recorrentes** impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da **simples conferência de documentos**.” (ênfases acrescidas)

7. Conforme se extrai da normativa sob transcrição, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência, insculpido no **art. 37, caput, da Constituição Federal**, por balizar todos os casos concretos,

cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado, evitando, desse modo, o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, desprovidos de questão de natureza jurídica particular a ser enfrentada.

8. O próprio **Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU** recomenda a utilização do **parecer referencial**, nos moldes do **Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas da Advocacia-Geral da União**, ao estabelecer, *in litteris*:

“Como o Órgão Consultivo desempenha importante função de estímulo à padronização e à orientação geral em assuntos que suscitam dúvidas jurídicas, recomenda-se que a respeito elabore minutas-padrão de documentos administrativos e pareceres com orientações in abstracto, realizando capacitação com gestores, a fim de evitar proliferação de manifestações repetitivas ou lançadas em situações de baixa complexidade jurídica.”

9. De outra parte, ao analisar os preceitos contidos na supracitada **Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014**, o **Tribunal de Contas da União - TCU** manifestou-se de forma favorável à utilização de um mesmo parecer jurídico envolvendo matéria comprovadamente idêntica e que abranja todas as questões jurídicas pertinentes, ao discorrer, *in litteris*:

“Informativo TCU nº 218/20143. É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes.

Embargos de Declaração opostos pela Advocacia-Geral da União (AGU), em face de determinação expedida pelo TCU à Comissão Municipal de Licitação de Manaus e à Secretaria Municipal de Educação de Manaus, alegara obscuridade na parte dispositiva da decisão e dúvida razoável quanto à interpretação a ser dada à determinação expedida. Em preliminar, após reconhecer a legitimidade da AGU para atuar nos autos, anotou o relator que o dispositivo questionado ‘envolve a necessidade de observância do entendimento jurisprudencial do TCU acerca da emissão de pareceres jurídicos para aprovação de editais licitatórios, aspecto que teria gerado dúvidas no âmbito da advocacia pública federal’.

Segundo o relator, o cerne da questão ‘diz respeito à adequabilidade e à legalidade do conteúdo veiculado na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, que autoriza a emissão de ‘manifestação jurídica referencial, a qual, diante do comando (...) poderia não ser admitida’.

Nesse campo, relembrou o relator que a orientação do TCU ‘tem sido no sentido da impossibilidade de os referidos pareceres serem incompletos, com conteúdos genéricos, sem evidenciação da análise integral dos aspectos legais pertinentes’, posição evidenciada na Proposta de Deliberação que fundamentou a decisão recorrida. Nada obstante, e ‘a despeito de não pairar obscuridade sobre o acórdão ora embargado’, sugeriu o relator fosse a AGU esclarecida de que esse entendimento do Tribunal não impede que o mesmo parecer jurídico seja utilizado em procedimentos licitatórios diversos, desde que trate da mesma matéria e aborde todas as questões jurídicas pertinentes.

Nesses termos, acolheu o Plenário a proposta do relator, negando provimento aos embargos e informando à AGU que ‘o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos, sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma’. Acórdão 2674/2014 Plenário, TC 004.757/20149, relator Ministro Substituto André Luís de Carvalho, 8/10/2014.” (sublinhamos)

10. Sendo certo possuir a manifestação jurídica referencial o condão de uniformizar a atuação do órgão jurídico relativamente às consultas repetitivas, nesse mesmo sentido, portanto, se pautou a Corte Superior de Contas, ao acolher os preceitos contidos na ON/AGU nº 55, de 2014, reconhecendo que tais manifestações tornam desnecessária a análise individualizada de processos que versem sobre matéria já analisada em abstracto, aplicando-se as orientações jurídicas nelas veiculadas a todo e qualquer processo com idêntico contexto.

11. Destarte, volvendo ao inteiro teor da supracitada norma da AGU, imperioso observar que a elaboração de **manifestação jurídica referencial** depende da confluência de **dois** requisitos objetivos, a saber:

i) a ocorrência de embaraço à atividade consultiva em razão da tramitação de elevado número de processos administrativos versando sobre matéria repetitiva; e

ii) a singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, que se restringe a verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

12. Em relação ao **primeiro** requisito, indubitoso que o encaminhamento de um quantitativo expressivo de processos administrativos, na ordem de **2.700 processos** (dois mil e setecentos - vide teor da **NOTA TÉCNICA Nº 8407/2023/SEI-MCOM**), tem a faculdade de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da Advocacia-Geral da União - AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

13. No que tange ao **segundo** requisito, tem-se que os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária caracterizam-se, via de regra, pela semelhança dos casos sob apreciação, limitando-se à conferência meramente documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, sob a responsabilidade da SECOE.

14. A dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado pela citada Secretaria, portanto, fica condicionada ao seu **pronunciamento expresso**, assegurando que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já elaborada sobre a questão.

15. Tais aspectos, todavia, não possuem poder de atribuir ao parecer referencial qualquer caráter vinculante, visto inexistir vedação para o encaminhamento dos autos a esta Consultoria Jurídica para análise de eventual viés jurídico considerado de importância para a área técnica, caso existam dúvidas sobre a adequação da situação fática aos preceitos da ON/AGU nº 55, de 2014, ou na hipótese de serem constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial.

16. Pelo exposto, resta evidente inexistir óbice legal para a emissão de parecer referencial atualizado por esta Consultoria Jurídica *in casu*, no que concerne à análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

II.2 - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

17. Por competir a esta Consultoria Jurídica, nos termos do **art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993**, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, tornou-se usual destacar, antes da análise de qualquer pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de **radiodifusão comunitária**, a observância dos preceitos consubstanciados no **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU[1]**, que dispõe, *in litteris*:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

18. Até a emissão do citado **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, no ano de 2022, portanto, a prestação do serviço de radiodifusão comunitária encontrava-se disciplinada pelas seguintes normas:

- **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**;

- **Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998**; e

- **Portaria MCOM nº 4.334, de 21 de setembro de 2015** (DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015), alterada pela:

- **Portaria MCOM nº 1.909, de 05 de abril de 2018** (DOU nº 67, de 09 de abril de 2018); e pela

- **Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018** (DOU nº 71, de 13 de abril de 2018).

19. No decorrer do ano corrente, contudo, foi editada a **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023, revogando[2]** expressamente as duas portarias que alteraram a **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, e, no seu **Título VII[3]**, referida **Portaria de Consolidação 9.018** reproduziu o inteiro teor do **Capítulo VII[4]** da **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, cujas disposições, por seu turno, foram novamente reproduzidas sem alteração em novo ato ministerial, na forma da novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023** (republicou a Portaria nº 9.018 por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1), cujo **Título VII**, portanto, assim dispõe:

"TÍTULO VII DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, Capítulo VII)

Art. 381. *A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecido este livro e as disposições legais vigentes. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 129, caput)*

Art. 382. *A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério das Comunicações entre os 12(doze) e os 2(dois) meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, caput)*

§ 1º *A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º)*

I - requerimento de renovação (Anexo XLIII), assinado por todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, I)

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 291; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, II)

III - ata de eleição da diretoria em exercício; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, III)

IV - prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, IV)

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 367; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, V)

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, VI)

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 2º)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 3º)

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 259, que seguirão as suas próprias disposições. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 4º)

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 5º)

§ 6º O Ministério das Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º)

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, I)

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, II)

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, III)

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, IV)

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, V)

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VI)

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VII)

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 7º)

§ 8º O Ministério das Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 8º)

Art. 383. *Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no art. 382, caput, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, caput)*

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 1º)

§ 2º A sanção prevista no § 1º será aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 2º)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério das Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 3º)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 4º)

Art. 384. *A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata esse livro, nos casos em que: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, caput)*

I - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, II)

II - seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 259; ou (Redação dada pela

III - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, V)

Parágrafo único. Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso III do caput, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério das Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, parágrafo único)

Art. 385. O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 133, caput)

Art. 386. Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 134, caput)"

20. Volvendo, assim, à primeira norma que regula os serviços de radiodifusão citada no parágrafo 18 deste parecer, é possível extrair das disposições da **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**, que a primeira exigência a ser observada pela entidade interessada em renovar a outorga para continuar prestando serviços de radiodifusão comunitária será dirigir **requerimento** ao “**Poder Concedente**” - Ministério das Comunicações -, entre os **doze e os dois meses** anteriores ao término da vigência da outorga, sempre válida por **dez anos**, nos termos do seu **art. 6º, parágrafo único**, e do **art. 6º-A[5]**.

21. Referida exigência encontra-se prevista na citada **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, reproduzida na novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023**, onde se encontram elencados, por sua vez, todos os demais requisitos para a recepção do pedido de **renovação de autorização** e consequente análise e deferimento no âmbito desta Pasta Ministerial, conforme texto transcrito acima, além de manter inalterado, inclusive, convém frisar, o “**ANEXO V - MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**”, da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 2023** (ausente no texto da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1/2023), na forma do texto transcrito abaixo:

“ANEXO V
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da Entidade									
Razão Social									
Nome Fantasia		CNPJ							
Endereço de Sede									
Município		UF		CEP					
Nome do Representante legal									
Endereço Eletrônico (e-mail)									
Endereço de Correspondência									
Município		UF		CEP					
LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE									
Endereço:									
Município		UF		CEP					
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):				Latitude: ° (N/S) *					
				Longitude: ° W "					

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**. Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do Dirigente:						
Cargo:			Tít. Eleitor:			
RG:		Órgão Emissor:		CPF		
Endereço						
Município:		UF:		CEP		
Assinatura:						

(...)

AT E N Ç Ã O: - Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015. - Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão. - Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação." (sublinhamos)

22. Conforme se extrai de todas as normas citadas acima, a entidade que pretender renovar a autorização anteriormente concedida deve apresentar:

i) **requerimento** de renovação entre o período de doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, conforme modelo constante do **Anexo V** transcrito acima;

ii) **estatuto social** atualizado e **ata de eleição** da diretoria em exercício, ambos registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

iv) **prova de maioridade, nacionalidade** e o comprovante de **inscrição no CPF** de todos os dirigentes;

v) **último relatório** do **Conselho Comunitário**, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do serviço de radiodifusão comunitária, observado o disposto no **art. 116[6]** da mesma norma; e

vi) **declaração**, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas **instalações e equipamento** em conformidade com a última autorização ministerial, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

23. Ademais, o **pedido de renovação** de autorização, em particular, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

i) portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

ii) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

iii) comprovante de inscrição no CNPJ;

iv) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

v) certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

vi) certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal; e

vii) certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

24. Vale destacar que, caso julgue necessário, o Ministério das Comunicações, por meio da SECOE, poderá solicitar qualquer um dos documentos citado acima diretamente à entidade que pretende renovar a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como determinar diligências, solicitar outros documentos, bem como requerer esclarecimentos, quando entender imprescindíveis ao regular cumprimento das disposições normativas que regem referido serviço.

25. Afigura-se necessário, igualmente, venha a SECOE certificar, no curso do processo de renovação de autorização, a inexistência de vínculo vedado pelo **art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 43 do Decreto nº 2.615, de 1998**.

26. Nunca é demais recordar, por oportuno, de amplo conhecimento da SECOE, a **anistia** concedida pela **Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022** (“*Institui o Programa Internet Brasil*”), ao conferir nova redação ao **art. 2º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017** (dispõe “*sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão*”), no tocante às **intempestividades** de protocolos de renovação, isto é, apresentados fora do prazo legal, que passaram a ser conhecidos por esta Pasta, a partir do que passou a estabelecer referido dispositivo, *in verbis*:

“Art. 12. A Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.’” (grifos nossos)

27. Inaplicável, portanto, as disposições previstas no § 3º do **art. 131 da Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**^[7], nas hipóteses de manifestações **intempestivas** destinadas à renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, que julgamos oportuno reproduzir mais uma vez abaixo:

“Art. 131. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no caput do art. 130, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta.

(...)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente.” (sublinhamos)

28. Por fim, constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, **editar a portaria de renovação da autorização** para execução do serviço de radiodifusão comunitária (vide art. 223 da Constituição Federal, art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963), sem prejuízo da adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão (art. 223, § 1º, da Constituição Federal).

29. De se ver, portanto, que a aplicação deste PARECER REFERENCIAL requer a adequação da legislação de regência da espécie, notadamente o preenchimento dos requisitos acima mencionados, cabendo à SECOE atestar, de **forma expressa**, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação jurídica.

30. Em face do exposto e considerando as recomendações deduzidas acima, notadamente nos itens 18 a 23 deste PARECER REFERENCIAL, tem-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE deste Ministério deverá observar as orientações acima explicitadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (**Lei nº 9.612, de 1998, Decreto nº 2.615, de 1998, Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018**, além da novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023** e sua reedição como **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023**), na apreciação dos processos administrativos relacionados a pedido de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida.

31. Por fim, imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, à complementação, ao aperfeiçoamento ou à ampliação de posicionamento lançado na presente manifestação jurídica referencial, ou mesmo adaptá-la à eventual inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União - AGU.

III – CONCLUSÃO

32. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam de pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida;

ii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, por força do disposto na Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de eventual dúvida jurídica;

iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica;

iv) constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na forma da minuta propositiva que segue este pronunciamento (Anexo I), que deverá ser adotada pela SECOE a partir do recebimento deste parecer, sem prejuízo das adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão;

v) o PARECER REFERENCIAL sob referência não se aplica às hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável à renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização;

vi) em razão da edição do presente PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, impõe-se a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, emitido no ano de 2022 pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações - CONJUR/MCOM, razão pela qual referido PARECER não deve ser mais utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão; e

vii) nos termos do **art. 6º** [\[8\]](#) da **Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022**, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação.

32. A Coordenação de Administração desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações:

i) identificar, por meio do SUPRSAPIENS, o Departamento de Gestão de Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL n. 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; e

ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica.

33. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 20 de setembro de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

ANEXO I

Minuta

PORTARIA DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº _____, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº ____/20 ____/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº ____/20 ____/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER nº ____), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de ____ de ____ de 20 __, a autorização outorgada à (interessada), inscrita no CNPJ nº _____, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de _____, estado de _____.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

L i n k : <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/ManualdeBoasPraticasConsultivas4Edicaorevistaeampliadaaversao padrao.pdf>.

[2] “DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(...)

Art. 539. Ficam revogadas, por consolidação, as seguintes normas:

(...)

XLIII - Portaria GM/MCTIC nº 1.909, de 06 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 09 de abril de 2018, p. 23;

XLIV - Portaria GM/MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 13 de abril de 2018, p. 40;”

[3] “TÍTULO VII
DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO
(Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, Capítulo VII)

Art. 377. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecido este livro e as disposições legais vigentes. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 129, caput)

Art. 378. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério das Comunicações entre os 12(doze) e os 2(dois) meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, caput)

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º)

I – requerimento de renovação (Anexo XLI), assinado por todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, I)

II – estatuto social atualizado, nos termos do art. 287; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, II)

III – ata de eleição da diretoria em exercício; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, III)

IV – prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, IV)

V – último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 363; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, V)

VI – declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, VI)

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 2º)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 3º)

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 255, que seguirão as suas próprias disposições. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 4º)

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 5º)

§ 6º O Ministério das Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º)

I – portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, I)

II – relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, II)

III – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, III)

IV – certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, IV)

V – certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, V)

VI – certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União,

expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VI)

VII – certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VII)

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 7º)

§ 8º O Ministério das Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 8º)

Art. 379. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no art. 378, caput, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, caput)

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 1º)

§ 2º A sanção prevista no § 1º será aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 2º)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério das Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 3º)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 4º)

Art. 380. A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata esse livro, nos casos em que: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, caput)

I – não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, II)

II – seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 255; ou (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, III)

III – aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, V)

Parágrafo único. Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso III do caput, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério das Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, parágrafo único)

Art. 381. O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 133, caput)

Art. 382. Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 134, caput)”

[4] “Portaria MCOM nº 4.334, de 21 de setembro de 2015
(...)”

CAPÍTULO VII DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO

Art. 129. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecida esta Portaria e as disposições legais vigentes.

Art. 130. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

III - ata de eleição da diretoria em exercício; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

IV - prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

III - comprovante de inscrição no CNPJ; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

Art. 131. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no caput do art. 130, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 2º A sanção prevista no § 1º será aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente." (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

Art. 132. A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que: (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

I - a entidade manifestar intempestivamente interesse na renovação; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; (Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

III - seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 7º-A; ou (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

IV - ~~o estatuto social atualizado não observa os requisitos do art. 40 desta Portaria;~~ e (Revogado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

V - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva.

Parágrafo único. A existência de vínculo, verificada no curso do processo, é vício de caráter insanável [IGP1] -

Parágrafo único. Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso V, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

Art. 133. O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional. [SAGNM2]

Art. 134. Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação.”

[5] “**Art. 6º** Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002)

Art. 6º-A. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)

§ 2º A autorizada com funcionamento em caráter precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)

§ 3º Não havendo solicitação de renovação da outorga no prazo previsto no caput deste artigo e não havendo resposta tempestiva à notificação prevista no art. 6º-B, o Poder Concedente aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)” (sublinhamos)

[6] “Art. 116. Sempre que solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018)

Parágrafo único. O relatório deverá ser assinado por todos os Conselheiros Comunitários e devem estar indicadas as entidades representadas por cada um deles. (Incluído dada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018)”

[7] Obs.: o **inciso I** do **art. 132** (transcrito abaixo) da **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, que também se referia à hipótese de indeferimento da renovação em caso de manifestação intempestiva, não foi reproduzido nem no texto da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018/2023**, tampouco no texto da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1/2023** (vide **art. 380** da **Portaria Cons. nº 9.018/2023**, e o **art.384** da **Portaria Cons. nº 01/2023**, cujos **incisos “I”** abrigam a redação do **inciso II** da **Portaria nº 4.334, hoje extinto**).

Portaria nº 4.334/2015

“**Art. 132.** A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que:

I - a entidade manifestar intempestivamente interesse na renovação;” (sublinhamos)

[8] Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022

“Art. 6º. A MJR não poderá ter prazo de validade inicial maior que dois anos, sendo admitidas sucessivas renovações.” (destacamos)

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1283173180 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-09-2023 13:59. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01946/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000283/2023-70

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE

ASSUNTO: Renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela Dr(a). **Drª. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, que trata de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que tratam da renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Em razão da aprovação de novo PARECER REFERENCIAL sobre a análise de renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, tem-se que deve haver a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, anteriormente editado sobre o mesmo assunto.
3. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1287161484 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-09-2023 14:07. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01960/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000283/2023-70

INTERESSADA: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: PARECER REFERENCIAL. RÁDIO DIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO.

Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e seu despacho correlato, os quais tratam de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que tratam da renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

Em razão da aprovação de tal **PARECER REFERENCIAL**, tem-se que a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, anteriormente editado sobre o mesmo assunto, é medida que se impõe.

A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência demais providências cabíveis.

Brasília, 22 de setembro de 2023.

TIAGO LINHARES DIAS

Advogado da União
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1288547172 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-09-2023 16:35. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

COTA n. 00360/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000283/2023-70

INTERESSADO: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ASSUNTO: CORREÇÃO DE EQUÍVOCO CONSTANTE DO TEXTO DO PARECER REFERENCIAL Nº 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU SOBRE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Serve a presente Cota para corrigir equívoco cometido no **item 21** do **Parecer Referencial nº 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que deverá prevalecer de acordo com a redação que se segue:

“21. Referida exigência encontra-se prevista na citada **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, reproduzida na **novel Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023**, onde se encontram elencados, por sua vez, todos os demais requisitos para a recepção do pedido de **renovação de autorização** e consequente análise e deferimento no âmbito desta Pasta Ministerial, conforme seu **ANEXO XLIII - MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, transcrito abaixo:

'ANEXO XLIII
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
(Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, Anexo 5)
(Redação dada pela PRT GM/MCOM 9.296/2023)

Qualificação da Entidade					
Razão Social					
Nome Fantasia	CNPJ				
Endereço de Sede					
Município		UF		CEP	
Nome do Representante legal					
Endereço Eletrônico (e-mail)					
Endereço de Correspondência					
Município		UF		CEP	
LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município		UF		CEP	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude: ° (N/S) ”			
		Longitude: ° W ”			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à

gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do Dirigente:					
Cargo:				Tít. Eleitor:	
RG:		Órgão Emissor:		CPF	
Endereço					
Município:		UF:		CEP	
Assinatura:					

(...)

AT E N Ç Ã O:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.

- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.

- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação. ' '

2. Encaminhe-se esta Cota à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência.

Brasília, 28 de dezembro de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1376931555 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 28-12-2023 12:53. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 2092/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.041001/2021-16.

INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE A INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo administrativo trata de pedido formulado pela **Associação Cultural de Santa Mariana** inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária, no município de **Santa Mariana**, estado de **Paraná**, para o período de 08/11/2022 a 08/11/2032.
2. Os autos foram instaurados, em 10/12/2021, por ocasião do protocolo do requerimento de renovação (8892917).
3. Posteriormente, foi realizada a seguinte instrução processual:
 - a) Ofício nº 37529/2023/MCOM(11282181), recebido em 20/12/2023, conforme correspondência eletrônica (11284285).
4. Por fim, conforme *Checklist* (11360974), concluiu-se que a documentação “**está em conformidade** com o disposto na legislação, de forma que é possível prosseguir com o deferimento da renovação da outorga” (grifo no original).
5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

6. De acordo com o parágrafo único do art. 6º da [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), o prazo da autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária pode ser renovado, por períodos sucessivos de 10 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por portaria, subscrita pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 1º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).
7. A viabilidade da renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária está condicionada ao preenchimento dos requisitos consubstanciados, em especial, na mencionada [Lei nº 9.612, de 1998](#), no [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#), e na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023](#) publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria retificada pelo [Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023](#)).
8. No caso em apreço, trata-se de **2º período renovatório**. A outorga do serviço de radiodifusão comunitária foi conferida à Associação Cultural de Santa Mariana, originalmente, por meio da Portaria nº 564, de 18 de setembro de 2000, publicada no DOU de 29/09/2000 (11282172), e do Decreto Legislativo nº 249, de 7 de novembro de 2002, publicado no DOU de 08/11/2002 (11279883). Oportuno registrar que a data da publicação do primeiro decreto legislativo é utilizada para fins de aferição do prazo de 10 anos de execução do serviço, conforme preconiza o art. 324 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#). Já a primeira renovação da outorga, que compreende o período de 08/11/2012 a 08/11/2022, foi autorizada por meio da Portaria nº 1.424, de 22 de março de 2018, publicada no DOU de 29/03/2018 (11362152), no entanto, até este momento, não consta publicação do decreto legislativo correspondente.
9. De acordo com o art. 6º-A da [Lei nº 9.612, de 1998](#), as entidades interessadas deverão encaminhar o pedido de renovação no prazo legalmente fixado “entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga”. Assim, a Entidade teria entre 08/11/2021 e 08/09/2022 para manifestar-se acerca do interesse em continuar executando o serviço.
10. Uma vez que a Radiodifusora encaminhou o pedido de renovação (8892917), em 10/12/2021, ou seja, no prazo legalmente previsto, considera-se **tempestivo**.
11. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 08/11/2022, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 6º-A, §§ 1º e 2º da [Lei nº 9.612, de 1998](#).

12. De acordo com o art. 382 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#) o processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária deve ser instruído, entre outros, com a seguinte documentação:

Art. 382. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;

III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos:

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

III - comprovante de inscrição no CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet.

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

13. Conforme *Checklist* (11360974), que acompanha esta Nota Técnica, a documentação apresentada está em conformidade com a legislação que rege o serviço. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na [Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018](#), especialmente o art. 3º, **caput** e §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Em especial, a Radiodifusora colacionou aos autos:

a) Requerimento administrativo, assinado por todos os atuais dirigentes, contendo declaração devidamente firmada pelo seu representante legal, atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização dada pelo Ministério das Comunicações e de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente (8892917);

b) Estatuto social (11216557), devidamente arquivado e registrado no respectivo órgão cartorial, com observância das disposições constantes no art. 291 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#);

c) Ata de eleição da diretoria em exercício (8892859), com mandato válido até 07/06/2025;

d) Comprovantes de maioridade, de nacionalidade e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os dirigentes (8892905, 8892894, 8892915, 8892899, 8892864 e 11280792); e

e) Último relatório do Conselho Comunitário (11354194, 11354133, 11354138, 11354144, 11354148 e 11354184),

observando-se as disposições do art. 367 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

15. Pela análise das informações constantes nos autos, bem como pesquisas realizadas nos sistemas oficiais atualmente disponíveis à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), e considerando-se as Declarações (892917), as Certidões da Pessoa Jurídica (11360948), as Certidões de Informações Partidárias (11360969) e o Relatório do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO) (11280263), **não se vislumbra, de forma clara e objetiva, a presença de qualquer estabelecimento ou manutenção de vínculos** que subordinem ou sujeitem a pessoa jurídica detentora da outorga do serviço de radiodifusão comunitária à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, em desacordo ao art. 11 da [Lei nº 9.612, de 1998](#).

16. O relatório de apurações de infrações (11362149), referente ao período de vigência da outorga, emitido pela Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM), informa que não houve a aplicação, de forma definitiva, da penalidade de revogação da autorização. Portanto, entende-se que não há óbice para o prosseguimento da renovação da outorga.

17. Observa-se que os autos se encontram corretamente instruídos. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11362150), dispensou a análise jurídica individualizada dos processos administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

32. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam de pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida;

ii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, por força do disposto na Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de eventual dúvida jurídica;

iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica;

iv) constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na forma da minuta propositiva que segue este pronunciamento (Anexo I), que deverá ser adotada pela SECOE a partir do recebimento deste parecer, sem prejuízo das adoções das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão;

v) o PARECER REFERENCIAL sob referência não se aplica às hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável à renovação de autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização;

vi) em razão da edição do presente PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, impõe-se a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.º 00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, emitido no ano de 2022 pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações - CONJUR/MCOM, razão pela qual referido PARECER não deve ser mais utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão; e

vii) nos termos do **art. 6º [8] da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022** a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação. [grifos no original]

18. Portanto, entende-se que **é dispensável o envio dos autos à unidade consultiva**, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11362150).

19. Dessa forma, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária.

CONCLUSÃO

20. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

I - envio dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações** para apreciação das minutas de Portaria e Exposição de Motivos e posterior deliberação, nos termos do art. 6º, parágrafo único da [Lei nº 9.612, de 1998](#); e

II - em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República** para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

21. Além disso, pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

22. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 14/02/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Técnico-Administrativo**, em 14/02/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 14/02/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11362151** e o código CRC **8E53A50A**.

Minutas e Anexos

Checklist (11360974);

Minuta de Portaria (11362155); e

Minuta de Exposição de Motivos (11362156).



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2024.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11362150), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

§ 1º A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 14/02/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 14/02/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 01/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11362155** e o código CRC **C1A9AE17**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU(11362150), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº __, de __ de ____ de __, publicada no Diário Oficial da União de __/__/__, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a outorga da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Santa Mariana, estado do Paraná.
2. Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 14/02/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 14/02/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 01/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11362156** e o código CRC **F4FAF8B5**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53115.041001/2021-16

Interessado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA.

Assunto: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 2092 (11362151), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao Gabinete do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) Envio dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações** para apreciação das minutas de Portaria (11362155) e Exposição de Motivos (11362156) e posterior deliberação, nos termos do art. 6º, parágrafo único da [Lei nº 9.612, de 1998](#); e

b) Em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República** para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

Além disso, pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, em 01/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11372333** e o código CRC **8BC0CED8**.

Minutas e Anexos

Minuta de Portaria (11362155)

Minuta de Exposição de Motivos (11362156)



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12410, DE 04 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

§ 1º A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/03/2024, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11402016** e o código CRC **F2250739**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 4 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria MCOM nº 12410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de __/__/____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a outorga da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24) executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/03/2024, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11402042** e o código CRC **6C0C8B7F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 47779/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12410/2024(11402016) e a Exposição de Motivos nº 169/2024 (11402042)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Desacho DEPUB_MCOM 1(1372333), encaminho a Portaria nº 12410/2024(11402016) e a Exposição de Motivos nº 169/2024 (11402042), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 12/03/2024, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11402051** e o código CRC **EE11DD66**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 15/03/2024 17:57:02
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10223719
Data prevista de publicação: 18/03/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21473121	PORTARIA MCOM NA 12343.rtf	17f646c163422896 461709e7f75b81ad	9,00	R\$ 350,28
21473122	PORTARIA MCOM NA 12245.rtf	768208a96cc10256 2c863657772f128a	26,00	R\$ 1.011,92
21473123	PORTARIA MCOM NA 12244.rtf	4b070be32250eadd 3cadd3cb1b9efd62	26,00	R\$ 1.011,92
21473124	PORTARIA MCOM NA 12410.rtf	c60600dec826caf6 4b2885432ca50f01	8,00	R\$ 311,36
21473125	PORTARIA MCOM NA 12398.rtf	dd747e9f44efca4a 0f0a0786e527ccb9	7,00	R\$ 272,44
21473126	PORTARIA MCOM NA 12397.rtf	acada04d97d1da4d a35031756112b342	8,00	R\$ 311,36
21473147	PORTARIA MCOM NA 12299.rtf	15fb483313fd713a c39076718758b44f	8,00	R\$ 311,36
21473148	PORTARIA MCOM NA 12287.rtf	e12a0ba53d5aa4c2 5d203f5ba3f3458a	8,00	R\$ 311,36
21473149	PORTARIA MCOM NA 12269.rtf	e9b2fdc4176291a3 9b00852692a3a1ae	8,00	R\$ 311,36
21473150	PORTARIA MCOM NA 12267.rtf	48fb6afc4d0dae14 139efe51da0f9407	8,00	R\$ 311,36
21473151	PORTARIA MCOM NA 12268.rtf	7b34da7ba720931a 30381151e8f570bb	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			124,00	R\$ 4.826,08

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/03/2024 | Edição: 53 | Seção: 1 | Página: 16

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.410, DE 4 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal,

Considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

§ 1º A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



BOA TARDE
Adauto Soares de Brito Neto
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD »»» RADCOM »»» Consultas »»» **Geral** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF:	PR	Distrito:	Santa Mariana
Município:	Santa Mariana	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Específico:	
Fase:	3		

Dados da Entidade

Entidade:	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA	CNPJ:	02.575.068/0001-24
Nome Fantasia:		Bairro:	CENTRO
Logradouro:	PRACA GETULIO VARGAS, 200 - CENTRO	Número:	.
Telefone:	Não Informado	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:	02575068000124	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil						
Número do CEP:	86350000	Logradouro:	PRACA GETULIO VARGAS, 200 - CENTRO				
Número:	.	Complemento:		Bairro:	CENTRO	Estado:	PR
Município:	Santa Mariana	Distrito:	Santa Mariana	SubDistrito:			
Telefone:		Fax:					

Endereço de Correspondência

País:	Brasil						
Número do CEP:	86350000	Logradouro:	PRACA GETULIO VARGAS, 200 - CENTRO				
Número:	.	Complemento:		Bairro:	CENTRO	Estado:	PR
Município:	Santa Mariana	Distrito:	Santa Mariana	SubDistrito:			
Telefone:		Fax:		E-mail:			

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:	18/09/2000	Data Limite Instalação:	05/03/2020
Número do Processo:	537400013441998	Fistel:	50011434465
Caixa:		Sequência:	

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	564	Portaria	MC	18/09/2000	29/09/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	20223	ATO	SCM	22/10/2001	30/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	249	Decreto Legislativo	CN	07/11/2002	08/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	32151	ATO	SCM	12/12/2002	13/12/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	1424	Portaria	MC	22/03/2018	29/03/2018	Renovação	Jur.

	6004	Portaria	MC	21/11/2018	22/11/2018	Multa	Jur.
	12410	Portaria	MC	04/03/2024	18/03/2024	Renovação	Jur.


☒ Característica da Estação Instalada

☐ Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade:	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA - CNPJ/CPF(02.575.068/0001-24)			Situação:	Entidade não possui débitos
Município/UF:	SANTA MARIANA/PR			Canal:	200
Indicativo:	ZYM227				
Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim	X	
Domingo	Sábado	06:00	24:00	X	

 Tela Inicial

 Imprimir



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48291/2024/MCOM

Brasília, 18 de março de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11402042)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DE PUB_MCOM (11372333), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 169/2024 (11402042), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 19/03/2024, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11428024** e o código CRC **64D9A012**.

Brasília, 22 de Março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria MCOM nº 12410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a outorga da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24), executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 10482/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.041001/2021-16.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 25/03/2024, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11439947** e o código CRC **35A8C4E2**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIANA
ESTADO DO PARANÁ
Exercício: 2013

ALVARÁ DE LICENÇA N.º 007/2002

2º VIA

De acordo com o despacho no requerimento protocolado nº 620/2013 de 21/03/2013, é autorizada a concessão da Licença prevista na Lei nº 435/94 - Artigo 73 de 07/12/1994, para o estabelecimento abaixo:

Número do Cadastro: 00002138		
Nome da Firma ou Razão Social: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA		
C.N.P.J. / C.P.F. N.º 0..-	ÁREA UTILIZADA(M2)	0,00
ENDEREÇO: PRACA GETULIO VARGAS	N.º 200	
BAIRRO: CENTRO	COMP.:	
Setor Econômico: ASSOCIAÇÃO		
Atividade/Ramo: RADIO COMUNITARIA		
Nome Fantasia: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA		

Santa Mariana, 21 de março de 2013.


NELSON PAULINO LEITE JUNIOR

Diretor do Depto. de Administração


JORGE RODRIGUES NUNES
Prefeito

OBSERVAÇÕES: Sempre que houver alteração que modifique a categoria do estabelecimento, nome da firma ou mudança de endereço, o licenciado deverá apresentar este título para efeito de registro. Este ALVARÁ é pessoal intransferível e deverá ser afixado obrigatoriamente em local visível do estabelecimento.

Rua Antonio Manoel dos Santos nº 151 - Fone (043) 3531-1144 - Fax (043) 3531-1544

Caixa Postal 03 - CEP 86.350-000

E-mail: rubiadm@santamariana.pr.gov.br

AO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA

A pessoa jurídica denominada Associação Cultural de Santa Mariana, com sede e foro nesta cidade, na Praça Getúlio Vargas, nº 200, vem através de seu representante legal, abaixo assinado, **Benedito Roberto de Godoy**, requerer a V.S.^a o registro e arquivamento da Ata datada de 08/06/2021, devidamente assinada e rubricada por quem de direito, da qual anexa 3 (três) vias de igual teor e forma, nos termos do artigo 121 da Lei 6.015/73.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Santa Mariana-PR, 10 de Junho de 2021.



Presidente

Benedito Roberto de Godoy

← STA. MARIANA - PR

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
Rua Alberto Spácola, 195 - Santa Mariana - Paraná -
Fone/Fax: (41) 3534-1248 - Email: tcurascorreo@hotmail.com
Selo Digital: 1089hvzDus05xlrZg2ULgE2AY
Consulte o site: www.1089hvzDus05xlrZg2ULgE2AY.com.br/consulte

Reconheço por ser verdadeira a assinatura de **BENEDITO ROBERTO DE GODOY** (2380) Doc. 19

Emo. R\$4,71 (VRC 3* 73), P. 10, 05, Selo R\$0,90, FUNDEP R\$0,21 Total R\$5,87

SANTA MARIANA-PR, 11 de Junho de 2021

Em Teor _____ da Verdade

Três vias arquivadas no Tabelionato

(Tabela 5, Consultar)



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA

Aos 08 de Junho de dois mil e vinte e um, às vinte horas e 30 minutos, em segunda chamada, atendendo o Edital de Convocação de 24/05/2021, nesta Cidade, na Praça Getúlio Vargas, nº 200, reuniram-se os associados da Associação Cultural de Santa Mariana, descritos e assinados na lista de presenças em anexo, nos termos do estatuto em vigor, para deliberarem quanto a: ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA; COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL e a CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, CONFORME LEI 9612/98. Assumiu a direção dos trabalhos, o Presidente Sr. Henrique de Souza Alberini conforme disposição estatutária, e a Secretária Geral, a Senhora Ilma Maria Batista Massan. Após constatar o quorum estabelecido no estatuto social vigente, o Senhor Presidente, declarou regularmente instalada a Assembleia Geral, e informou sobre a necessidade de se constituir nova diretoria para a Associação, assim como, a de se constituir um Conselho Comunitário, nos moldes da Lei 9612/98, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora e realizar relatório de avaliação periódico da mesma, que foi aprovado por unanimidade. Considerando a Pandemia Mundial de Covid-19, em razão da disseminação do vírus Sars-CoV-2, a assembleia ocorreu por meio de videoconferência, pelo Google Meet, por meio do link disponibilizado no edital de convocação da assembleia <https://meet.google.com/btv-mfh-nbz> e as assinaturas foram colhidas com horário agendado individualmente, para o comparecimento dos associados na sede desta Associação. Em seguida, o Senhor Presidente apresentou à Assembleia os candidatos aos cargos de diretores, membros do Conselho Fiscal e membros do Conselho Comunitário, os quais foram eleitos por unanimidade, ficando com a seguinte composição a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho Comunitário da Associação:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente – Benedito Roberto de Godoy, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo Aposentado, portador do RG nº 7.610.917-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 961.430.968-72, residente e domiciliado na Rua Francisco Avilés, nº 336, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Vice Presidente – Henrique de Souza Alberini, brasileiro, solteiro, jornalista, portador do RG nº 8.971.854-6, SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 050.802.469-28, residente e domiciliado na Rua Etelvina França Machado, nº 138, Centro, na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Secretária Geral – Luzia Márcia Aleixo, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 3.909.635-8, inscrita no CPF/MF sob nº 550.211.909-20, residente e domiciliada na Rua Henrique Spagolla, nº 807, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Segundo Secretário – Ilma Maria Batista Massan, brasileira, casada, Caixa, portadora do RG nº 2.012.243-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 587.735.769-72, residente e domiciliada à Rua Liberato Spagolla, nº 1426, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Tesoureiro – Claudemir Paulo de Souza, brasileiro, casado, motorista, portador do RG nº 3.552.067-8, inscrito no CPF/MF sob nº 447.268.309-10,

residente e domiciliado na Rua Henrique Spagolla, nº 1202, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

CONSELHO FISCAL

1. Conselheiro – Aristeu Rulz, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 1.428.446-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 234.726.939-04, residente e domiciliado na Rua Liberato Spagolla, nº 1524, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

2. Conselheiro – Herellio Bassi, brasileiro, viúvo, agricultor, portador do RG nº 641.416-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 204.069.409-91, residente e domiciliado na Rua Primo Bassi, nº 575, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

3. Conselheiro – Carmen Aparecida Silva Gonçalves, brasileira, casada, cozinheira, portadora do RG nº 7.406.209-1, inscrita no CPF/MF sob nº 937.426.309-20, residente e domiciliada na Rua Coronel Francisco Moreira da Costa, nº 417, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

1º Suplente – Helena Valério Martins Floriano, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 1.484.564-0, inscrita no CPF/MF sob nº 362.498.829-87, residente e domiciliada na Rua Shigueta Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

2º Suplente – Luiz Carlos Floriano, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 2.169.325-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 362.498.829-87, residente e domiciliado na Rua Shigueta Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

3º Suplente – André Luiz Floriano, brasileiro, solteiro, maior de idade, servidor público municipal, portador do RG nº 7.307.283-2-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 006.357.739-96, residente e domiciliado na Rua Shigueta Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

CONSELHO COMUNITARIO

Sandra Bavaresco, brasileira, divorciada, professora, Diretora da APAE de Santa Mariana, portadora do RG nº 3.559.806-5-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 717.277.289-04, residente e domiciliada na Av. Antônio Pereira Lima, nº 635, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Anselmo José Bernardelli, portador do RG nº 1.694.813-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 367.580.789-49, residente e domiciliado na Avenida Antônio Pereira Lima, nº 1125, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Heitor Uzae de Souza, portador do RG nº 10.671.403-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 070.828.939-81, residente e domiciliado na Rua Liberato Spagolla, nº 703, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Aiza de Matos Silva, portadora do RG nº 21.931.126 - 2 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 149.319.678-25, residente e domiciliada na Rua Laura Merchione Spagolla 352 Apartamento 202B, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Edivaldo Ribeiro, brasileiro, casado, empresário, Presidente da Associação Comercial de Santa Mariana, portador do RG nº 5.584.382-1-SSP/PR, portador do CPF/MF sob nº 793.332.739-72, residente e domiciliado na Rua Laura Merchione Spagolla, nº 53, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Após a formação da nova Diretoria e Conselhos, a advogada Danieli A. C. Leite, inscrita na OAB/PR 53.559, esclareceu sobre a importância do Conselho Comunitário, suas funções e deveres dos seus membros, principalmente quanto à elaboração de relatório periódico de avaliação sobre a grade de programação da emissora. Que será marcada reunião ainda nesta semana para passar as orientações quanto à realização e entrega do relatório. Concluídos os trabalhos, o Senhor Presidente, empossou os eleitos, para gestão que tem início na presente data e término em 07 de Junho de 2025, permitida uma recondução. Finalmente o Senhor Presidente, passou a palavra para quem quisesse se manifestar, e na ausência de manifesto e nada mais havendo a tratar agradeceu a presença de todos, deu por encerrada a presente Assembleia Geral, e determinou a mim que servi como Secretária que lavrasse a presente Ata e levasse a registro junto aos Órgãos Públicos competentes, para surtir os efeitos jurídicos necessários. A presente vai por mim e pelo Senhor Presidente assinada como sinal de sua aprovação.

Santa Mariana, 08 de Junho de 2021.

Henrique de Souza Alberini
Presidente
[Assinatura]
Secretária Geral
[Assinatura]
Presidente eleito

DEMAIS EMPOSSADOS

[Assinatura]
Presidente - Benedito Roberto de Godoy

assinatura

Henrique de Souza Alberini
Vice Presidente - Henrique de Souza Alberini

assinatura

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
 Rua Alberto Spangola, 185 - Santa Mariana - Paraná
 Fone/Fax: (43) 3531-1248 - Email: loureir@tbln.com.br
 Selo Digital: 1089-9331-6531-7181-2121-2121
 Carga: 1089-9331-6531-7181-2121-2121
 Reconheço por assinatura de LUZIA MARCIA ALBERTO ESCOBAR (1089-9331-6531-7181-2121-2121)
 Em: 08/07/2021 (VRC: 21-73) Função: R\$1,00 Selo: R\$0,30 FUNDEF: R\$0,21 Total: R\$1,51
 SANTA MARIANA-PR 18 de Julho de 2021
 Em Teste _____ da Verdade

Felipe Rodrigues Dantas
 (Escritório de Tabelião)



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
 Thailita Rodrigues dos Prazeres - Tabelião
 Rua Alberto Spangola, 185 - Centro - Caixa Postal 64
 Fone: (43) 3531-1248 / (43) 99648-6034
 CEP: 86350-200 - Santa Mariana - PR

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
 Rua Alberto Spangola, 185 - Santa Mariana - Paraná
 Fone/Fax: (43) 3531-1248 - Email: loureir@tbln.com.br
 Selo Digital: 1089-9331-6531-7181-2121-2121
 Carga: 1089-9331-6531-7181-2121-2121
 Reconheço por assinatura de BENEDITO DE SOUZA ALBERINI (11741-6)
 BENEDITO ROBERTO DE GODOI (23821-2) Data: 08/07/2021
 Em: 08/07/2021 (VRC: 21-73) Função: R\$2,10 Selo: R\$0,30 FUNDEF: R\$0,21 Total: R\$2,61
 SANTA MARIANA-PR 08 de Julho de 2021
 Em Teste _____ da Verdade

Felipe Rodrigues Dantas
 (Escritório de Tabelião)



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
 Thailita Rodrigues dos Prazeres - Tabelião
 Rua Alberto Spangola, 185 - Centro - Caixa Postal 64
 Fone: (43) 3531-1248 / (43) 99648-6034
 CEP: 86350-200 - Santa Mariana - PR

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
 Rua Alberto Spegulu, 185 - Santa Mariana - Paraná
 Fone/Fax: (43) 3531-1206 - Email: registrocivil@tabella.com.br
 Selo Digital: 1209874716 - 506-2841665
 Cnpj: 08.900.000-000 - Santa Mariana - PR
 Reconheço por assinatura de asinaturas de: CLAUDIA R. PAULO DE SOUZA (1553)
 CARMEN APARECIDA SILVA GONCALVES (11771) DONA
 Emissão: R\$9.421,90 - Fatura: R\$2.100,00 - R\$7.321,90 - Total: R\$11.521,90
 Santa Mariana - PR, 06 de Junho de 2021
 Em Teste: _____
 60 Versões

Felipe Rodrigues Duzac
 (Escrivão Autorizado)



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
 Tralita Rodrigues dos Prazeres - Tabella
 Rua Alberto Spegulu, 185 - Santa Mariana - Paraná
 Fone: (43) 3531-1206 / (43) 99668-6034
 Cnpj: 08.900.000-000 - Santa Mariana - PR

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
 Rua Alberto Spegulu, 185 - Santa Mariana - Paraná
 Fone/Fax: (43) 3531-1206 - Email: registrocivil@tabella.com.br
 Selo Digital: 1209874716 - 506-2841665
 Cnpj: 08.900.000-000 - Santa Mariana - PR
 Reconheço por assinatura de asinaturas de: ANSELMO GSE BERNARDELLI (6551) DOU
 Emissão: R\$4.711,90 - Fatura: R\$1.050,00 - R\$3.661,90 - Total: R\$4.711,90
 Santa Mariana - PR, 07 de Junho de 2021
 Em Teste: _____
 60 Versões

Felipe Rodrigues Duzac
 (Escrivão Autorizado)



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO
 Tralita Rodrigues dos Prazeres - Tabella
 Rua Alberto Spegulu, 185 - Santa Mariana - Paraná
 Fone: (43) 3531-1206 / (43) 99668-6034
 Cnpj: 08.900.000-000 - Santa Mariana - PR

Serviço Registrado Civil Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
 Santa Mariana - Paraná
 Vantagens: Atendimento, Velocidade, Custo Reduzido

FUNARPEN

SELO DIGITAL
 1087M.W8DZL, 5K0Zc
 E0QNS, 55eco
<https://sulo.funarpem.com.br>

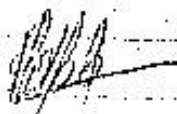
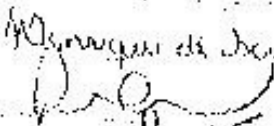
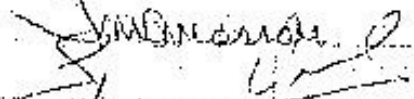
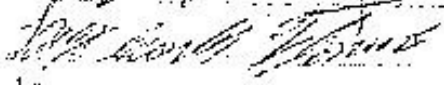
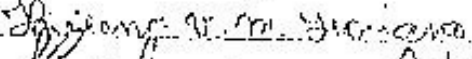
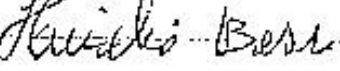
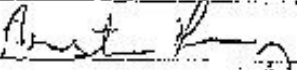
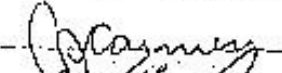
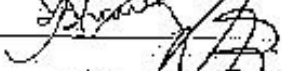

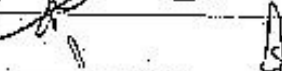

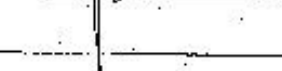
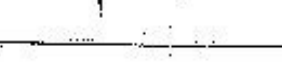


Cartório de Registro Civil e de Títulos e Documentos
 Comarca de Santa Mariana - Estado do Paraná
 VARGA APARECIDA DELAARUTA VASCONTO
 Oficial designada

Apresentado para registro: _____
 e averbado sob o N.º de Ordem: 94 do livro 4
5865 do protocolo (A), n.º 1 de 26
8 de 194
 Santa Mariana, 26 de Outubro de 2021
Solomon

☐ OFICIAL

Person jurídica

LISTA DE PRESENCAS DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE ELEICAO
DE NOVA DIRETORIA DA ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
ASSOCIADOS

NOME	ASSINATURA
Benedito Roberto de Godoy	
Henrique de Souza Alberini	
Luzia Márcia Aleixo	
Ima Maria Batista Massan	
Claudemir Paulo de Souza	
Luiz Carlos Floriano	
Helena Valério Martins Floriano	
André Luiz Floriano	
Hercílio Bassi	
Aristeu Ruiz	
Carmen Aparecida Silva Gonçalves	
Sandra Bavaresco	
Anselmo José Bernardelli	
Heitor Uzae de Souza	
Aiza de Matos Silva	
Edivaldo Ribeiro	

Santa Mariana-PR, 08 de Junho de 2021.

Presidente

ST. MARIANA -

[illegible]

Lei: 13.228 de 18/07/2001

SELO
FUNARPPEN

TABELIONATO
DE
NOTAS
FDW25676

SELO DE AUTENTICAÇÃO E PROTESTO DE TÍTULOS
Rua Alberto Spagolla, 185 - Caixa Postal 064
Fone/Fax (43) 3531-1248 - CEP 06350-000
Santa Mariana - Paraná

Certifico que contem a presente fotocópia com o seu original do que me
reporto e dou fé, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma
pagina o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue à parte de
conformidade com a instrução Norma nº 006/2003, do
Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

EM TESTE

Santa Mariana,

VÁLIDO FRENTE E VERSO
DA VERDADE

26 FEB 2015

☐ Bel. Anibal Moreira Rocha Loures
Tabelião

☐ Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto

☐ Thaila Rodrigues dos Prazeres
Escrivanta

Thiago Henrique Uzai

Escrevente Autorizado

Lei: 13.228 de 18/07/2001

SELO
FUNARPPEN

TABELIONATO
DE
NOTAS
FDW25677

SELO DE AUTENTICAÇÃO E PROTESTO DE TÍTULOS
Rua Alberto Spagolla, 185 - Caixa Postal 064
Fone/Fax (43) 3531-1248 - CEP 06350-000
Santa Mariana - Paraná

Certifico que contem a presente fotocópia com o seu original do que me
reporto e dou fé, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma
pagina o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue à parte de
conformidade com a instrução Norma nº 006/2003, do
Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

EM TESTE

Santa Mariana,

VÁLIDO FRENTE E VERSO
DA VERDADE

26 FEB 2015

☐ Bel. Anibal Moreira Rocha Loures
Tabelião

☐ Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto

☐ Thaila Rodrigues dos Prazeres
Escrivanta

Thiago Henrique Uzai

Escrevente Autorizado



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
DO PARANÁ

REGISTRO CIVIL
3.552.067-16

NOME

CLAUDEMIR DA SILVA SOUZA

REGISTRO

IZAUCINDO DA SILVA SOUZA

MARIA DE LIMA SOUZA

DATA DE NASCIMENTO

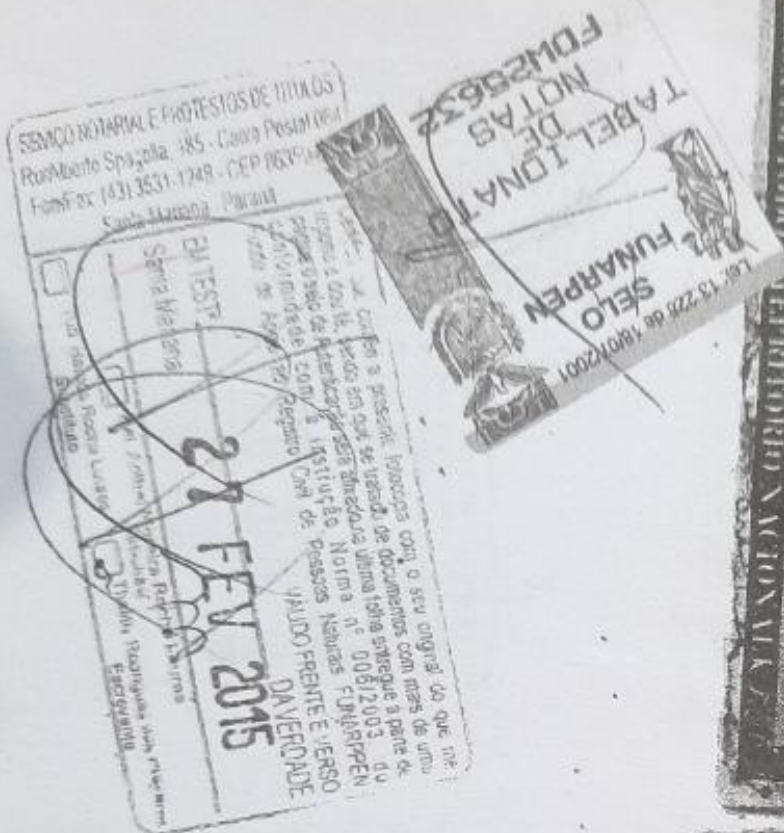
23/06/1961

08/12/1961

HELENA MARIA DA SILVA
DOUTORA EM

CAVALDA EM TODOS
TERREITÓRIOS NACIONAIS







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.575.068/0001-24 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/06/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO PC GETULIO VARGAS	NÚMERO 200	COMPLEMENTO *****
CEP 86.350-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO SANTA MARIANA
		UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/06/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **02/12/2021** às **10:01:39** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.575.068/0001-24
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	BENEDITO ROBERTO DE GODOY
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 02/12/2021 às 10:02 (data e hora de Brasília).

Lei: 13.228 de 18/07/2001

SELO FUNARPPEN

TABELIONATO DE NOTAS
FDW25676

SELO DE AUTENTICAÇÃO E PROTESTO DE TÍTULOS

Rua Alberto Spagolla, 185 - Caixa Postal 064
Fone/Fax (43) 3531-1248 - CEP 06350-000
Santa Mariana - Paraná

Certifico que contem a presente fotocópia com o seu original do que me reporto e dou fé, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma página o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue à parte de conformidade com a instrução Norma nº 006/2003, do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

EM TESTE: 26 FEV 2015

Santa Mariana, 26 FEV 2015

☐ Bel. Anibal Moreira Rocha Loures
Tabelião

☐ Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto

☐ Thaísia Rodrigues dos Prazeres
Escrivante

Thiago Henrique Uzai
Escrivente Autorizado

VÁLIDO FRENTE E VERSO DA VERDADE

Lei: 13.228 de 18/07/2001

SELO FUNARPPEN

TABELIONATO DE NOTAS
FDW25677

SELO DE AUTENTICAÇÃO E PROTESTO DE TÍTULOS

Rua Alberto Spagolla, 185 - Caixa Postal 064
Fone/Fax (43) 3531-1248 - CEP 06350-000
Santa Mariana - Paraná

Certifico que contem a presente fotocópia com o seu original do que me reporto e dou fé, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma página o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue à parte de conformidade com a instrução Norma nº 006/2003, do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

EM TESTE: 26 FEV 2015

Santa Mariana, 26 FEV 2015

☐ Bel. Anibal Moreira Rocha Loures
Tabelião

☐ Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto

☐ Thaísia Rodrigues dos Prazeres
Escrivante

Thiago Henrique Uzai
Escrivente Autorizado

VÁLIDO FRENTE E VERSO DA VERDADE

REAVISO

VALDIR ESCHIEZARO
R HENRIQUE SPAGOLLA
HENRIQUE SPAGDA

FONE SANEPAR: 0800-200-0115

1213.0586

807

86.350-000 SANTA MARIANA

245-02-17-001-09720

3-13N027396-4-1

COMUNICADO

ATE A PRESENTE DATA NAO CONSTA EM NOSSOS REGISTROS O PAGAMENTO
DA CONTA ABAIXO:

MES	VALOR	VENCIMENTO
01/2015	122,93	17/01/2015

PARA QUITAR O DEBITO UTILIZE A CONTA ORIGINAL QUE
ENCONTRA-SE EM SEU PODER OU ESTE REAVISO.
EVITE PAGAMENTOS EM DUPLICIDADE
PAGUE SOMENTE NOS ESTABELECIMENTOS AUTORIZADOS.

A EXISTENCIA DO DEBITO OCASIONARA NA INTERRUPCAO DO ABASTECIMENTO.
CONFORME DECRETO FEDERAL 7217 DE 21/06/2010, ART 17, PARAGRAFO 1.

17/01/2015

122,93

3,03

53,29

66,61

CASO TENHA EFETUADO O PAGAMENTO DESCONSIDERE ESTE REAVISO
E SEMPRE QUE POSSIVEL COMUNIQUE A SANEPAR PARA EVITAR TRANSTORNOS.

CÓPIA DOCUMENTOS PESSOAIS

Henrique de Souza Alberini (Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDO

NOME
HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
8971854-6 SESP PR

CPF
050.802.469-28

DATA NASCIMENTO
22/08/1986

FILIAÇÃO
JOAO HENRIQUE ALBERINI

HILDENE HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
03765109571

VALIDADE
26/04/2023

1ª HABILITAÇÃO
11/01/2006

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1686949826

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SANTA MARIANA, PR

DATA EMISSÃO
27/06/2018

ASSINATURA DO EMISSOR

37491489516
PR914448690

PARANÁ

PROIBIDO PLASTIFICAR
1686949826

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DE PARÂMETROS TÉCNICOS À SECRETARIA DE
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA – MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Eu, BENEDITO ROBERTO DE GODOY, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo aposentado, portador do RG: 7.610.917-SSP/SP, inscrito no CPF/MF 961.430.968-72, residente e domiciliado à Rua Francisco Avilés – 336 na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000 e atual Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana, CNPJ 02 575 068/0001-24 situada à Praça Getúlio Vargas – 200 na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná venho, respeitosamente, através desta Declaração informar que a Rádio Comunitária Nossa Senhora Medianeira FM 87.9 está desde seu início funcionando no mesmo endereço, com os mesmos padrões técnicos exigidos pela Legislação de radiodifusão comunitária no Brasil, assim como mesa de som, transmissor, modelo e potencia conforme descrito em nossa Licença de Funcionamento de Estação.

Programação, aparelhos, torre e antenas nas medidas corretas estipuladas pelo engenheiro responsável. Afirmo que as instalações e equipamentos da emissora estão em conformidade com a autorização do Ministério das Comunicações seguindo sempre os parâmetros técnicos exigidos na regulamentação vigente; o que consta na licença de funcionamento, conforme já descrito acima. Segue cópia de nosso Laudo de Conformidade para informações técnicas mais detalhadas assinadas pelo engenheiro responsável.

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

Rua Alberto Spagolla, 185 - Santa Mariana - Paraná -

Fonefix (41) 3551-1348 - Email: ajuresp@neto.com

CNPJ: 04.114.121-1899XKatrGlnyOheQz24sas

CNPJ: 04.114.121-1899XKatrGlnyOheQz24sas

Reconheço por semelhança a assinatura de BENEDITO ROBERTO DE GODOY (2380)

Valor: R\$ 47,73 (VRC 21,40) Fomefix R\$ 10,05 Selo R\$ 9,90 FINDER R\$ 7,21 Total

R\$ 75,89

SANTA MARIA - PR, 10 de novembro de 2021

Em Teste

Thaís de R. G. dos Prazeres

(Tabelião Substituta)



Grato.

BENEDITO ROBERTO DE GODOY

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana

Santa Mariana, 09 de novembro de 2021

(CÉDULA DE IDENTIDADE)



ANSELMO JOSÉ BERNARDELLI

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 1.694.813

NOME ANSELMO JOSÉ BERNARDELLI

FILIAÇÃO Orlando Bernardelli e de Abelir de Maria Bernardelli

Santa Mariana - PR 12/Maio/1958

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

CÓDIGO 27/Julho/1976

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CIC

NASCIMENTO 12.05.58

INSCRIÇÃO NO CPF 367 580 789 49

CONTRIBUINTE ANSELMO JOSÉ BERNARDELLI

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 5.584.382-1

DATA DE EXPEDIÇÃO: 19/09/2012

NOME: EDIVALDO RIBEIRO

FILIAÇÃO: WALDOMIRO RIBEIRO

ANA MARIA DA COSTA RIBEIRO

NATURALIDADE: CURTIBA/PR

DATA DE NASCIMENTO: 23/03/1974

DOC. ORIGEM: COMARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SEDE

C.CAS=2176, LVRO=6B, FOLHA=167V

CPF: 793.332.739-72

CURTIBA/PR


NEWTON TADEU ROCHA
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

REDMI NOTE 8T
AI QUAD CAMERA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

793.332.739-72

Nome

EDIVALDO RIBEIRO

Nascimento

23/03/1974



INTELCAV

13471 07104

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Julho/2004



www.correios.com.br



**COPEL**

Copel Distribuição S.A.
 José Izidoro Blazetto, 158 bl.C - Mossunguê - Curitiba PR - CEP 81200-240
 CNPJ: 04.388.898/0001-06 - IE 90.233.073-99 - IM 423.952-4



www.copel.com
 0800 51 00 116

EDIVALDO RIBEIRO
 AV DELFIM MOREIRA, 865
 CENTRO
 SANTA MARIANA - PR - 86350-000

CPF: 793.332.739-72

Mês de Referência**Outubro/2021****Unidade Consumidora****23560134****VENCIMENTO****05/11/2021****VALOR A PAGAR****R\$ 298,58**

FAT-01-20212093918923-2

Responsável pela manutenção da Iluminação Pública:
 Município 35311144

DENUNCIE O FURTO DE FIOS! LIGUE 181.**Informações Técnicas**

Nº Medidor: 0940543242 / TRIFASICO

COMERCIAL, SERVIÇOS, OUTRAS ATIVIDADES / COM VAREJ DE ART DO VESTUAR E ACESS

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de Multiplicação	Total Faturado	Consumo Médio Diário	Data de Emissão	Próxima Leitura Prevista
14/09/2021 44329	14/10/2021 45085	30 dias 756 kWh	1	100 kWh	25,20 kWh	26/10/2021	12/11/2021

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	Dt. Pgto.	Valor
09/2021	827	05/10/2021	302,10
08/2021	490	06/09/2021	226,23
07/2021	426	05/08/2021	213,30
06/2021	536	05/07/2021	248,24
05/2021	614	07/06/2021	252,53
04/2021	1055	05/05/2021	348,74
03/2021	800	05/04/2021	270,69
02/2021	480	05/03/2021	203,97
01/2021	100	05/02/2021	105,55
12/2020	100	05/01/2021	97,57
11/2020	100	07/12/2020	113,90
10/2020	277	05/11/2020	145,56

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELETRICA Nº. 218.564.803 SÉRIE - B
 Emitida em: 15/10/2021

Produto Descrição	Unid.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total	Base Cálculo	Aliq. ICMS
Energia Elet Consumo	kWh	100	0,433900	43,39	43,39	29,00%
Energia Elet Uso Sistema	kWh	100	0,405500	40,55	40,55	29,00%
Energia Tribut Dif Out Uc Te	kWh	656	0,288887	189,51	0,00	0,00%
Energia Tribut Dif Out Uc TUSD	kWh	656	0,380107	249,35	249,35	29,00%
Energia Cons. B.Vermelha P2	kWh			21,33	21,33	29,00%
Energia Trib Dif Band Vm P2	kWh			93,15	0,00	0,00%
Total - Preço (1)				637,28		
Cont. Ilumina Publica Município				121,00		
Cosp Cons Micro/Mini Geracao				-459,70		
Total - Outros (2)				-338,70		

Informações Suplementares

ENERGIA ELET CONSUMO
 Tarifas
 0,558610

Tensão Contratada: 127/220 volts.
 Limite Adequado de Tensão: 117 a 133/202 a 231 volts.

Reaviso de Vencimento

Base de Cálculo do ICMS	Valor ICMS	Valor Total da Nota Fiscal
354,62	102,83	R\$ 298,58
Reservado ao Fisco		
8031.FB7D.3920.60AF.10A0.E879.E634.5486		

L 20554/21, alíquota ICMS composta por 27% ICMS e 2% Fundo de Combate à Pobreza.
 UC pertencente ao sistema de compensação conforme REN ANEEL 482/2012. UC Geradora: UC 14458276, UC 14458292.
 Demonstrativo de saldos desta unidade consumidora, em kWh - REN 482/2012. Saldo Mês no (TP) Todos os Períodos 228, Saldo Acumulado no (TP) Todos os Períodos 2612. Saldo a Expirar Próximo Mês no (TP) Todos os Períodos 0. Obs.: o saldo de cada beneficiária será apresentado em suas respectivas faturas.
 INCLUSO NA FATURA PIS R\$0,83 E COFINS R\$3,84 CONFORME RES. ANEEL 130/2005.
 FATURA DO MES 09/2021 ARRECADADA POR DEBITO AUTOMATICO
 A PARTIR DE 01/09: ADICIONAL BANDEIRA ESCASSEZ HIDRICA CONFORME RES-MME 3/2021
 A PARTIR DE 01/10/2021 - PIS/PASEP 1,13% e COFINS 5,19%.
 Atraso superior a 45 dias sujeita inclusão no cadastro de inadimplentes CADIN/PR

Unidade Consumidora
 23560134
Mês
 10/2021
Vencimento
 05/11/2021
Valor a Pagar
 R\$ 298,58

Autenticação Mecânica

83610000002 2 98580111000 0 00101020212 3 08391892302 6
 NAO RECEBER - DEBITO AUTOMATICO - Banco: 001 Agencia: 2587

**COPEL**

**COPEL**

Copel Distribuição S.A.
Rua José Isidoro Biazotto, 158
81200-240 Curitiba - PR
CNPJ 04.368.898/0001-06
IE 90.233.073-99 IM 423.992-4



www.copel.com
0800 51 00 116

Unidade Consumidora

94313024

Vencimento

02/09/2015

Valor a Pagar

R\$ 94,67

ANSELMO JOSE BERNARDELLI

AV ANTONIO PEREIRA LIMA, 1125

CEP: 86350000

SANTA MARIANA - PR

CPF: 36759078949

Responsabilidade de Manutenção de Iluminação Pública, Município 35311144

Reaviso de Vencimento**Informações Técnicas**

No. Medidor: 0331043966 - TRIFASICO				Mes Referência: 08/2015			
Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de	Total	Consumo	Data	
13/07/2015	12/08/2015	30 dias	Multiplicação	Faturado	Medio/Dia	Apresentação	
2130	2219	89 kWh	1,00	100 kWh	2,97 kWh	12/08/2015	

Próxima Leitura Prevista: 11/09/2015

COMERCIALIZAÇÃO GERAIS - EMISSÃO DE WARRANT

Indicadores de Qualidade

FS [1.7.53.2]

Conjunto: CORNELIO PROCOPIO Mes 06/2015				Tensão Contratada:	
				127 / 220 volts	
Realizado Mensal:	DIC	FIC	DMIC	EUSD (R\$)	
5,31 h	0,05 h	1,00	0,05 h	19,33	
Limite Mensal:	5,31 h	3,30	3,03 h	Limite faixa adequada de Tensão:	
Limite Trimestral:	10,62 h	6,60		117 - 133 / 202 - 231 volts	
Limite Anual:	21,26 h	13,20			

Historico de Consumo e Pagamento

Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.	Mes	Cons. (kWh)	Data Pgto.
JUL/15	100	03/08/2015	MAI/15	100	02/06/2015
JUN/15	100	02/07/2015			

Média 3 últimos consumos: 100 kWh

Valores Faturados

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 1605126 Serie B

Emitida em 12/08/2015

Produto	Un.	Consumo	Valor Unitario	Valor Total	Base de Calculo	Aliq ICMS
Descrição						
01 CUSTO DISP SISTEMA	kWh	100	0,752600	75,26	75,26	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. VERMELHA	kWh			8,41	8,41	29,00%
03 CONTRILUMIN PUBLICA MUNICIPI				11,00		
Base de Calculo do ICMS:		83,67	Valor ICMS:	24,26	Valor Total da Nota Fiscal:	94,67

Composição dos Valores		Reservado ao Fisco	
Energia	33,82	8D7F.C2FE.D966.0C14.B0EF.EF13.4700.5B86	
Distribuição	12,62		
Transmissão	1,96		
Tributos	28,94		
Encargos	6,33		
TOTAL	83,67		

INCLUSO NA FATURA PIS/COFINS NO VALOR DE R\$ 4,68, CONFORME RES. ANEEL 93/2005.

FATURA DO MES 07/2015 ARRECADADA POR DEBITO AUTOMATICO

A qualquer tempo pode ser solicitado o cancelamento de valores não relacionados

a prestação do serviço de energia elétrica, como convênios e doações.

A PARTIR DE 01/08/2015 - PIS/PASEP 0,89% E COFINS 4,11%.

Períodos Band. Tariff: Vermelha: 14/07-12/08

Telefone Ouvidoria Copel: 0800 647 0606 - Telefone ANEEL: 167 (Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para celulares)

Vencimento: 02/09/2015**Valor a pagar: R\$ 94,67**

Controle	Numero de identificação	Mes	FS [1.7.53.2]
01-20152469869315-2	94313024	08/2015	

NAO RECEBER - DEBITO AUTOMATICO - BANCO - 001 - AGENCIA - 2587

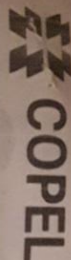
CASO NAO OCORRA O DEBITO, UTILIZE O CODIGO ABAIXO PARA PAGAMENTO

836700000000 946701110003 001010201521 469869315025

AIZA DE MATOS SILVA







Copel Distribuição S.A.
Jornal Isidoro Brazatto, 158 bl. C, Mossoró - RN - CEP 51200-240
CNPJ 04.368.898/0001-06 IE 50.233.071-93 IN 423.992-4



www.copel.com
0800 51 00 116

HOMOLOG -> AIZA DE MATOS SILVA
R HOMOLOG -> LAURA MERCHIONE SPAGOLLA, 352 - APTO 202B
CENTRO - SANTA MARIANA - PR - CEP: 86350-000
CPF 149.319.678-25

Mês de referência

Abril/2021

Unidade Consumidora

101152230

Vencimento

05/05/2021

VALOR A PAGAR

R\$ 95,88

Responsabilidade de Manutenção de Iluminação Pública: Município 35311144

FAT-01-20211291006312-20

DENUNCIE FURTO DE FIOS! LIGUE 181.

Informações Técnicas

Nº Medidor: MD 0360333608 - BIFÁSICO

Residência Residencial

Letura Anterior

09/03/2021

475

Letura Atual

06/04/2021

4876

Método

32 dias

Constante de

Multiplicação

1

Total Faturado

101 kWh

Consumo

Médio Diário

3,15 kWh

Data de Emissão

07/04/2021

Próxima Letura

Prevista

08/05/2021

Histórico de Consumo e Pagamento

Mês	kWh	DL Pgto.	Valor
03/2021	95		80,98
02/2021	116	02/03/2021	110,63
01/2021	116	14/01/2021	118,12
12/2020	108	15/01/2021	101,29
11/2020	92	24/12/2020	76,34
10/2020	92	30/10/2020	75,65
09/2020	69	14/09/2020	57,53
08/2020	0		
07/2020	0		
06/2020	0		
05/2020	0		
04/2020	0		

Valores Faturados

NOTA FISCAL/CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Nº 186.863.049 - SÉRIE E				
Emitida em 07/04/2021				
Produto	Un.	Consumo	Valor Unitário	Valor Total
ENERGIA ELÉTRICA CONSÚMIO	kWh	101	0,758119	76,57
ENERGIA CONS. BARRAMELA	kWh			1,88
				1,88 28,00%

CONT. ILUMIN. PÚBLICA MUNICÍPIO

17,33

Yun Ramos Rocha Loures

Tabela de Substituição

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO

GENERAL

7.307.283-2

DATA

Rua Alberto de

For 46704/1995353

Santa Maria

ANDRE LUIZ FLORIANO

LUIZ CARLOS FLORIANO

HELENA VALERIO MARTINS FLORIANO

NACIONALIDADE

SANTO ANDRE/SP

CELESTIAL

COMARCA=SANTO ANDRE/SP, 1 SUBDISTRITO

C.MASC 56739, LITURD=A099, FOLHA=273

DATA DE NASCIMENTO

30/04/1980

QUESTÃO 295

Handwritten signature: Luiz Felipe

Del. Clóvis Roberto Ribas

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

oures
ho

218-CEP 86350-000

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEGAR DIREITO



André Luiz Giovanni

CARTEIRA DE IDENTIDADE DO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO - GERAL 1.128.446

NOME RISTEN RUIZ

FILIAÇÃO JOAO RUIZ

Maria Celestina Barbieri

Santa Helena - PR 17/10/1952

NATURALIDADE

PAIS DO NASCIMENTO

CURTEBA PR 14/10/1975

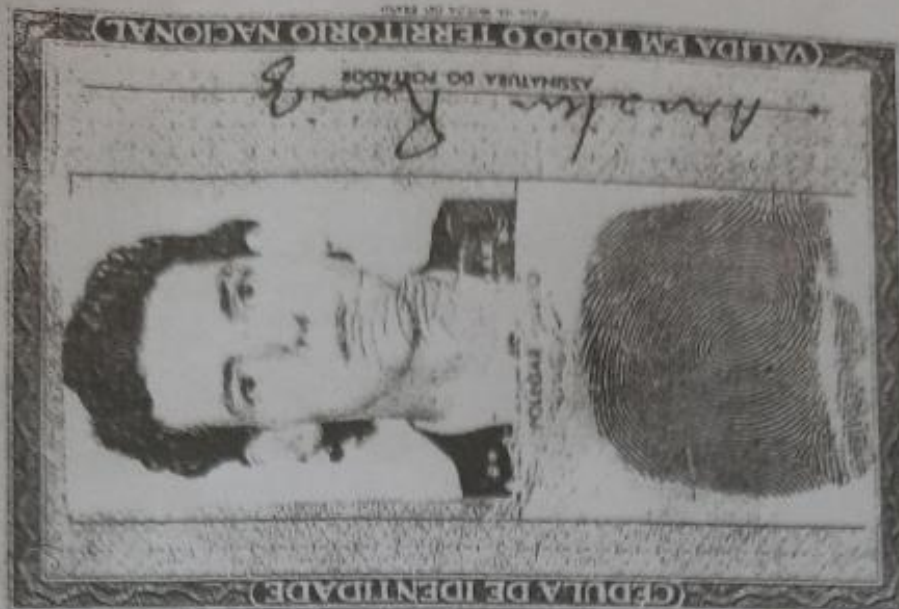
em anexo

DEPTO de Policia - Diretor

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

Lei 13.220 de 1966



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 1.428.446

NOME **ARISTEU RUIX**

FILIAÇÃO **João RuiX**
Maria Celestina Barbieri

Santa Mariana - PR **17/Abr/1952**

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

Curitiba - PR **14/fev/1975**

Polícia - Diretor

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CARTÃO DE IDENTIDADE

Lei 13.228 de 18/07/2001

SELO

FUNARPPEN

TABELIONATO

DE

NOTAS

125614

Certifico que conten a presente fotocópia com o seu original do que me reporto e dou fe, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma página o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue a parte de conformidade com a Instrução Normativa nº 006/2003, do Fundo Municipal do Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPPEN

VÁLIDO FRENTE E VERSO DA VERDADE

EM TESTE

Santa Mariana

26 FEV 2015

Bel. Aníbal Moreira Rocha Loures
Tabelião

☐ **Val. Rômulo Rocha Loures**
Substituto

☒ **Thales Rodrigues dos Prazeres**
Escritor

Santa Mariana - Paraná

Rua Alfredo Spangola, 185 - Casa 1

Fone: (41) 3531-1248 - C.P.O. 00

Yun Ramos Rocha Loures
Falecimento Substituto

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

7.406.209-1

DATA DE
Emissão 29/05/1995

NOME

CARMEN APARECIDA SILVA GONCALVES

FILIAÇÃO

JAIR JOSE SILVA

EMILIA DE ARRUDA SILVA

NATURALIDADE

SANTA MARIANA/PR

DATA DE NASCIMENTO
26/06/1970

LOCAL ORIGEM

COHARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SEDE

C.CAS 1680, LIVRO=65, FOLHA=1380

937.426.309-20

Eduarte Fagundes

CARTEIRA

Bel. Renato Souza Lobo

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.110 DE 28/02/63

Escrevente

8.000.000.000
8.000.000.000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO DO BRASIL



Garimpeiro
Alma Gonçalves

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 10.671.403-7



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Hilton Vinícius da Souza

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **10.671.403-7**

DATA DE EXPEDIÇÃO: 06/10/2017

NOME: **HEITOR UZAE DE SOUZA**

FILIAÇÃO: GILMAR HENRIQUE DE SOUZA

SILVANA SOUZA UZAE DE SOUZA

NATURALIDADE: CORN. PROCOPIO/PR

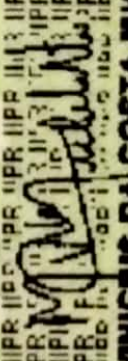
DATA DE NASCIMENTO: 27/04/1998

DOC. ORIGEM: COMARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SEDE

C.NASC=7834, LIVRO=8A, FOLHA=200

CPF: 070.828.939-81

CURITIBA/PR


MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

VALID



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

070.828.939-81

Nome

HEITOR UZAE DE SOUZA

Nascimento

27/04/1998



Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Janeiro/2006



www.correios.com.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
PARANAPREVIDÊNCIA

Protocolo do Processo de Atualização dos Dados 2021

ID M4: 271266

RG: 106714037/PR **PENSIONISTA**
Id Meta4: 271266
Tipo Pensionista: PENSÃO FILHO - UNIVERSITÁRIO
Nome: HEITOR UZAE DE SOUZA
Calendário: PENSIONISTAS - UNIVERSITÁRIO - AGOSTO
Data: 17/08/2021
Celular: (43) 99960-5786
Email: heitor957@hotmail.com
Solicitada alteração de endereço
ENDEREÇO RESIDENCIAL
Cep: 86350-000
Endereço: R LIBERATO SPAGOLLA
Número: 703
Complemento: CASA
Bairro: NULL
Cidade: Santa Mariana
Estado: PR
País: BRASIL

Yuri Ramos Rocha Loures
Substituto



Documento exigidos do Pensionista:

Certidão de Nascimento atualizada, expedida nos últimos 30 dias

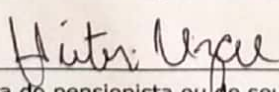
Declaração de matrícula atualizada da Instituição de Ensino Superior, reconhecida pelo MEC, na qual conste o curso, a data de início, o período e a previsão de término do curso e o número da Portaria ou Decreto que autoriza o funcionamento do curso.

Declaração de renda (formulário próprio disponível na página da internet da PARANAPREVIDENCIA) OU extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais, também conhecido como Extrato do CNIS, de vínculos, benefícios e contribuições, obtido junto ao INSS com o número do PIS, PASEP ou NIT

Compareça ao local de entrega deste protocolo, munido de seu RG, ou documento equivalente, para identificação pessoal. O documento deve ser original, recente e conter foto, para permitir sua identificação.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas do Artigo 299, do Código Penal Brasileiro, que estou freqüentando curso superior, mantenho o estado civil solteiro(a), não convivo maritalmente e que não exerço atividade remunerada, bem como não tenho qualquer outra fonte de renda. Declaro, ainda, que informarei, imediatamente, à PARANAPREVIDÊNCIA, caso ocorram alterações nas condições aqui declaradas. Estou ciente de que a PARANAPREVIDÊNCIA poderá a qualquer tempo aferir e conferir a veracidade dessas informações, que se não confirmadas poderão ensejar o cancelamento do benefício e a devolução dos valores recebidos indevidamente.

Declaro que me responsabilizo pelas alterações e confirmações efetuadas no meu cadastro, sobre o qual se emitiu este protocolo.


Assinatura do pensionista ou de seu representante legal
reconhecida em cartório por verdadeira ou
na presença de pessoa autorizada pela PARANAPREVIDÊNCIA.

Atenção !!!
Assinar em todas as folhas

Confirmo que recebi os documentos e identifiquei o segurado que assinou na minha presença:

Recebido por: _____ Matrícula: _____

Data: _____

* Artigo 299 do Código Penal Brasileiro - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa do que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato judicialmente relevante.

Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1(um) a 3(três) anos e multa se o documento é particular.

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzir ou manter alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
PARANAPREVIDÊNCIA

Recibo de entrega do Protocolo do PAC-RH

RG: 106714037/PR

Id Meta4: 271266

Recebido por: _____ Matrícula: _____

Data: _____

REGISTRO
GERAL

1.484.564-0

NOME

HELENA VALERIO MARTINS FLORIANO

FILIAÇÃO

JORDINO VALERIO MARTINS
MARIA RODRIGUES DE JESUS MARTINS

NATURALIDADE

CONDOMÍNIAS/PR

DOC ORIGEM

COMARCA=CDRN PROCOPIO/PR, DA SEDF

CPF 976.550.749-68

COMTEA/PR

DATA DE
EXPEDIÇÃO

21/07/1992

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE NASCIMENTO

28/10/1954

ASSINATURA DO DIRETOR

Bel. Douglas Haquin

Bel. Arnaldo Moura

COLEÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COLEÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POI ESQUERDA DIREITO



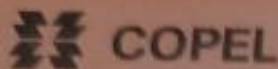
Madura U. M. Floriano

COLEÇÃO DE FILHOS

DE IDENTIDADE

SECRETARIA DO INTERIOR

1970 10 10 11 11 11



ações, sugestões, reclamações, 0800 726 726
 81200-240 Curitiba - PR
 CNPJ 04.368.898/0001-08
 IE 90.233.073-99 IM 423.992-4



www.copel.com
 0800 51 00 116

HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

R PEDRO SALOMAO, 46

CEP: 86350000

CPF: 05080246928

SANTA MARIANA - PR

Unidade Consumidora

14452308

Vencimento

05/09/2021

Valor a Pagar

R\$ 88,01

Responsavel pela manutencao da Iluminacao Publica: Municipio 35311144

Reaviso de Vencimento

Informações Técnicas

No. Medidor: 0392134360 - BIFASICO

Mes Referencia: 08/2021

Leitura Anterior	Leitura Atual	Medido	Constante de	Total	Consumo	Data
14/07/2021	13/08/2021	30 dias	Multiplicacao	Faturado	Medio/Dia	Apresentacao
1533	1617	84 kWh	1,00	84 kWh	2,80 kWh	13/08/2021

Proxima Leitura Prevista: 14/09/2021

RESIDE/RESIDENCIAL

Informações Suplementares

AS [1.5.129.6]

ENERGIA ELETRICA CONSUMO Tarifas 0,558810

Tensao Contratada: 127 / 220 volts

Limite faixa adequada de Tensao: 117 - 133 / 202 - 231 volts

Historico de Consumo e Pagamento

Media 3 meses: 79 kWh

ES	07/21	06/21	05/21	04/21	03/21	02/21	01/21	12/20	11/20	10/20	09/20	08/20
ONS	83	84	70	65	70	61	64	63	58	68	80	75
STO	02/08	02/07	18/05	19/04	19/03	17/02	18/01	16/12	19/11	19/10	17/09	14/08

NOTA FISCAL CONTA DE ENERGIA ELETRICA no. 207680088 Serie B
 Emitida em 01/08/2021

Produto
 Descricao

Un.

Consumo

Valor
 Unitario

Valor
 Total

Base de
 Calculo

Aliq.
 ICMS

01 ENERGIA ELETRICA CONSUMO	kWh	84	0,825238	69,32	69,32	29,00%
02 ENERGIA CONS. B. VERMELHA P2	kWh			11,77	11,77	29,00%
03 CONT ILUMIN PUBLICA MUNICIPI				6,92		

Base de Calculo do ICMS:	81,09	Valor ICMS:	23,51	Valor Total da Nota Fiscal:	88,01
--------------------------	-------	-------------	-------	-----------------------------	-------

Reservado ao Fisco



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ



POLEGAR DIREITO



Henrique de

S. Cellesini

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

8.971.854 6

DATA DE
EXPEDIÇÃO 31/03/2000

NOME

HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

FILIAÇÃO

JOÃO HENRIQUE ALBERINI

HILDENE HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

NATURALIDADE

CORN. PROCÓPIO/PR

DATA DE NASCIMENTO

22/08/1986

DOC. ORIGEM

COMARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SERE

C.NASC 4590,LIVRO=5A,FOLHA=139

CPF

Primo

GERMÃO DO NASCIMENTO FILHO

CURITIBA - PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7. 116 DE 29/08/83

INTERPRINT LTDA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

050.802.469-28

Nome

HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI

Nascimento

22/08/1986



Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão

AGO/2002



BANCO DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 641.116

HERCILIO BASSI

JOSE BASSI

Aparecida Pedro Bassi

Santa Mariana - PR

9/1 Janeiro/1947
8/30 Setembro/1975

Colégio de Aplicação do Paraná

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO NACIONAL DO COMÉRCIO



CARTELA DE IDENTIFICAÇÃO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ
PROST. CEM. 641.416
HERCÍLIO BASSI
MARCADO
Jose Bassi
Aparecida Pedro Bassi
Santa Mariana - PR 9/janeiro/1947
8/setembro/1975
Lugar de nascimento: Curitiba - PR
Lugar de residência: Curitiba - PR



TABELA DE NOTAS
FUNARPEN
FUNARPEN

SELO
Le 13/28 de 18/01/2001
FUNARPEN

SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
Rua Abeto Spazzola, 185 - Casa Cordeiro
Fone/Fax (41) 3531-7248 - CEP 81.200-000
Santa Mariana - Paraná

Certifico que conlên a presente fotocópia com o seu original do que me
repor e dou le, sendo em que se tratou de documentos com mais de uma
página o selo de Autenticação será afixado na última folha entregue a parte de
confirmação de com a instituição Notaria n° 00612003 do
Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais FUNARPEN
VÁLIDO FRENTE E VERSO

26 FEB 2015

Em Teste
Santa Mariana
Grel. Amel. Acordo Rod. Loures
Tabelão
Dante Rodrigues dos Prazeres
Escritório

(CEDULA DE IDENTIDADE)



POLEGAR D. DIREITO



ASSINATURA DO PORTADOR

Handwritten signature: Manoel de Fátima

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

EXATIDÃO MÉDICA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 2.012.243

NOME

ILIANA MERLE BATISTA

FILIAÇÃO

João Batista
Durelita Antônio Batista

Sertaneja - Paraná 29/ outubro/1959

NATURALIDADE

DATA DO NASCIMENTO

CURRÍCULO Nº 15

07/novembro/1977

CHIEF DE BUREAU DIRETOR DE POLÍCIA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Cartão de Identificação

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 2.169.325

LUIZ CARLOS TEODILIANO

Lazero Teodiliano

Maria Antônia Teodiliano

Cornélio Probo de M. 13/ março/1958

NATURALIDADE

CURITIBA - PR

DATA DO NASCIMENTO 18/ julho/1978

DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Bel Anibal Moreira

(CEDULA DE IDENTIDADE)

01/11/1985 - C-1-05181004
1-1248 - CEP 86350-000

1985 - 05181004



POLEGAR DIREITO



Assinatura do portador

ASSINATURA DO PORTADOR

Assinatura do portador

(VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL)

CIC

NASCIMENTO

02.08.53

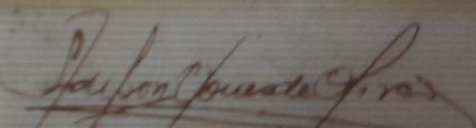
INSCRIÇÃO NO CPF

CONTROLE

961 430 968 72

CONTRIBUINTE

BENEDITO ROBERTO DE GODOY


SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISICAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

(SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA)

(DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

7.610.917

25 JUL 1973

SÃO PAULO

REGISTRO GERAL



pm



POLEGAR DIREITO

CONFERENTE

Handwritten signature in blue ink.

SSP
CELMO CAMARGO AZEVEDO
DELEGADO DE POLÍCIA
DIVISÃO DA D.I.C.

D. P.
4.4

ESTADO DA UNICA DO BRASIL



CÉDULA DE IDENTIDADE

NACIONALIDADE BRASILEIRA

NOME

BENEDITO ROBERTO DE GODOY

FILIAÇÃO

João Arttonio de Godoy
Rosa Therezain

S.O.R. Pardo/SP
NATURALIDADE

02 AGO 1953
NASCIDO A

ASSINATURA DO PORTADOR

Benedito Roberto Godoy

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 3.559.806-5

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE




VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 3.559.806-5 DATA DE EXPEDIÇÃO: 12/04/2012

NOME: SANDRA BAVARESCO

FILIAÇÃO: ANGELO BAVARESCO
FILOMENA LENZI BAVARESCO

NATURALIDADE: SANTA MARIANA/PR DATA DE NASCIMENTO: 12/09/1963

DOC. ORIGEM: COMARCA=SANTA MARIANA/PR, DA SEDE
C.CAS.AV.DIV=1275, LIVRO=4B, FOLHA=167

PIS/PASEP: 170.09113.30-4

CPF: 717.277.289-04

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO FALSIFICAR

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
717.277.289-04

Nome
SANDRA BAVARESCO

Nascimento
12/09/1963

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
FAA4.EE31.9737.464C

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às **14:25:43** do dia **28/01/2016** (hora e data de Brasília)
dígito verificador: **00**

Segue programação semanal da emissora:

De Segunda à Sexta-Feira

Das 05h00 às 07h00 - Programa No Batidão da Viola
Das 07h00 às 09h00 - Jornal da Manhã
Das 09h00 às 10h00 - Show da Manhã
Das 10h00 às 11h00 - Experiência de Deus
Das 11h00 às 12h00 - Falando com Deus
Das 12h00 às 13h00 - Flash Music
Das 13h00 às 15h00 - Sucessos da Tarde
Das 15h00 às 15h30 - A Hora da Misericórdia
Das 15h30 às 17h00 - Momentos com Deus
Das 17h00 às 19h00 - Crepúsculo Sertanejo
Das 19h00 às 20h00 - A Voz do Brasil
Das 20h00 às 22h30 - Noite Total
Das 22h30 às 01h00 - Love Songs
Das 01h00 às 05h00 - O Melhor das Novelas

Sábados:

Das 05h00 às 07h00 - Programa No Batidão da Viola
Das 07h00 às 08h00 - Sertanejo Som Rural
Das 08h00 às 09h00 - Arquivo 87
Das 09h00 às 10h00 - Momentos com Deus
Das 10h00 às 11h00 - Experiência de Deus
Das 11h00 às 12h00 - Falando com Deus
Das 12h00 às 16h00 - Sábado Show
Das 16h00 às 17h00 - Flash Music 87
Das 17h00 às 19h30 - Crepúsculo Sertanejo
Das 19h30 às 21h00 - Santa Missa
Das 21h00 às 01h00 - Noite Total
Das 01h00 às 05h00 - Love Songs

Domingos:

Das 05h00 às 07h30 - Sertanejo Som Rural
Das 07h30 às 09h00 - Santa Missa

Das 09h00 às 10h00 - Canta Brasil
Das 10h00 às 12h00 - O Melhor da Jovem Guarda
Das 12h00 às 17h00 - Auto DJ
Das 17h00 às 19h30 - Domingo Show
Das 19h30 às 21h00 - Santa Missa
Das 21h00 às 22h30 - Noite Total
Das 22h30 às 01h00 - Dance Club

E) Análise da Programação

A análise crítica da programação da emissora é essencial para que seja realizada uma avaliação criteriosa, com vistas a propagar uma prestação de serviços de radiodifusão sonora de qualidade e apreciada por seu público.

No entanto, essa análise não é realizada de forma aleatória, mas sim, de forma criteriosa, à luz dos quesitos que atendem a Lei 9612/98, quais sejam:

- Finalidade Educativa;
- Finalidade Artística;
- Finalidade Informativa;
- Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade;
- Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade;
- Integração dos membros da comunidade atendida;
- Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias;

- A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

- O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.

F) Avaliação da Programação

A avaliação é realizada de maneira conjunta, em reunião com todos os membros do conselho, a fim de que se tenha um resultado que reflita ao máximo a realidade. Ela deve ser realizada com base nos quesitos apontados acima no item "E", conforme explicações que seguem logo abaixo:

Preencher a tabela a seguir atribuindo notas conforme a escala informada abaixo. Essas notas deverão representar a avaliação da grade de programação da emissora. Pontue os quesitos abaixo seguindo uma escala de notas inteiras de 1 a 4, sendo 1 a avaliação mais negativa e 4 avaliação mais favorável (ou informe NA, se não aplicável).

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	() 1 () 2 () 3 () 4
Finalidade Artística	() 1 () 2 () 3 () 4
Finalidade Informativa	() 1 () 2 () 3 () 4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	() 1 () 2 () 3 () 4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	() 1 () 2 () 3 () 4
Integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 () 4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 () 4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	() 1 () 2 () 3 () 4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 () 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 () 2 () 3 () 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 () 4

Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 ()4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 ()4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 ()4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 ()4

Programação:

De Segunda à Sexta-Feira

Das 05h00 às 07h00 - Programa No Batidão da Viola

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 07h00 às 09h00 - Jornal da Manhã

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em	()1 ()2 ()3 (X)4

matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 09h00 às 10h00 - Show da Manhã

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 10h00 às 11h00 - Experiência de Deus

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	(X)1 ()2 ()3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	(X)1 ()2 ()3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4

Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 (X)3 ()4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 11h00 às 12h00 - Falando com Deus

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 (X)2 ()3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 12h00 às 13h00 - Flash Music

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4

Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 (X)3 ()4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 13h00 às 15h00 - Sucessos da Tarde

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 15h00 às 15h30 - A Hora da Misericórdia

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4

Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 (X)2 ()3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 (X)2 ()3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 (X)3 ()4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 (X)3 ()4

Das 15h30 às 17h00 - Momentos com Deus

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 (X)2 ()3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 (X)3 ()4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 17h00 às 19h00 - Crepúsculo Sertanejo

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Finalidade Artística	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Finalidade Informativa	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Qualidade do programa	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Técnica na realização do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Facilidade de interação com o público.	() 1 () 2 () 3 (X) 4

Das 19h00 às 20h00 - A Voz do Brasil

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Finalidade Artística	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Finalidade Informativa	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Integração dos membros da comunidade atendida	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Qualidade do programa.	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Técnica na realização do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4

Facilidade de interação com o público.

()1 (X)2 ()3 ()4

Das 20h00 às 22h30 - Noite Total

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 ()4

Das 22h30 às 01h00 - Love Songs

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 (X)2 ()3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4

Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 01h00 às 05h00 - O Melhor das Novelas

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Sábados:

Das 05h00 às 07h00 - Programa No Batidão da Viola
Já avaliado.

Das 07h00 às 08h00 - Sertanejo Som Rural

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4

Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 08h00 às 09h00 - Arquivo 87

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 09h00 às 10h00 - Momentos com Deus

Já avaliado.

Das 10h00 às 11h00 - Experiência de Deus

Já avaliado.

Das 11h00 às 12h00 - Falando com Deus
Já avaliado.

Das 12h00 às 16h00 - Sábado Show

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 16h00 às 17h00 - Flash Music 87
Já avaliado.

Das 17h00 às 19h30 - Crepúsculo Sertanejo
Já avaliado.

Das 19h30 às 21h00 - Santa Missa

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Artística	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4

A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Qualidade do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Técnica na realização do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Facilidade de interação com o público.	() 1 () 2 () 3 (X) 4

Das 21h00 às 01h00 - Noite Total

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	() 1 (X) 2 () 3 () 4
Finalidade Artística	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Finalidade Informativa	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 (X) 3 () 4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Qualidade do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Técnica na realização do programa.	() 1 () 2 () 3 (X) 4
Facilidade de interação com o público.	() 1 () 2 () 3 () 4

Das 01h00 às 05h00 - Love Songs

Já avaliado.

Domingos:

Das 05h00 às 07h30 - Sertanejo Som Rural

Já avaliado.

Das 07h30 às 09h00 - Santa Missa
Já avaliado.

Das 09h00 às 10h00 - Santa Brasil

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 10h00 às 12h00 - O Melhor da Jovem Guarda

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo	()1 ()2 ()3 (X)4

Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 12h00 às 17h00 - Auto DJ

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Das 17h00 às 19h30 - Domingo Show

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 ()3 (X)4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 ()3 (X)4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em	()1 ()2 ()3 (X)4

matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

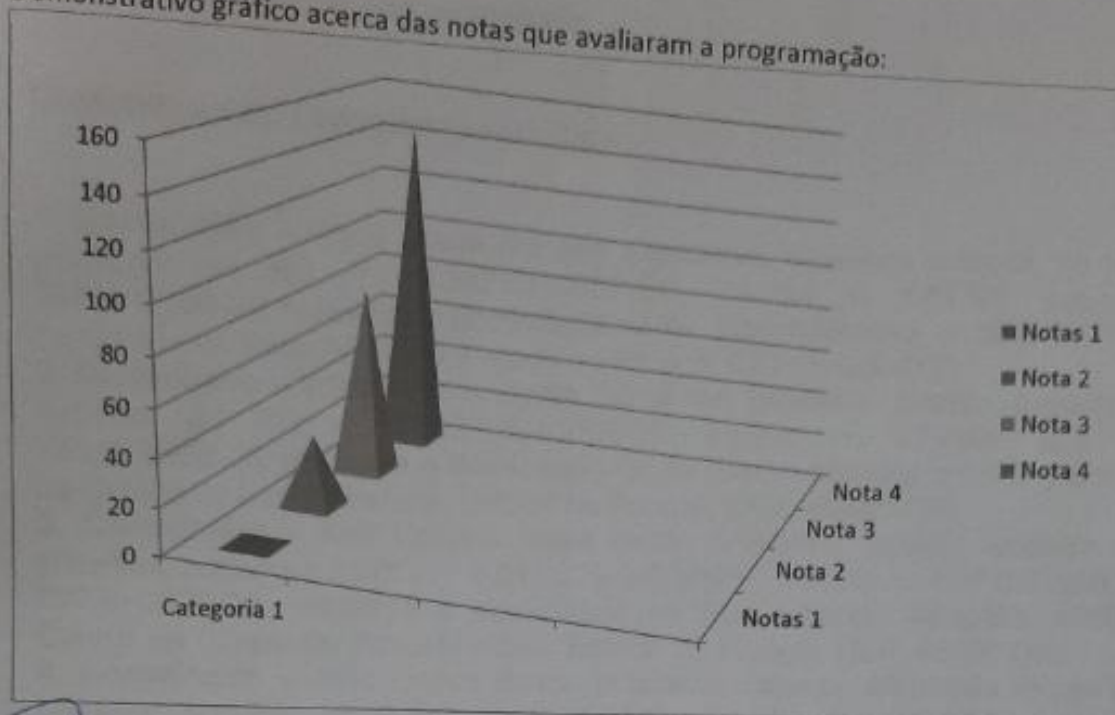
Das 19h30 às 21h00 - Santa Missa
Já avaliado.

Das 21h00 às 22h30 - Noite Total
Já avaliado.

Das 22h30 às 01h00 - Dance Club

QUESITOS	NOTAS
Finalidade Educativa	()1 (X)2 ()3 ()4
Finalidade Artística	()1 ()2 (X)3 ()4
Finalidade Informativa	()1 ()2 (X)3 ()4
Benefício ao desenvolvimento geral da comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade	()1 ()2 (X)3 ()4
Integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 (X)3 ()4
Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida	()1 ()2 ()3 (X)4
Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.	()1 ()2 ()3 (X)4
A observância dos programas aos princípios da pluralidade de opiniões e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.	()1 ()2 ()3 (X)4
O direito de qualquer cidadão da comunidade beneficiada a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo.	()1 ()2 ()3 (X)4
Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Nível de cooperação com outros parceiros durante a execução do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Qualidade do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Técnica na realização do programa.	()1 ()2 ()3 (X)4
Facilidade de interação com o público.	()1 ()2 ()3 (X)4

Demonstrativo gráfico acerca das notas que avaliaram a programação:



RELATÓRIO DE CONFORMIDADE

KEA201500909PR

Documento contendo a memória de cálculo, para demonstrar o atendimento aos limites de exposição estabelecidos pela Resolução Anatel nº 303, de 02 de julho de 2002.

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO: Praça Getúlio Vargas, 200

Centro

Santa Mariana/PR

Coordenadas Geográficas: 23°08'50.00"S— 50°31'10.05"W

**REGULAMENTO SOBRE LIMITAÇÃO DA EXPOSIÇÃO A CAMPOS
ELÉTRICOS, MAGNÉTICOS E ELETROMAGNÉTICOS NA FAIXA DE
RADIOFREQUÊNCIAS ENTRE 9 kHz e 300 GHz**

Introdução

Utilização dos critérios de saúde, desenvolvidos em colaboração com a Divisão de Saúde Ambiental da Organização Mundial de Saúde (OMS), patrocinado pelo Programa Ambiental das Nações Unidas (United Nations Environmental Programme – UNEP).

Em maio de 1992, em Montreal, foi criada uma nova organização científica internacional independente - a Comissão Internacional de Proteção contra as Radiações Não-Ionizantes (International Commission on Non-Ionizing Radiation Protection (ICNIRP)). As funções da Comissão são: investigar os perigos que podem ser associados com as diferentes formas de RNI (Radiações não ionizantes), desenvolver diretrizes internacionais sobre limites de exposição a RNI e também tratar de todos os aspectos da proteção a RNI.

O principal objetivo dessa Comissão é estabelecer as diretrizes para limitar a exposição a CEM (campos eletromagnéticos), de forma a proteger contra efeitos reconhecidamente adversos à saúde. Um efeito adverso causa prejuízo à saúde, detectável no indivíduo exposto, ou em sua descendência. Um efeito biológico, por outro lado, pode ou não resultar em um efeito adverso à saúde.

Este regulamento, baseado nas diretrizes estabelecidas pela ICNIRP, estabelece os limites para a exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 300 GHz, associados à operação de estações transmissoras de radiocomunicação de serviços de telecomunicações, e também define métodos de avaliação e procedimentos a serem observados quando do licenciamento de estações de radiocomunicação, no que diz respeito a aspectos relacionados à exposição a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos na referida faixa de radiofrequências.

Alguns termos utilizados neste trabalho:

TAXA DE ABSORÇÃO ESPECÍFICA (SAR – sigla em inglês de “Specific Absorption Rate”): Taxa de absorção de energia por tecidos do corpo, em watt por quilograma (W/kg). A SAR é a medida dosimétrica que tem sido amplamente adotada em radiofrequências superiores a cerca de 100 kHz.

LIMITE DE EXPOSIÇÃO: Valor numérico máximo de exposição, expresso em valores de intensidade de campo elétrico ou magnético, densidade de potência da onda plana equivalente e correntes.

E.I.R.P. (POTÊNCIA EQUIVALENTE ISOTROPICAMENTE RADIADA): Potência entregue a uma antena, multiplicada pelo ganho da antena em relação a uma antena isotrópica, numa determinada região.

E.R.P. (POTÊNCIA EFETIVA RADIADA): Potência entregue a uma antena, multiplicada pelo ganho da antena em relação a um dipolo de meia onda, numa determinada direção.

CEMRF: Campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, na faixa de radiofrequências.

EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL OU EXPOSIÇÃO CONTROLADA: Situação em que pessoas são expostas a CEMRF em consequência de seu trabalho, desde que estejam cientes do potencial de exposição e possam exercer controle sobre sua permanência no local ou tomar medidas preventivas.

EXPOSIÇÃO PELA POPULAÇÃO EM GERAL OU EXPOSIÇÃO NÃO CONTROLADA: Situação em que a população em geral possa ser exposta a CEMRF ou situação em que pessoas possam ser expostas em consequência de seu trabalho, porém sem estarem cientes da exposição ou sem possibilidade de adotar medidas preventivas.

Restrições Básicas para exposição a CEMRF, na faixa de radiofrequências entre 9 kHz e 10 GHz

Características de exposição	Faixa de Radiofrequências	Densidade de corrente para cabeça e tronco (mA / m^2) (RMS)	SAR médio de corpo inteiro (W / kg)	SAR localizada (cabeça e tronco) (W / kg)	SAR localizada (membros) (W / kg)
Exposição Ocupacional	9 kHz a 100 kHz	$f / 100$	—	—	—
	100 kHz a 10 MHz	$f / 100$	0,4	10	20
	10 MHz a 10 GHz	—	0,4	10	20
Exposição da população em geral	9 kHz a 100 kHz	$f / 500$	—	—	—
	100 kHz a 10 MHz	$f / 500$	0,08	2	4
	10 MHz a 10 GHz	—	0,08	2	4

f é o valor da frequência, em Hz.

Para a determinação das distâncias mínimas em que a população não estará exposta a CEMRF, foram estabelecidos critérios que são aqui listados. As equações dão as distâncias, a partir das quais os níveis de intensidade de CEMRF são aceitáveis.

Expressões para cálculo de distâncias mínimas a antenas de estações transmissoras para atendimento aos limites de exposição para a população em geral.

Faixa de Radiofrequências	Exposição da População em Geral	
1 MHz a 10 MHz	$r = 0,10 \sqrt{e_{irp} \times f}$	$r = 0,129 \sqrt{e_{irp} \times f}$
10 MHz a 400 MHz	$r = 0,319 \sqrt{e_{irp}}$	$r = 0,409 \sqrt{e_{irp}}$
400 MHz a 2000 MHz	$r = 6,38 \sqrt{e_{irp} + f}$	$r = 8,16 \sqrt{e_{irp} + f}$
2000 MHz a 300000 MHz	$r = 0,143 \sqrt{e_{irp}}$	$r = 0,184 \sqrt{e_{irp}}$
<p>r é distância mínima da antena, em metros; f é a frequência, em MHz; e.i.r.p. é a potência efetiva radiada na direção de maior ganho da antena, em watt; e.i.r.p. é a potência equivalente isotropicamente radiada na direção de maior ganho da antena, em watt.</p>		

Expressões para cálculo de distâncias mínimas a antenas de estações transmissoras para atendimento aos limites de exposição ocupacional.

Faixa de Radiofrequências	Exposição Ocupacional	
1 MHz a 10 MHz	$r = 0,0144 \times f \times \sqrt{e_{irp}}$	$r = 0,0184 \times f \times \sqrt{e_{irp}}$
10 MHz a 400 MHz	$r = 0,143 \sqrt{e_{irp}}$	$r = 0,184 \sqrt{e_{irp}}$
400 MHz a 2000 MHz	$r = 2,92 \sqrt{e_{irp} + f}$	$r = 3,74 \sqrt{e_{irp} + f}$
2000 MHz a 300000 MHz	$r = 0,0638 \sqrt{e_{irp}}$	$r = 0,0819 \sqrt{e_{irp}}$
<p>r é distância mínima da antena, em metros; f é a frequência, em MHz; e.i.r.p. é a potência efetiva radiada na direção de maior ganho da antena, em watt; e.i.r.p. é a potência equivalente isotropicamente radiada na direção de maior ganho da antena, em watt.</p>		

Os resultados dos cálculos, que nos permitem avaliar a estação estão nas tabelas componentes da "Memória de Cálculos" a seguir

Memória de Cálculos

1.0 - NOME DA ENTIDADE:		Serviço:	RADCOM
Associação Cultural de Santa Mariana			
2.0 - ENDEREÇO:			
PRAÇA GETÚLIO VARGAS, 200			
SANTA MARIANA / PARANÁ			
COORDENADAS GEOGRÁFICAS		23°08'50.00"S 50°31'10.05"W	
3.0 - TIPO DE SERVIÇO:			
RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA			
4.0 - PARÂMETROS TÉCNICOS:			
4.1 - FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: (f)		87,90 MHz	
4.2 - POTÊNCIA ERP MÁXIMA: (erp)		25 Watts	
4.3 - COMPRIMENTO DA ANTENA: (L)		1,05 Metros	
4.4 - COMPRIMENTO DE ONDA: (*)		3,41 Metros	
4.5 - CAMPO DISTANTE: (d)		0,66 Metros	
5.0 - MEDIÇÕES			
5.1 - MEDIDAS PARA SITUAÇÃO OCUPACIONAL		Distância (7.2)	0,92
5.1.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)		0,000 V/m	
5.1.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq):		0,000 W/m2	
5.1.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)		0,000 A/m	
5.2 - MEDIDAS PARA A SITUAÇÃO POPULACIONAL		Distância(7.1)	2,05
5.2.1 - CAMPO ELÉTRICO MEDIDO: (E)		0,000 V/m	
5.2.2 - DENSIDADE DE POTÊNCIA (Seq):		0,000 W/m2	
5.2.3 - CAMPO MAGNÉTICO CALCULADO: (H)		0,000 A/m	
6.0 - CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO:			
6.1 - EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL:	E (V/m)	H(A/m)	Seq(W/m2)
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)	61,000	0,160	10,00
(400 MHz a 2000 MHz)			
(2000 MHz a 300000MHz)			
6.2 - EXPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO:	E (V/m)	H(A/m)	Seq(W/m2)
(1 MHz a 10 MHz)			
(10 MHz a 400 MHz)	28,000	0,073	2,000
(400 MHz a 2000 MHz)			
(2000 MHz a 300000MHz)			
6.3 - MEDIDAS DE CAMPO ELÉTRICO (E) EM SEIS MINUTOS:	OCUP. (V/m)	POP. (V/m)	
MEDIDA 01	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 02	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 03	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 04	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 05	0,00000000	0,00000000	
MEDIDA 06	0,00000000	0,00000000	
MÉDIA	0,00000000	0,00000000	

7.0 - CÁLCULOS TEÓRICOS:**7.1 - DISTÂNCIA MÍNIMA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL: (r.)**

(1 MHz a 10 MHz)	Metros
(10 MHz a 400 MHz)	
(400 MHz a 2000 MHz)	2,05
(2000 MHz a 300000MHz)	

7.2 - DISTÂNCIA MÍNIMA OCUPACIONAL: (r.)

(1 MHz a 10 MHz)	Metros
(10 MHz a 400 MHz)	
(400 MHz a 2000 MHz)	0,92
(2000 MHz a 300000MHz)	

7.3 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA P/POPULAÇÃO: (Sp)

(1 MHz a 10 MHz)	W/m2
(10 MHz a 400 MHz)	
(400 MHz a 2000 MHz)	2,00
(2000 MHz a 300000MHz)	

7.4- CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA OCUPACIONAL: (So)

(1 MHz a 10 MHz)	W/m2
(10 MHz a 400 MHz)	
(400 MHz a 2000 MHz)	10,00
(2000 MHz a 300000MHz)	

8.0 - CONCLUSÃO DOS RESULTADOS**8.1 - SITUAÇÃO OCUPACIONAL:**

8.1.1 - CAMPO ELÉTRICO	Limite
------------------------	--------

8.1.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE	61,000
---------------------------------	--------

8.1.2 - DENSIDADE	-
-------------------	---

8.1.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE	
---------------------------------	--

8.1.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,150
-------------------------	-------

8.1.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE	
---------------------------------	--

8.2 - SITUAÇÃO POPULACIONAL:

8.2.1 - CAMPO ELÉTRICO	Limite
------------------------	--------

8.2.2 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE	28,00
---------------------------------	-------

8.2.2 - DENSIDADE	-
-------------------	---

8.2.3 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE	
---------------------------------	--

8.2.4 - CAMPO MAGNÉTICO	0,073
-------------------------	-------

8.2.5 - SITUAÇÃO DE VIABILIDADE	
---------------------------------	--

8.3 - VERIFICAÇÃO DO ART. 19 (2/3 DO LIMITE):

8.3.1 - CAMPO ELÉTRICO:	OCUP.	2/3 limite	40,867	DISPENSADO
-------------------------	-------	------------	--------	------------

8.3.2 - DENSIDADE	OCUP.	-		DISPENSADO
-------------------	-------	---	--	------------

8.3.3 - CAMPO MAGNÉTICO	OCUP.	0,107		DISPENSADO
-------------------------	-------	-------	--	------------

8.3.4 - CAMPO ELÉTRICO	POP.	18,667		DISPENSADO
------------------------	------	--------	--	------------

8.3.5 - DENSIDADE	POP.	-		DISPENSADO
-------------------	------	---	--	------------

8.3.6 - CAMPO MAGNÉTICO	POP.	0,049		DISPENSADO
-------------------------	------	-------	--	------------

9.0 - INFORMAÇÕES DA INSTALAÇÃO:

9.1 - ALTURA DA ANTENA	21,00 Metros
------------------------	--------------

9.2 - DISTÂNCIA DA CASA DO TRANSMISSOR A ANTENA	30,00 Metros
---	--------------

9.3 - DISTÂNCIA PARA O OCUPACIONAL:	30,00 Metros
-------------------------------------	--------------

9.4 - DISTÂNCIA PARA O POPULACIONAL:	35,00 Metros
--------------------------------------	--------------

9.5 - VIABILIDADE OCUPACIONAL:	VIÁVEL
--------------------------------	--------

9.6 - VIABILIDADE POPULACIONAL:	VIÁVEL
---------------------------------	--------

7.0 - CÁLCULOS TEÓRICOS:		
7.1 - DISTÂNCIA MÍNIMA PARA A POPULAÇÃO EM GERAL: (r.)	2,05	Metros
7.2 - DISTÂNCIA MÍNIMA OCUPACIONAL: (r.)	0,92	Metros
7.3 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA P/POPULAÇÃO: (Sp)	2,00	W/m2
7.4 - CÁLCULO DA DENS. DE POTÊNCIA OCUPACIONAL: (So)	10,00	W/m2

9.0 - INFORMAÇÕES DA INSTALAÇÃO:		
9.1 - COMPRIMENTO DOS RÁDIOS/A ALTURA DA ANTENA	21,00	Metros
9.2 - DISTÂNCIA DA CASA DO TRANSMISSOR A ANTENA	30,00	Metros
9.3 - DISTÂNCIA PARA O OCUPACIONAL	30,00	Metros
9.4 - DISTÂNCIA PARA O POPULACIONAL	35,00	Metros
9.5 - VIABILIDADE OCUPACIONAL:	VIÁVEL	
9.6 - VIABILIDADE POPULACIONAL	VIÁVEL	

11.0 – PARECER CONCLUSIVO:

A distância mínima exigida para o desempenho ocupacional é de 0,92 metros e o local onde ocasionalmente poderá haver pessoas desempenhando alguma função técnica é a casa do transmissor, localizada próxima da torre, e que está localizada a 30,00 metros do centro de irradiação da antena. O local mais próximo, onde existem pessoas efetivamente desempenhando suas funções, está a mais de 35,00 metros do ponto de irradiação. Com base nos valores calculados e pelas condições dos locais verificados, declaro que as emissões provenientes da estação da **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA**, do Serviço de Radiodifusão Comunitária, não submeterão trabalhadores e população em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos – CEMRE, de valores acima dos estabelecidos na Resolução nº 303 de 02 de Julho de 2002.

12.0 – PROFISSIONAL HABILITADO:

12.1 – NOME: ELIAS AUGUSTINHO
 12.2 – CPF: 234.140.149-04
 12.3 – CREA: PR-23.091/D



Curitiba, 09 de Setembro de 2015.

PORTARIA Nº 1424/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001344/1998 e nº 53000.007107/2013-78, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Mariana / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 22/03/2018, às 19:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2738653** e o código CRC **88A65D1D**.

Referência: Processo nº 53000.007107/2013-78

SEI nº 2738653

Criado por [debora.jardim](#), versão 2 por [debora.jardim](#) em 14/03/2018 14:37:06.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA CONVOCA SEUS ASSOCIADOS, PARA PARTICIPAREM DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, QUE SE REALIZARÁ NO DIA **08/06/2021** EM PRIMEIRA CHAMADA ÀS **20 HORAS** E EM SEGUNDA CHAMADA ÀS **20 HORAS E 30 MINUTOS**, NESTA CIDADE, NA PRAÇA GETÚLIO VARGAS, Nº 200, QUE DEVIDO À PANDEMIA MUNDIAL DE DISSEMINAÇÃO DO VÍRUS SARS-COV-2, SERÁ TRANSMITIDA VIA GOOGLE MEET, PELO SEGUINTE LINK: <https://meet.google.com/btv-rnfh-nbz>, NOS TERMOS DO ESTATUTO EM VIGOR, PARA DELIBERAREM QUANTO A:

1. ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA;
2. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL;
3. CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO, CONFORME LEI 9612/98.

Santa Mariana-PR, 24 de Maio de 2021.

Henrique de Souza Alberini
PRESIDENTE
Sr. Henrique de Souza Alberini

← STA. MARIANA - PR

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

Rua Alberto Siqueira, 135 - Santa Mariana - Paraná

Fone/Fax (41) 3531-1345 - Email: tabelionato@tblpr.com.br

Selo Digital: 1880-0000-8500-24141414

Conto: 24.000.000 em moeda local, depositado em nome de

Reconheço por meio deste e a assinatura de Henrique de Souza Alberini, Presidente da

Associação Cultural de Santa Mariana, em 24 de Maio de 2021.

Em Teste: *Thaís S. dos Santos* Tabelante



ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA

RELAÇÃO DE ASSOCIADOS

Benedito Roberto de Godoy, brasileiro, casado, Engenheiro Agrônomo Aposentado, portador do RG nº 7.610.917-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 961.430.968-72, residente e domiciliado na Rua Francisco Avilés, nº 336, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Henrique de Souza Alberini, brasileiro, solteiro, jornalista, portador do RG nº 8.971.854-6, SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 050.802.469-28, residente e domiciliado na Rua Etelvina França Machado, nº 138, Centro, na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Luzia Márcia Aleixo, portadora do RG nº 3.909.635-8, inscrita no CPF/MF sob nº 550.211.909-20, residente e domiciliada na Rua Henrique Spagolla, nº 807, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Ilma Maria Batista Massan, portadora do RG nº 2.012.243-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 587.735.769-72, residente e domiciliada à Rua Liberato Spagolla, nº 1426, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Claudemir Paulo de Souza, portador do RG nº 3.552.067-8, inscrito no CPF/MF sob nº 447.268.309-10, residente e domiciliado na Rua Henrique Spagolla, nº 1202, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Aristeu Ruiz, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG nº 1.428.446-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 234.726.939-91, residente e domiciliado na Rua Liberato Spagolla, nº 1524, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Hercilio Bassi, brasileiro, viúvo, agricultor, portador do RG nº 641.416-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 204.069.409-91, residente e domiciliado na Rua Primo Bassi, nº 575, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Carmen Aparecida Silva Gonçalves, brasileira, casada, cozinheira, portadora do RG nº 7.406.209-1, inscrita no CPF/MF sob nº 937.426.309-20, residente e domiciliada na Rua Coronel Francisco Moreira da Costa, nº 417, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Helena Valério Martins Floriano, brasileira, casada, comerciante, portadora do RG nº 1.484.564-0, inscrita no CPF/MF sob nº 362.498.829-87, residente e domiciliada na Rua Shiguetaka Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Luiz Carlos Floriano, portador do RG nº 2.169.325-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 362.498.829-87, residente e domiciliado na Rua Shiguetaka Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

André Luiz Floriano, portador do RG nº 7.307.283-2-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 006.357.739-98, residente e domiciliado na Rua Shiguetaka Eguchi, nº 377, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Sandra Bavaresco, brasileira, divorciada, professora, Diretora da APAE de Santa Mariana, portadora do RG nº 3.559.806-5-SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 717.277.289-04, residente e domiciliada na Av. Antônio Pereira Lima, nº 635, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

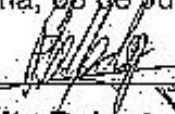
Anselmo José Bernardelli, portador do RG nº 1.694.813-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 367.580.789-49, residente e domiciliado na Avenida Antônio Pereira Lima, nº 1125, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Heitor Uzae de Souza, portador do RG nº 10.671.403-7 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 070.828.939-81, residente e domiciliado na Rua Liberato Spagolla, nº 703, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Aiza de Matos Silva, portadora do RG nº 21.931.126 - 2 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 149.319.678-25, residente e domiciliada na Rua Laura Merchione Spagolla 352 Apartamento 202B, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000;

Edivaldo Ribeiro, brasileiro, casado, empresário, Presidente da Associação Comercial de Santa Mariana, portador do RG nº 5.584.382-1-SSP/PR, portador do CPF/MF sob nº 793.332.739-72, residente e domiciliado na Rua Laura Merchione Spagolla, nº 53, Centro, na Cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná, CEP: 86350-000.

Santa Mariana, 08 de Junho de 2021.


Benedito Roberto de Godoy
Presidente

Handwritten signature or mark.

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

- Rua Alberto Siqueira, 125 - Santa Maria - Paraná -
Fone/Fax: (41) 3531-1242 - Email: curasobrinha@netmail.com
Selo Digital: 1029-v20uB05xWz2U1gE2Nv
- curasobrinha@netmail.com em curasobrinha@netmail.com

Requisição do selo feita a assinatura de BENEDITO ROBERTO DE CARVALHO (23901-000)

Em: 01/12/2021 (VLC 317) - Local: REY UN, Selo: R\$0,90, PRINDEF: R\$0,24 Total: R\$1,14

SANTAMARIA, 01 de dezembro de 2021.
Em: 01/12/2021 - da Verônica

Assinado digitalmente por
CURA SOBRIHA





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

DO PARANÁ

REGISTRO GERAL

3.909.635

8

NOME

LUZIA MARCIA ALEIXO

FILIAÇÃO

BENEDITO DOS SANTOS ALEIXO

MARIA GOMES ALEIXO

DATA DE NASCIMENTO

13/12/1965

NATURALIDADE

BANDERANTES/PA

CURTELIA - PARANÁ

09/03/1983

ARION NICZ RODA

DIRETOR DO I.I.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Bel Arribal Moreira Rocha L
Tabelião

CÉDULA DE IDENTIDADE



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO PORTADOR

Alvaro Moreira

PROTEÇÃO CIVIL
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA

QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Razão Social:	Associação Cultural de Santo Mariano		
Nome Fantasia:	Rádio Novo Senhora Medianeira	CNPJ:	02.575.069/0001-24
Endereço de Sede:	Rua Getúlio Vargas - 200		
Município:	Santo Mariano	UF:	PR
		CEP:	86350-000
Nome do representante legal:	Benedito Proberto de Godoy		
Endereço eletrônico (e-mail):	medianeira.fm@gmail.com		

Endereço de Correspondência:	Rua Getúlio Vargas - 200		
Município:	Santo Mariano	UF:	PR
		CEP:	86350-000

LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE			
Endereço:	Rua Getúlio Vargas - 200		
Município:	Santo Mariano	UF:	PR
		CEP:	86350-000
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):	Latitude:	23 ° (N/S)	08 '50.00 " S
	Longitude:	50 ° W	31 '30.05 " W

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

- I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.
- VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;


VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

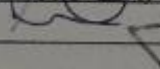
X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

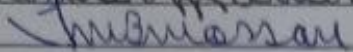

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

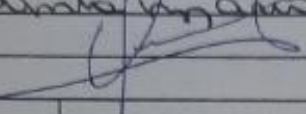
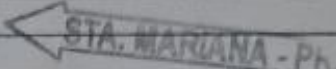
Nome do dirigente:	Benedito Roberto de Godoy		
Cargo:	Presidente	Tit. Eleitor:	03474775 0639
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
7.630.937	SSP/SP	963.430.968-72	
Endereço:	Rua Francisco Eniles - 336		
Município:	Santa Mariana	UF:	PR CEP: 86350-000
Assinatura:	 STA. MARIANA - PR		

Nome do dirigente:	Henrique de Souza Allerini		
Cargo:	Vice Presidente	Tit. Eleitor:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
8.971.854-6	SSP/PR	050.902.469-28	
Endereço:	Rua Estelina Franco Machado - 338		
Município:	Santa Mariana	UF:	PR CEP: 86350-000
Assinatura:	Henrique de Souza Allerini < STA. MARIANA - PR		

Nome do dirigente:	Lúcia Márcia Cleiza		
Cargo:	Secretária Geral	Tit. Eleitor:	03467233 0630
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
3.909.635-8	SSP/PR	550.211.909-20	
Endereço:	Rua Henrique Fogella - 807		
Município:	Santa Mariana	UF:	PR CEP: 86350-000
Assinatura:	 STA. MARIANA - PR		

Nome do dirigente:	Ilma Maria Batista Inanem		
Cargo:	Segunda Secretária	Tit. Eleitor:	0346 6612 0655
RG:	Órgão	CPF:	

2.032.243	Emissor:	SSP/PR	684.735.769.72
Endereço:	Rua Liberto Spogello - 1426		
Município:	UF:	PR	CEP: 86350.000
Assinatura:	 		

Nome do dirigente:	Claudemir Paulo de Souza		
Cargo:	Reservista	Tit. Eleitor:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
3.552.067.9	SSP/PR	447.268.309-10	
Endereço:	Rua Henrique Spogello - 3202		
Município:	UF:	PR	CEP: 86350.000
Assinatura:	 		

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:			
Município:	UF:	CEP:	
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:			
Município:	UF:	CEP:	
Assinatura:			

Nome do dirigente:			
Cargo:		Tit. Eleitor:	
RG:	Órgão Emissor:	CPF:	
Endereço:			
Município:	UF:	CEP:	
Assinatura:			

ATENÇÃO:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.
- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.
- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação.

14-00000

123801 MEINIGER, ERICH OTTO
BISCHWEIER, KATZEL, LARA MARIA BA...
ER OTTO
BISCHWEIER, KATZEL, LARA MARIA BA...
ER OTTO
BISCHWEIER, KATZEL, LARA MARIA BA...

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

- Rua Alberto Spagolla, 185 - Santa Mariana - Paraná -
Fone/Fax (43) 3531-1248 - Email: louresobrinho@hotmail.com
Selo Digital 1089X06qtCRcryDTfjT0J4Jsb
Consulte esse selo em <http://horus.funrejus.com.br/consulta>

Reconheço por semelhança as assinaturas de BENEDITO ROBERTO DE GODOY (2380), HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI (711741), LUZIA MARCIA ALEIXO ESCHIEZARO (4043), ILMA MARIA BATISTA MASSAN (7204) e CLAUDEMIR PAULO DE SOUZA (7553). Dou fé.
Emol: R\$23,55 (VRC 21,73), Funrejus R\$5,25, Selo R\$4,50, FUNDEP R\$1,05. Total R\$34,35

SANTA MARIANA-PR, 02 de dezembro de 2021
Em Teste _____ da Verdade

Fernando Bergamasco Vicente Calixto
(Escrevente Autorizado)



PORTARIA Nº 1.415, DE 28 DE SETEMBRO DE 2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º, da Portaria n.º 938, de 19 de maio de 2000, publicada no D.O de 22/05/2000 e no subitem 2.3., da Instrução Normativa MARE.G.M. n.º 05, de 21 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º - Divulgar, com base na **Terceira Alteração Contratual**, de 08 de agosto de 2000, para os fins previstos em Lei, a seguinte alteração da **Razão Social** de:

CNPJ N.º 01.859.108/0001-05
ZONA SUL AUTO SERVICE LTDA
Portaria n.º 1406 Publicada no D.O. em 10.11.1999

Para:

CNPJ N.º 01.859.108/0001-05
GOLDEN CAR LTDA
UASG: 160122 - 55.º BATALHÃO DE INFANTARIA/MG

ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA

PORTARIA Nº 1.416, DE 28 DE SETEMBRO DE 2000

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E SERVIÇOS GERAIS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º, da Portaria n.º 938, de 19 de maio de 2000, publicada no D.O de 22/05/2000 e no subitem 2.3., da Instrução Normativa MARE.G.M. n.º 05, de 21 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º - Divulgar, com base na **Quinta Alteração Contratual**, de 01 de agosto de 2000, para os fins previstos em Lei, a seguinte alteração da **Razão Social** de:

CNPJ N.º 02.917.134/0001-05
BOREAL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Portaria n.º 170 Publicada no D.O. em 24.08.2000

Para:

CNPJ N.º 02.917.134/0001-05
CASTILHO MONTEIRO DE CARVALHO ENGENHARIA LTDA. - ME.
UASG: 160292 - COLÉGIO MILITAR DO RIO DE JANEIRO/RJ

ELISABETH ALVES DA SILVA BRAGA

(Of. nº 189/2000)

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 18 DE SETEMBRO DE 2000

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

563	53780.000218/98	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Carnaúba dos Dantas	Carnaúba dos Dantas/RN
564	53740.001344/98	Associação Cultural de Santa Mariana	Santa Mariana/PR
565	53730.000033/99	Associação Comunitária "São Francisco Padroeiro"	Poço Dantas/PB
566	53650.002375/98	Associação Beneficente e Filantrópica Nossa Senhora de Fátima	Piquet Carneiro/CE
567	53760.000393/98	Associação de Radiodifusão Comunitária Riacho do Cadoz - ARC Riacho do Cadoz	Palmeirais/PI
568	53640.001144/98	Associação Comunitária Ação e Cidadania Para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico	Iaçu/BA
569	53670.000012/99	Associação de Difusão Comunitária do Senador Canedo-GO	Senador Canedo-GO

PIMENTA DA VEIGA

(Of. nº 183/2000)

Ministério do Esporte e Turismo

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO

PORTARIA Nº 66, DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO - Indesp, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos artigos 14, incisos I e parágrafo único, do Decreto n.º 2.994, de 19 de março de 1999, e 36, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno aprovado pela Portaria n.º 112, de 8 de julho de 1999, do Ministério do Esporte e Turismo e tendo em vista a Portaria n.º 14 de 02 de março de 2000, do DOU de 8 de março de 2000, resolve:

Art. 1º - Credenciar, em caráter efetivo, junto a Rede de Centros Indesp de Excelência Esportiva - Rede Cenesp, as Instituições de Ensino Superior, abaixo relacionadas, a partir de 08 de março de 2000:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS
Universidade Federal de Santa Maria/RS
Universidade Federal de Minas Gerais/MG
Universidade de Brasília/DF
Universidade de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina/SC
Universidade Estadual de Londrina/PR
Universidade de São Paulo/SP
Escola Superior de Educação de Física - UPE/PE

Parágrafo único. Credenciar, em caráter provisório, a Universidade Federal de São Paulo, a partir de 26 de junho de 2000.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO CARLOS GARCIA DE VIVEIROS

(Of. nº 260/2000)

Ministério da Integração Nacional

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

ATO DECLARATÓRIO DCI/DAI Nº 26, DE 30 DE AGOSTO DE 2000

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fulcro no Artigo 63 do Regulamento aprovado através da Resolução nº 7.077/91-CONDEL/SUDAM, declara:

HABILITADA ao gozo da Isenção do Imposto de Renda, incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial na Amazônia Legal, a empresa HITECH HARNESSES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA, - CNPJ/MF Nº 00.399.541/0001-34, localizada no Município de Manaus, Estado do Amazonas, em face da aprovação de seu pleito de Isenção do Imposto de Renda, para implantação de seu empreendimento industrial, com fundamento no Artigo 23 do Decreto-Lei nº 756/69 de 11.08.1969 e alterações posteriores, observadas as disposições do Decreto nº 94.075 de 05.03.87, e do Parágrafo 1º, Artigo 3º, da Lei nº 9.532/97, bem como as do item 3.2 do Parecer Normativo CST nº 036/97, da Secretaria da Receita Federal.

HUGO DE ALMEIDA

ATO DECLARATÓRIO DCI/DAI Nº 29, DE 31 DE AGOSTO DE 2000

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fulcro no Artigo 63 do Regulamento aprovado através da Resolução nº 7.077/91-CONDEL/SUDAM, declara:

HABILITADA ao gozo da Isenção do Imposto de Renda, incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial na Amazônia Legal, a empresa COSMOSPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA, - CNPJ/MF Nº 00.819.673/0001-78, localizada no Município de Manaus, Estado do Amazonas, em face da aprovação de seu pleito de Isenção do Imposto de Renda, para implantação de seu empreendimento industrial, com fundamento no Artigo 23 do Decreto-Lei nº 756/69 de 11.08.1969 e alterações posteriores, observadas as disposições do Decreto nº 94.075 de 05.03.87, e do Parágrafo 1º, Artigo 3º, da Lei nº 9.532/97, bem como as do item 3.2 do Parecer Normativo CST nº 036/97, da Secretaria da Receita Federal.

HUGO DE ALMEIDA

ATO DECLARATÓRIO DCI/DAI Nº 32, DE 14 DE SETEMBRO DE 2000

O Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fulcro no Artigo 63 do Regulamento aprovado através da Resolução nº 7.077/91-CONDEL/SUDAM, declara:

HABILITADA ao gozo da Redução do Imposto de Renda, incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade na Amazônia Legal, a empresa ÁGUAS MINERAIS LEBRINHAS LTDA, - CNPJ/MF Nº 14.926.356/0001-65, localizada no Município de Chapada dos Guimarães, Estado do Mato Grosso, em face da aprovação de seu pleito de Redução do Imposto de Renda, para seu empreendimento, com fundamento no Artigo 22 do Decreto-Lei nº 756/69 de 11.08.1969 e alterações posteriores, observadas as disposições do Artigo 3º, Parágrafo 2º, Incisos I, II e III da Lei nº 9.532/97.

HUGO DE ALMEIDA

(Of. nº 66/2000)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2002-CN

Autoriza a execução de recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001, no subtítulo 25.752.0292.3244.0001 - Implantação de Sistema de Transmissão em Mato Grosso (345 Km de LT e 12 subestações totalizando 514 MVA) no Estado do Mato Grosso, da Unidade Orçamentária 32.224 - Eletronorte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001 (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), no subtítulo 25.752.0292.3244.0001 - Implantação de Sistema de Transmissão em Mato Grosso (345 Km de LT e 12 subestações totalizando 514 MVA) no Estado do Mato Grosso, da Unidade Orçamentária 32.224 - Eletronorte, para a execução dos contratos EMT 0.2.0.05.0/00, EMT 0.2.0.07.9/99, EMT 0.3.0.03.0/00 e EMT 0.3.0.01.0/00.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos recursos e contratos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de abril de 2003.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 61, DE 2002-CN

Autoriza a execução de recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001, no subtítulo 20.607.0379.1836.0077 - Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum - Projeto Pão-de-Açúcar/Olho D'Água das Flores, no Estado de Alagoas, da Unidade Orçamentária 53.101 - Ministério da Integração Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 (Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001), no subtítulo 20.607.0379.1836.0077 - Construção de Obras de Infra-Estrutura de Irrigação de Uso Comum - Projeto Pão-de-Açúcar/Olho D'Água das Flores, no Estado de Alagoas, da Unidade Orçamentária 53.101 - Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos recursos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de abril de 2003.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 62, DE 2002-CN

Autoriza a execução de recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001 no subtítulo 26.784.0231.3325.0001 - Recuperação da Infra-Estrutura Portuária - Porto de Santos (SP), no Estado de São Paulo, da Unidade Orçamentária 39.213 - CODESP.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em restos a pagar relativos ao Orçamento de Investimento das Estatais da União para 2001 (Lei nº 10.171, de 05 de janeiro de 2001) no subtítulo 26.784.0231.3325.0001 - Recuperação da Infra-Estrutura Portuária - Porto de Santos (SP), no Estado de São Paulo, da Unidade Orçamentária 39.213 - CODESP.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos recursos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de abril de 2003.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 63, DE 2002-CN

Autoriza a execução de recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 no subtítulo 26.782.0237.5772.0001 - Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Araguaia - Tocantins - BR-060/GO - em Goiânia (Noroeste), da Unidade Orçamentária 39.201 - DNER.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos inscritos em Restos a Pagar relativos ao Orçamento Fiscal da União para 2001 (Lei nº 10.171, de 05 de janeiro de 2001) no subtítulo 26.782.0237.5772.0001 - Construção de Contornos Rodoviários no Corredor Araguaia - Tocantins - BR-060/GO - em Goiânia (Noroeste), da Unidade Orçamentária 39.201 - DNER, para a execução do contrato firmado junto à Construtora Caiapó.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos recursos mencionados no art. 1º, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de abril de 2003.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 157/2002)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 247, DE 2002

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PAMPA CENTRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 19, de 18 de março de 1999, que renova por dez anos, a partir de 23 de fevereiro de 1998, a permissão outorgada à RÁDIO PAMPA CENTRO LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 248, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS ARARA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arara, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 555, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Comunitária da Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arara, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 249, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 564, de 18 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural de Santa Mariana a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 250, DE 2002

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DE VILA VELHA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de novembro de 2000, que outorga concessão à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de novembro de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.575.068/0001-24 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/06/1998
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
PC GETULIO VARGAS

NÚMERO
200

COMPLEMENTO

CEP
86.350-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
SANTA MARIANA

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
01/06/1998

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 19/12/2023 às 01:36:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA

CNPJ: 02.575.068/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 01:50:29 do dia 19/12/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/01/2024.

Certidão expedida gratuitamente.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.575.068/0001-24
Razão Social: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
Endereço: PRAC A GETULIO VARGAS 200 / CENTRO / SANTA MARIANA / PR / 86350-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/12/2023 a 10/01/2024

Certificação Número: 2023121218494728766776

Informação obtida em 19/12/2023 01:49:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
CNPJ: 02.575.068/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 01:50:53 do dia 19/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/06/2024.

Código de controle da certidão: **9A1D.C179.D91E.81CA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.575.068/0001-24

Certidão nº: 72957120/2023

Expedição: 19/12/2023, às 01:51:27

Validade: 16/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.575.068/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **BENEDITO ROBERTO DE GODOY**, Título Eleitoral: **0347 4775 0639**, CPF: **961.430.968-72**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **0QGJxEfSlqjoke5NMO27nWzld/c=**
Certidão emitida em **19/12/2023 02:24:43**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI**, Título Eleitoral: **0795 8666 0604**, CPF: **050.802.469-28**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **CgVgPbmBGqrdahcUWeRAtKAYGV8=**
Certidão emitida em **19/12/2023 02:33:04**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **LUZIA MARCIA ALEIXO**, Título Eleitoral: **0346 7233 0680**, CPF: **550.211.909-20**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **2Hfwvb5RltWe9eXcdHA3BfxVMug=**
Certidão emitida em **19/12/2023 02:26:59**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **ILMA MARIA BATISTA MASSAN**, Título Eleitoral: **0346 6612 0655**, CPF: **587.735.769-72**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **bxR6ZmG2IMMdkarIR/RDMiyIKQM=**
Certidão emitida em **19/12/2023 02:28:33**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **CLAUDEMIR PAULO DE SOUZA**, Título Eleitoral: 0795 8869 0671, CPF: 447.268.309-10, como membro do(a):

- **ÓRGÃO DEFINITIVO** de abrangência **MUNICIPAL** do **DEMOCRATAS(DEM)** de **SANTA MARIANA/PR**, com exercício no período de 16/07/2011 a 16/07/2015 (**CONSELHO FISCAL**).

Código de Validação **jastQBNoo/XNo7YaWugHUW3xUe4=**
Certidão emitida em 19/12/2023 02:37:06

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Benedito Roberto de Godoy

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:39:20



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	961.430.968-72

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:40:46



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Henrique de Souza Alberini

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:41:27



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	050.802.469-28

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:47:10



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Luzia Marcia Aleixo

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:47:42



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	550.211.909-20

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:51:35



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Ilma Maria Batista Massan

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:52:15



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	587.735.769-72

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:57:45



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Claudemir Paulo de Souza

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:58:18



BOM DIA
ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	447.268.309-10

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 30448371898 - ELAINE AKEMI NISHIDA ZAMBON Data: 19/12/2023 Hora: 02:58:53

Data de Envio:

19/12/2023 09:32:53

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<coroc@mcom.gov.br>

Para:

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
natalia.froemming@mcom.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária - Processo nº 53115.041001/2021-16

Mensagem:

Prezados senhores

c/c Natália

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de revogação da autorização associada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Mariana, no estado do Paraná;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 elaine.nishida@mcom.gov.br - associado à servidora Elaine Nishida

2.2 natalia.froemming@mcom.gov.br associado à servidora Natália Froemming

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Elaine Akemi Nishida Zambon

Celular (13) 98119-9466

Coordenação de Pós Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **550.211.909-20**

Nome: **LUZIA MARCIA ALEIXO**

Data de Nascimento: **13/12/1965**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **11:13:40** do dia **19/12/2023** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **0E09.A56D.79FC.E28E**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **587.735.769-72**

Nome: **ILMA MARIA BATISTA MASSAN**

Data de Nascimento: **29/10/1959**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:56:21** do dia **19/12/2023** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **16A0.8A53.D7BA.BBE4**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **447.268.309-10**

Nome: **CLAUDEMIR PAULO DE SOUZA**

Data de Nascimento: **23/08/1961**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:48:34** do dia **19/12/2023** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **3A70.82F8.191D.620C**



Este documento não substitui o ["Comprovante de Inscrição no CPF"](#).

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

CHECKLIST DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

RENOVAÇÃO DE OUTORGA RÁDIO COMUNITÁRIA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado - Associação ou Fundação de Direito Privado)

Processo nº: 53115.041001/2021-16

Interessada/Outorgada: Associação Cultural de Santa Mariana

CNPJ nº: 02.575.068/0001-24

Município: Santa Mariana

Estado: Paraná

Data de recebimento da notificação (art. 6º-B da [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#)): Não se aplica

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 10/12/2021

Período da outorga a ser renovado: 08/11/2022 a 08/11/2032

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga assinado por todos os dirigentes	(X) Sim () Não () Não se aplica	8892917	Art. 382, § 1º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023 .	Contém todas as declarações conforme Anexo XLIII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 (11091175), assinada pelos atuais diretores. 1º requerimento apresentado: 8892917

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
2. Ata de Eleição dos dirigentes	(X) Sim () Não () Não se aplica	8892859	Art. 9º, § 2º, inciso II da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 ; e Art. 382, § 1º, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	Mandato da diretoria: 08/06/2021 a 07/06/2025 Atas anteriores: link

<p>2.1. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de maioridade e inscrição no CPF</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>Benedito Roberto de Godoy Cargo: Presidente 8892905</p> <p>Henrique de Souza Alberini Cargo: Vice-Presidente 8892894</p> <p>Luzia Marcia Aleixo Cargo: Secretária Geral 8892915 11280792, fl. 1</p> <p>Ilma Maria Batista Cargo: Segunda Secretária 8892899 11280792, fl. 2</p> <p>Claudemir Paulo de Souza Cargo: Tesoureiro 8892864 11280792, fl. 3</p>	<p>Art. 222, § 1º da Constituição Federal; e</p> <p>Art. 9º, § 2º, inciso III da Lei nº 9.612, de 1998.</p>	
--	--	---	---	--

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Estatuto social consolidado e registrado</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11216557</p>	<p>Art. 9º, § 2º, inciso I da Lei nº 9.612, de 1998; e</p> <p>Art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.</p>	
<p>3.1. Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>Art. 2º</p>	<p>Art. 291, inciso I c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.</p>	

3.2. Ingresso gratuito	(X) Sim () Não () Não se aplica	Art. 4º	Art. 291, inciso II c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	
3.3. Voz e voto	(X) Sim () Não () Não se aplica	Art. 4º, parágrafo único e art. 7º, I	Art. 291, inciso II c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	
3.4. Votar e ser votado	(X) Sim () Não () Não se aplica	Art. 4º, parágrafo único e art. 7º, II e III	Art. 291, inciso IV c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	
3.5. Órgão administrativo e Conselho Comunitário, e seu modo de funcionamento	(X) Sim () Não () Não se aplica	Arts. 12 e 26 a 29	Art. 291, inciso V c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	
3.6. Cargos do órgão administrativo e suas atribuições	(X) Sim () Não () Não se aplica	Arts. 12 e 15 a 19	Art. 291, inciso V, alínea "a" c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	
3.7. Mandato de até 4 anos, uma única recondução	(X) Sim () Não () Não se aplica	Art. 13	Art. 291, inciso V, alínea "b" c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	Tempo de mandato: 4 anos

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
4. Relatório do Conselho Comunitário	() Sim (X) Não () Não se aplica	8892908	Art. 382, § 1º, inciso V c/c art. 367 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	Contém somente as rubricas dos conselheiros comunitários, não sendo especificadas as entidades representadas, bem como o número CNPJ de cada uma delas.

4.1. CNPJ das entidades	() Sim (X) Não () Não se aplica	link	Art. 375, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	Não foi informado os números CNPJ das entidades que compõem o Conselho Comunitário.
---	---	------	---	---

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
5. CNPJ	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279888 Emitida em 19/12/2023	Art. 382, § 6º, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	
6. Fistel	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279890 Válida até 18/01/2024	Art. 382, § 6º, inciso IV da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	
7. FGTS	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279892 Válida até 10/01/2024	Art. 382, § 6º, inciso V da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	
8. Fazenda Federal	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279893 Válida até 16/06/2024	Art. 382, § 6º, inciso VI da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	
9. Justiça do Trabalho	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279894 Válida até 16/06/2024	Art. 382, § 6º, inciso VII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
10. Portaria de Autorização (SRD , DOU)	(X) Sim () Não () Não se aplica	11282172	Art. 382, § 6º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	Portaria de Autorização nº 564, de 18/09/2000, publicada no DOU de 29/09/2000
11. Decreto Legislativo (SRD , DOU)	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279883	Art. 382, § 6º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	Decreto Legislativo nº 249, de 07/11/2002, publicado no DOU de 08/11/2002

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
12. Relatório de apuração de infrações	() Sim () Não () Não se aplica	link	Art. 382, § 6º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.	

13. Vínculo Político-Partidário	(X) Sim () Não () Não se aplica	11279899	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 258, inciso III, alínea "a", números 1, 2, 3 e 4 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
14. Vínculo Familiar	(X) Sim () Não () Não se aplica	<p>Benedito Roberto de Godoy Cargo: Presidente 8892905</p> <p>Henrique de Souza Alberini Cargo: Vice-Presidente 8892894</p> <p>Luzia Marcia Aleixo Cargo: Secretária Geral 8892915 11280792, fl. 1</p> <p>Ilma Maria Batista Cargo: Segunda Secretária 8892899 11280792, fl. 2</p> <p>Claudemir Paulo de Souza Cargo: Tesoureiro 8892864 11280792, fl. 3</p>	<p>Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998; e</p> <p>Art. 258, inciso III, alínea "b" da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023.</p>	
15. Vínculo Religioso	(X) Sim () Não () Não se aplica	8892859	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 258, inciso III, alínea "a", números 6 e 7 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	

16. Vínculo Comercial	(X) Sim () Não () Não se aplica	8892859	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 258, inciso III, alínea "a", número 5 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	
17. Outro tipo de Vínculo	(X) Sim () Não () Não se aplica	11280263	Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 ; e Art. 258, inciso III, alínea "c" da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 .	Não há indícios de existência de outro tipo de vínculo.

Observações Adicionais

Não há

Conclusão

A documentação apresentada **não está em conformidade** com o disposto na legislação, de forma que não é possível prosseguir com o deferimento da renovação da outorga.

Analisado por:

Nome: Elaine Akemi Nishida

Cargo: Analista Técnico-Administrativo

Data:

19/12/2023



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 20/12/2023, às 14:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11280521** e o código CRC **FE9970EA**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 37529/2023/MCOM

Brasília, 20 de dezembro de 2023.

Ao Senhor

Benedito Roberto de Godoy

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24)

Praça Getúlio Vargas, nº 200

CEP: 86.350-000 - Santa Mariana/PR

Assunto: **Processo nº 53115.041001/2021-16. Solicitação de documentos relacionados à renovação da outorga.**

Senhor Representante Legal,

1. Informo que, após análise da documentação acostada ao processo em referência, que trata da renovação da outorga para o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Santa Mariana, estado do Paraná, foi constatada a necessidade de saneamento das seguintes pendências, conforme *Checklist* (11280521):

1.1. **Relatório do Conselho Comunitário**, nos termos do art. 382, § 1º, inciso V da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

1.1.1. Após análise do Relatório do Conselho Comunitário, observamos que constam pendências em relação às disposições do art. 367 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), a saber:

- Contém somente as 5 rubricas dos conselheiros, porém não contém a indicação das entidades representadas por cada um deles, bem como seus respectivos CNPJs, em desrespeito ao disposto no art. 367, parágrafo único da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

O Conselho Comunitário deve ser composto por representantes de **entidades da comunidade local**, desde que legalmente instituídas, tais como entidades de classe, de moradores, beneméritas e religiosas.

Cada entidade poderá apresentar um representante. Caso não se atinja esse número mínimo de 5 entidades que queiram participar do Conselho, será permitido que as entidades participantes

indiquem mais de um representante, até se totalizar 5 conselheiros comunitários.

Deverá ser encaminhado um novo relatório, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do serviço de radiodifusão comunitária.

O relatório deve ser assinado por todos os membros do Conselho e indicar o CNPJ de todas as entidades representadas, que devem ser da comunidade local.

Obs.: Não há necessidade de registro do Relatório nem de envio de cópia autenticada.

1.2. A documentação deverá ser encaminhada **exclusivamente** pelo Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>. Ressalto que, para fins de peticionamento no Sistema, é necessário possuir cadastro no Portal gov.br (caso não possua, é possível solicitá-lo em <https://acesso.gov.br/>).

2. Mais informações sobre o Protocolo Digital podem ser obtidas em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/protocolo-digital>.

3. **Na resposta, devem ser mencionados o número deste Ofício e do processo em referência (53115.041001/2021-16), condição para que o pleito seja analisado.**

4. Para atender essa notificação, fica estabelecido o **prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência desta notificação.

5. Caso haja necessidade de prorrogação de prazo, a entidade deverá se atentar a apresentar o novo pedido, devidamente fundamentado, antes do final do prazo concedido neste Ofício. Caso contrário, o novo pedido será considerado intempestivo e poderá resultar no arquivamento ou indeferimento do processo, conforme o caso, além de outras implicações legais.

6. Por fim, este Órgão permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

HEITOR DOS SANTOS COSTA PEREIRA

Assistente^[1]

Endereço de correspondência: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 310 - Brasília/DF - CEP 70.044-900

Telefone: (61) 2027-6781 - <https://www.gov.br/mcom>

[1] Documento assinado por delegação, na forma da [Portaria nº 11.091, de 16 de novembro de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2023.

Documentos a serem enviados anexos ao e-mail de notificação, ou então, impressos juntamente com o Ofício pela via Postal (Correios):

Anexo - *Checklist* (11280521).



Documento assinado eletronicamente por **Heitor dos Santos Costa Pereira**, Assistente, em 20/12/2023, às 15:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11282181** e o código CRC **10D7351B**.

Referência: Processo nº 53115.041001/2021-16

Documento nº 11282181

Data de Envio:

20/12/2023 18:05:40

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<coroc@mcom.gov.br>

Para:

henriquedesouzaalberini@gmail.com <henriquedesouzaalberini@gmail.com>
medianeirofm@gmail.com

Assunto:

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Senhor

Benedito Roberto de Godoy

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24)

Praça Getúlio Vargas, nº 200

CEP: 86.350-000 - Santa Mariana/PR

Assunto: Encaminhamento de Ofício referente à análise do processo nº 53115.041001/2021-16

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 37529/2023/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.041001/2021-16

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

Anexos:

Oficio_11282181.html

Checklist_11280521.html



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

OFÍCIO Nº 2020/2024/MCOM

Brasília, 22 de janeiro de 2024.

Ao Senhor

Benedito Roberto de Godoy

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24)

Praça Getúlio Vargas, nº 200

CEP: 86.350-000 - Santa Mariana/PR

Assunto: Processo nº 53115.041001/2021-16. Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentação.

Senhor Representante Legal,

1. Em atenção ao pedido de prorrogação de prazo (11320703) para cumprimento das exigências formuladas no Ofício nº 37529/2023/MCOM (11282181), informo o deferimento do **prazo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de recebimento ou da ciência deste Ofício, conforme preconiza a legislação.
2. A documentação deverá ser encaminhada **exclusivamente** pelo Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>. Ressalto que, para fins de peticionamento no Sistema, é necessário possuir cadastro no Portal [gov.br](https://www.gov.br) (caso não possua, é possível solicitá-lo em <https://acesso.gov.br/>).
3. Mais informações sobre o Protocolo Digital podem ser obtidas em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/acesso-a-informacao/processo-eletronico/protocolo-digital>.
4. Solicito que, **na resposta, sejam mencionados o número deste Ofício e do processo em referência (53115.041001/2021-16), condição para que o pleito seja analisado.**
5. Caso haja necessidade de nova prorrogação de prazo, a entidade deverá se atentar a apresentar o novo pedido, devidamente fundamentado, antes do final do prazo anteriormente concedido. Caso contrário, o novo pedido será considerado intempestivo e poderá resultar no arquivamento ou indeferimento do processo, conforme o caso, além de outras implicações legais.

6. Por fim, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizeram necessários.

Atenciosamente,

Endereço de correspondência: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B, Sala 310 - Brasília/DF - CEP 70.044-900

Telefone: (61) 2027-6781 - <https://www.gov.br/mcom>

*Documento assinado por delegação, na forma da [Portaria nº 11.091, de 16 de novembro de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 22/01/2024, às 13:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11325777** e o código CRC **F1D153E4**.

Referência: Processo nº 53115.041001/2021-16

Documento nº 11325777

Data de Envio:

22/01/2024 13:36:08

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<coroc@mcom.gov.br>

Para:

henriquedesouzaalberini@gmail.com <henriquedesouzaalberini@gmail.com>

Assunto:

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Ao Senhor

Benedito Roberto de Godoy

Representante Legal da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24)

Praça Getúlio Vargas, nº 200

CEP: 86.350-000 - Santa Mariana/PR

Assunto: Encaminhamento de Ofício referente à análise do processo nº53115.041001/2021-16

Senhor Representante Legal,

Cumprimentando-o, cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 2020/2024/SEI-MCOM, referente à análise do processo nº 53115.041001/2021-16

Dessa forma, solicitamos que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

Protocolo Digital do MCom (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

Atenciosamente,

Anexos:

Oficio_11325777.html



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.575.068/0001-24 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 01/06/1998</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada</div>			
<div>LOGRADOURO PC GETULIO VARGAS</div>	<div>NÚMERO 200</div>	<div>COMPLEMENTO *****</div>	
<div>CEP 86.350-000</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO SANTA MARIANA</div>	<div>UF PR</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div>		<div>TELEFONE</div>	
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/06/1998</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/02/2024 às 13:48:24 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA

CNPJ: 02.575.068/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:49:46 do dia 06/02/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 07/03/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.575.068/0001-24
Razão Social: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
Endereço: PRAC A GETULIO VARGAS 200 / CENTRO / SANTA MARIANA / PR / 86350-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/01/2024 a 17/02/2024

Certificação Número: 2024011905232526948015

Informação obtida em 06/02/2024 13:50:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
CNPJ: 02.575.068/0001-24

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:51:19 do dia 06/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/08/2024.

Código de controle da certidão: **630A.20A5.443D.9B1D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 02.575.068/0001-24

Certidão nº: 8608719/2024

Expedição: 06/02/2024, às 13:54:22

Validade: 04/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.575.068/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **BENEDITO ROBERTO DE GODOY**, Título Eleitoral: **0347 4775 0639**, CPF: **961.430.968-72**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **w74ShX04VqaiQyizsulC8u89N5w=**
Certidão emitida em **06/02/2024 13:58:55**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **HENRIQUE DE SOUZA ALBERINI**, Título Eleitoral: **0795 8666 0604**, CPF: **050.802.469-28**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **ma9/JUa1+P/FtC5JpKg/NfFL+AM=**
Certidão emitida em **06/02/2024 14:00:04**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **LUZIA MARCIA ALEIXO**, Título Eleitoral: **0346 7233 0680**, CPF: **550.211.909-20**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **vQ8L3XNHRkCSUnIYiCyt82zvJSY=**
Certidão emitida em **06/02/2024 14:00:52**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que não consta anotado o nome de **ILMA MARIA BATISTA MASSAN**, Título Eleitoral: **0346 6612 0655**, CPF: **587.735.769-72**, como membro de órgão partidário, na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP).

Código de Validação **LISQsaKUezrg0gJ0fGANZJuvUBY=**
Certidão emitida em **06/02/2024 14:01:27**

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.**
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



JUSTIÇA ELEITORAL

Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias - SGIP

CERTIDÃO

CERTIFICO que consta anotado na base de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) o nome de **CLAUDEMIR PAULO DE SOUZA**, Título Eleitoral: 0795 8869 0671, CPF: 447.268.309-10, como membro do(a):

- **ÓRGÃO DEFINITIVO** de abrangência **MUNICIPAL** do **DEMOCRATAS(DEM)** de **SANTA MARIANA/PR**, com exercício no período de 16/07/2011 a 16/07/2015 (**CONSELHO FISCAL**).

Código de Validação **Uc9hZvoJdwiELfoqIX4UkGFUvyE=**
Certidão emitida em 06/02/2024 14:02:10

- O Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) passou a ser de uso obrigatório pela Justiça Eleitoral e pelos partidos políticos, a partir de 3 de outubro de 2009 (Art. 14 da Resolução-TSE nº 23.093, de 4 de agosto de 2009).
- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/modulo-consulta-sgip3>.
- As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nessas informações.
- O gerenciamento de dados partidários de abrangência nacional é de responsabilidade do TSE e o de abrangência regional/municipal é de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.



PORTARIA Nº 1.366/2018/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53790.001312/2001 e nº 53900.029509/2014-61, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Nova Trento,, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Flores da Cunha/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.367/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53730.000125/1999-10 e nº 53900.026027/2014-59, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 11 de Novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Desterro, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Desterro / PB.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.423/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001371/1998 e nº 53000.048845/2013-75, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2013, a autorização outorgada à Associação Novaresendense de Difusão e Apoio - ANDA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Resende/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.424/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53740.001344/1998 e nº 53000.007107/2013-78, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Mariana / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1427/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001387/1998 e nº 53900.007550/2014-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2014, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL LAR DA PAZ (FALP), para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Dores do Indaia / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1428/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.001306/1999 e nº 53900.042007/2015-14, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI DIOGO DE PARAMOTI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paramoti / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.430/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.000837/2001 e nº 53900.016403/2015-88, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Social E Comunicação Popular de Paraipaba, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Paraipaba / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.431/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.000692/2001 e nº 53900.041564/2015-18, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de novembro de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO INDEPENDENTE - ACRDI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Sebastião do Passé / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.434/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000038/2000 e nº 53900.002972/2015-46, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de abril de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL COUTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Couto de Magalhães de Minas / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.508/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53103.000216/2001 e nº 53900.026403/2015-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de agosto de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPANEMA FM ÁGUAS BELAS - PE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Águas Belas / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.602/SEI, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar R. A. W. COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de PACAJÁ, estado do Pará, por meio do canal 47 (quarenta e sete), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO DE FÁTIMA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 16 (dezesseis), no município de OSASCO, estado de SÃO PAULO, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório para funcionamento em tecnologia analógica, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.063006/2017-65 e da Nota Técnica nº 5741/2018/SEI-MCTIC.

Parágrafo único. A Entidade deverá encaminhar o requerimento de alteração das características técnicas para funcionamento em tecnologia digital à Agência Nacional de Telecomunicações no prazo máximo de nove meses antes da data prevista para o desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ou a qualquer tempo, após a autorização do respectivo serviço, respeitado o prazo máximo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Data de Envio:

06/02/2024 14:22:22

De:

MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária
<copec@mcom.gov.br>

Para:

rebecca.martins@mcom.gov.br
cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária - Processo nº 53115.041001/2021-16

Mensagem:

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de revogação da autorização associada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Mariana, no estado do Paraná;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

2.2 elaine.nishida@mcom.gov.br - associado à servidora Elaine Nishida

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Elaine Akemi Nishida Zambon

Celular (13) 98119-9466

Coordenação de Pós Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária - COPEC

RE: Informação sobre entidade comunitária - Processo nº 53115.041001/2021-16

cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Ter, 06/02/2024 14:35

Para:COPEC <COPEC@mcom.gov.br>

Cc:Elaine Akemi Nishida <elaine.nishida@mcom.gov.br>

Processo nº 53115.041001/2021-16

Prezados,

Informa-se que em relação à entidade Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24 consta o registro do Processo de Apuração de Infração - PAI nº 53900.055237/2015-35, conforme PORTARIA Nº 6004/2018/SEI-MCTIC, a aplicação da sanção de multa, no valor de R\$ 799,63 (setecentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos), para o Fistel 50011434465, e atribuir 16 (dezesseis) pontos, em conformidade com a memória de cálculo em anexo, calculada com base na Portaria MC nº 562, de 23 de dezembro de 2011, e na Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, em razão da prática da infração prevista no art. 11 c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612, de 1998.

De: MCOM/Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária <copec@mcom.gov.br>

Enviado: terça-feira, 6 de fevereiro de 2024 14:22

Para: Rebecca Rackell Oliveira Q. de Araújo Linhares Martins <rebecca.martins@mcom.gov.br>; cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Informação sobre entidade comunitária - Processo nº 53115.041001/2021-16

Prezados senhores

1. Cumprimentando-os, cordialmente, e visando instruir processo de renovação de autorização do serviço de radiodifusão comunitária em trâmite nesta coordenação, solicito à gentileza de nos informar quanto à existência de:

1.1 condenação de revogação da autorização associada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, que executa o serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Mariana, no estado do Paraná;

1.2 processo(s) de apuração de infração em trâmite que possa(m) resultar na aplicação de sanção de revogação da Autorização em relação a interessada indicada acima;

1.3 processo de apuração de infração, com decisão administrativa transitada em julgado, cujo objeto verse sobre operação clandestina de serviço de radiodifusão e esteja relacionado à referida interessada; e,

1.4 processo(s) de apuração de infração em trâmite relacionado(s) à vínculo político-partidário, religioso ou familiar nos termos do art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que possa(m) resultar na aplicação de sanção em relação a interessada indicada acima.

2. Ademais, peço-lhes que a resposta seja encaminhada para os seguintes e-mails:

2.1 copec@mcom.gov.br associada à Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

2.2 elaine.nishida@mcom.gov.br - associado à servidora Elaine Nishida

3. Desde já agradeço a ajuda e, colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Elaine Akemi Nishida Zambon

Celular (13) 98119-9466

Coordenação de Pós Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária -
COPEC

CHECKLIST DOS DOCUMENTOS

Processo nº:	53115.041001/2021-16		
Interessada:	Associação Cultural de Santa Mariana	CNPJ nº	02.575.068/0001-24
Município/UF:	Santa Mariana/PR		
Período a ser renovado:	08/11/2022 a 08/11/2032		
Data de recebimento da notificação (art. 6º-B da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998):	Não se aplica	Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:	10/12/2021

Documentos	SEI nº	Observações
1. Requerimento de renovação de outorga assinado por todos os dirigentes Art. 382, § 1º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023	8892917	Contém todas as declarações conforme Anexo XLIII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023 (11091175), assinada pelos atuais diretores. 1º requerimento apresentado: 8892917 <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
2. Ata de Eleição dos dirigentes Art. 9º, § 2º, inciso II da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 Art. 382, § 1º, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	8892859	Mandato da diretoria: 08/06/2021 a 07/06/2025 Atas anteriores: <input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

<p>2.1. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, de maioria e inscrição no CPF</p> <p>Art. 222, § 1º da Constituição Federal</p> <p>Art. 9º, § 2º, inciso III da Lei nº 9.612, de 1998</p>	<p>Benedito Roberto de Godoy Cargo: Presidente 8892905</p> <p>Henrique de Souza Alberini Cargo: Vice-Presidente 8892894</p> <p>Luzia Marcia Aleixo Cargo: Secretária Geral 8892915 11280792, fl. 1</p> <p>Ilma Maria Batista Cargo: Segunda Secretária 8892899 11280792, fl. 2</p> <p>Claudemir Paulo de Souza Cargo: Tesoureiro 8892864 11280792, fl. 3</p>	<p>X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.</p>
---	---	--

Documentos	SEI nº	Observações
<p>3. Estatuto social consolidado e registrado</p> <p>Art. 9º, § 2º, inciso I da Lei nº 9.612, de 1998</p> <p>Art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	11216557	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
<p>3.1. Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão</p> <p>Art. 291, inciso I c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	Art. 2º	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
<p>3.2. Ingresso gratuito</p> <p>Art. 291, inciso II c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	Art. 4º, parágrafo único	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
<p>3.3. Voz e voto</p> <p>Art. 291, inciso II c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	Art. 4º, parágrafo único e art. 7º, I	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
<p>3.4. Votar e ser votado</p> <p>Art. 291, inciso IV c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	Art. 4º, parágrafo único e art. 7º, II e III	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
<p>3.5. Órgão administrativo e Conselho Comunitário, e seu modo de funcionamento</p> <p>Art. 291, inciso V c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	Arts. 12 e 26 a 29	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
<p>3.6. Cargos do órgão administrativo e suas atribuições</p> <p>Art. 291, inciso V, alínea "a" c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	Arts. 12 e 15 a 19	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
<p>3.7. Mandato de até 4 anos, uma única recondução</p> <p>Art. 291, inciso V, alínea "b" c/c art. 382, § 1º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	Art. 13	X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência. Tempo de mandato: 4 anos

Documentos	SEI nº	Observações
------------	--------	-------------

4. Relatório do Conselho Comunitário Art. 382, § 1º, inciso V c/c art. 367 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11354194	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
4.1. CNPJ das entidades Art. 375, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11354133, 11354138, 11354144, 11354148 e 11354184	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
5. CNPJ Art. 382, § 6º, inciso III da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 1 Emitida em 06/02/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
6. Fistel Art. 382, § 6º, inciso IV da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 2 Válida até 07/03/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
7. FGTS Art. 382, § 6º, inciso V da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 4 Válida até 17/02/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
8. Fazenda Federal Art. 382, § 6º, inciso VI da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 5 Válida até 04/08/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
9. Justiça do Trabalho Art. 382, § 6º, inciso VII da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360948, fl. 6 Válida até 04/08/2024	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

Documentos	SEI nº	Observações
10. Portaria de Autorização (SRD , DOU) Art. 382, § 6º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11282172	Portaria de Autorização nº 564, de 18/09/2000, publicada no DOU de 29/09/2000
11. Decreto Legislativo (SRD , DOU) Art. 382, § 6º, inciso I da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11279883	Decreto Legislativo nº 249, de 07/11/2002, publicado no DOU de 08/11/2002

Documentos	SEI nº	Observações
12. Relatório de apuração de infrações Art. 382, § 6º, inciso II da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11362149	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.
13. Vínculo Político-Partidário Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 Art. 258, inciso III, alínea "a", números 1, 2, 3 e 4 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023	11360969	<input checked="" type="checkbox"/> De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.

<p>14. Vínculo Familiar</p> <p>Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 Art. 258, inciso III, alínea "b" da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	<p>Benedito Roberto de Godoy Cargo: Presidente 8892905</p> <p>Henrique de Souza Alberini Cargo: Vice-Presidente 8892894</p> <p>Luzia Marcia Aleixo Cargo: Secretária Geral 8892915 11280792, fl. 1</p> <p>Ilma Maria Batista Cargo: Segunda Secretária 8892899 11280792, fl. 2</p> <p>Claudemir Paulo de Souza Cargo: Tesoureiro 8892864 11280792, fl. 3</p>	<p>X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.</p>
<p>15. Vínculo Religioso</p> <p>Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 Art. 258, inciso III, alínea "a", números 6 e 7 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	<p>8892859</p>	<p>X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.</p>
<p>16. Vínculo Comercial</p> <p>Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 Art. 258, inciso III, alínea "a", número 5 da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	<p>8892859</p>	<p>X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.</p>
<p>17. <u>Outro tipo de Vínculo</u></p> <p>Art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 Art. 258, inciso III, alínea "c" da Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023</p>	<p>11280263</p>	<p>X De acordo. <input type="checkbox"/> Pendência.</p>

Observações Adicionais
<p>Não há.</p>

Conclusão
<p>A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação, de forma que é possível prosseguir com o deferimento da renovação da outorga.</p>



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Técnico-Administrativo**, em 06/02/2024, às 23:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11360974** e o código CRC **42E74E42**.



PARECER REFERENCIAL n. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000283/2023-70

INTERESSADA: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA – SECOE

ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL SOBRE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

EMENTA: Elaboração de **manifestação jurídica referencial** sobre análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do **serviço de radiodifusão comunitária**. Constituição Federal, art. 223, § 3º. Lei nº 9.612, de 1998. Decreto nº 2.615, de 1998. Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria MCOM nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018. Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 9.018, de 28 de março de 2023. Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023 (republicou a Portaria nº 9.018 por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1). Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014. Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU. Observância das recomendações apresentadas pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 38941/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE do Ministério das Comunicações encaminhou a esta Consultoria Jurídica o Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12, formalizado em razão do **Despacho nº 01005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10907541)**, dirigido à SECOE, pelo qual foi solicitado o levantamento do quantitativo de pedidos administrativos de **renovação de autorização** para execução do **serviço de radiodifusão comunitária**, a motivar eventual elaboração de nova **manifestação jurídica referencial** sobre o assunto, considerando o tempo transcorrido desde a emissão do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** sobre o tema e as alterações normativas ocorridas desde então.

2. Vejamos, a propósito, o quanto solicitou esta CONJUR por intermédio do citado **Despacho nº 01005/2023**, *in litteris*:

“A Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações emitiu o PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, cujo teor versa sobre a análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

2. *Em razão do decurso de tempo e da alterações normativas ocorridas, após a emissão do citado PARECER REFERENCIAL, é importante consultar a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE sobre o atual volume de processos sobre a renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.*

3. *A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária permitirá que esta Consultoria Jurídica reavalie a necessidade da edição de um novo PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.*

4. *Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:*

‘ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a. o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente;

b. a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples

conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014
LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS'

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja **grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos**. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da **renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitárias** se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos.

8. Deste modo, é importante que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos sobre a renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como se a emissão de novo parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.” (grifos do original)

3. Em resposta, informou a SECOE em sua **NOTA TÉCNICA Nº 8407/2023/SEI-MCOM (10946526)**, in verbis:

“ No que se refere à solicitação apresentada no **Despacho nº 1005/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (10907541)** sobre a renovação do serviço de radiodifusão comunitária, que solicita informações quanto ao **quantitativo de processos de RADCOM**, informamos que esta secretaria possui em seu estoque processual **aproximadamente 2.700 processos**.” (grifamos)

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

5. Sendo o que nos cabia relatar, avia-se o parecer que se segue.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE PARECER REFERENCIAL

6. Diante do excessivo envio de consultas repetitivas sobre assunto idêntico, tumultuando, não raro, a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, além de dificultar o desempenho das suas atribuições institucionais, julgou a Advocacia-Geral da União – AGU ser de bom alvitre editar a **Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014**, que possibilita a elaboração de **manifestação referencial** nessas hipóteses, estabelecendo, *ipsis litteris*:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

“**O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de **manifestação jurídica referencial**, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de **análise individualizada** pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica **atesta, de forma expressa**, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação;

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias **idênticas e recorrentes** impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da **simples conferência de documentos**.” (ênfases acrescidas)

7. Conforme se extrai da normativa sob transcrição, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência, insculpido no **art. 37, caput**, da **Constituição Federal**, por balizar todos os casos concretos,

cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado, evitando, desse modo, o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, desprovidos de questão de natureza jurídica particular a ser enfrentada.

8. O próprio **Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU** recomenda a utilização do **parecer referencial**, nos moldes do **Enunciado nº 33 do Manual de Boas Práticas da Advocacia-Geral da União**, ao estabelecer, *in litteris*:

“Como o Órgão Consultivo desempenha importante função de estímulo à padronização e à orientação geral em assuntos que suscitam dúvidas jurídicas, recomenda-se que a respeito elabore minutas-padrão de documentos administrativos e pareceres com orientações in abstracto, realizando capacitação com gestores, a fim de evitar proliferação de manifestações repetitivas ou lançadas em situações de baixa complexidade jurídica.”

9. De outra parte, ao analisar os preceitos contidos na supracitada **Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014**, o **Tribunal de Contas da União - TCU** manifestou-se de forma favorável à utilização de um mesmo parecer jurídico envolvendo matéria comprovadamente idêntica e que abranja todas as questões jurídicas pertinentes, ao discorrer, *in litteris*:

“Informativo TCU nº 218/20143. É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes.

Embargos de Declaração opostos pela Advocacia-Geral da União (AGU), em face de determinação expedida pelo TCU à Comissão Municipal de Licitação de Manaus e à Secretaria Municipal de Educação de Manaus, alegara obscuridade na parte dispositiva da decisão e dúvida razoável quanto à interpretação a ser dada à determinação expedida. Em preliminar, após reconhecer a legitimidade da AGU para atuar nos autos, anotou o relator que o dispositivo questionado ‘envolve a necessidade de observância do entendimento jurisprudencial do TCU acerca da emissão de pareceres jurídicos para aprovação de editais licitatórios, aspecto que teria gerado dúvidas no âmbito da advocacia pública federal’.

Segundo o relator, o cerne da questão ‘diz respeito à adequabilidade e à legalidade do conteúdo veiculado na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, que autoriza a emissão de ‘manifestação jurídica referencial, a qual, diante do comando (...) poderia não ser admitida’.

Nesse campo, lembrou o relator que a orientação do TCU ‘tem sido no sentido da impossibilidade de os referidos pareceres serem incompletos, com conteúdos genéricos, sem evidenciação da análise integral dos aspectos legais pertinentes’, posição evidenciada na Proposta de Deliberação que fundamentou a decisão recorrida. Nada obstante, e ‘a despeito de não pairar obscuridade sobre o acórdão ora embargado’, sugeriu o relator fosse a AGU esclarecida de que esse entendimento do Tribunal não impede que o mesmo parecer jurídico seja utilizado em procedimentos licitatórios diversos, desde que trate da mesma matéria e aborde todas as questões jurídicas pertinentes.

Nesses termos, acolheu o Plenário a proposta do relator, negando provimento aos embargos e informando à AGU que ‘o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma’. Acórdão 2674/2014 Plenário, TC 004.757/20149, relator Ministro Substituto André Luís de Carvalho, 8/10/2014.” (sublinhamos)

10. Sendo certo possuir a manifestação jurídica referencial o condão de uniformizar a atuação do órgão jurídico relativamente às consultas repetitivas, nesse mesmo sentido, portanto, se pautou a Corte Superior de Contas, ao acolher os preceitos contidos na ON/AGU nº 55, de 2014, reconhecendo que tais manifestações tornam desnecessária a análise individualizada de processos que versem sobre matéria já analisada em abstracto, aplicando-se as orientações jurídicas nelas veiculadas a todo e qualquer processo com idêntico contexto.

11. Destarte, volvendo ao inteiro teor da supracitada norma da AGU, imperioso observar que a elaboração de **manifestação jurídica referencial** depende da confluência de **dois** requisitos objetivos, a saber:

i) a ocorrência de embaraço à atividade consultiva em razão da tramitação de elevado número de processos administrativos versando sobre matéria repetitiva; e

ii) a singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, que se restringe a verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

12. Em relação ao **primeiro** requisito, indubitoso que o encaminhamento de um quantitativo expressivo de processos administrativos, na ordem de **2.700 processos** (dois mil e setecentos - vide teor da **NOTA TÉCNICA Nº 8407/2023/SEI-MCOM**), tem a faculdade de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da Advocacia-Geral da União - AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

13. No que tange ao **segundo** requisito, tem-se que os pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária caracterizam-se, via de regra, pela semelhança dos casos sob apreciação, limitando-se à conferência meramente documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, sob a responsabilidade da SECOE.

14. A dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado pela citada Secretaria, portanto, fica condicionada ao seu **pronunciamento expresso**, assegurando que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já elaborada sobre a questão.

15. Tais aspectos, todavia, não possuem poder de atribuir ao parecer referencial qualquer caráter vinculante, visto inexistir vedação para o encaminhamento dos autos a esta Consultoria Jurídica para análise de eventual viés jurídico considerado de importância para a área técnica, caso existam dúvidas sobre a adequação da situação fática aos preceitos da ON/AGU nº 55, de 2014, ou na hipótese de serem constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial.

16. Pelo exposto, resta evidente inexistir óbice legal para a emissão de parecer referencial atualizado por esta Consultoria Jurídica *in casu*, no que concerne à análise de pedidos administrativos de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária.

II.2 - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

17. Por competir a esta Consultoria Jurídica, nos termos do **art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993**, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos, reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, tornou-se usual destacar, antes da análise de qualquer pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de **radiodifusão comunitária**, a observância dos preceitos consubstanciados no **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União - AGU**^[1], que dispõe, *in litteris*:

"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."

18. Até a emissão do citado **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, no ano de 2022, portanto, a prestação do serviço de radiodifusão comunitária encontrava-se disciplinada pelas seguintes normas:

- **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**;

- **Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998**; e

- **Portaria MCOM nº 4.334, de 21 de setembro de 2015** (DOU nº 180, de 21 de setembro de 2015), alterada pela:

- **Portaria MCOM nº 1.909, de 05 de abril de 2018** (DOU nº 67, de 09 de abril de 2018); e pela

- **Portaria MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018** (DOU nº 71, de 13 de abril de 2018).

19. No decorrer do ano corrente, contudo, foi editada a **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023**, **revogando**^[2] expressamente as duas portarias que alteraram a **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, e, no seu **Título VII**^[3], referida **Portaria de Consolidação 9.018** reproduziu o inteiro teor do **Capítulo VII**^[4] da **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, cujas disposições, por seu turno, foram novamente reproduzidas **sem alteração** em novo ato ministerial, na forma da novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023** (republicou a Portaria nº 9.018 por ter saído com incorreções na publicação do DOU de 06/04/2023, Seção 1, Edição Extra nº 67-C, página 1), cujo **Título VII**, portanto, assim dispõe:

"TÍTULO VII DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, Capítulo VII)

Art. 381. *A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecido este livro e as disposições legais vigentes. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 129, caput)*

Art. 382. *A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério das Comunicações entre os 12(doze) e os 2(dois) meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, caput)*

§ 1º *A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º)*

I - requerimento de renovação (Anexo XLIII), assinado por todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, I)

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 291; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, II)

III - ata de eleição da diretoria em exercício; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, III)

IV - prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, IV)

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 367; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, V)

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, VI)

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 2º)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 3º)

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 259, que seguirão as suas próprias disposições. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 4º)

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 5º)

§ 6º O Ministério das Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º)

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, I)

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, II)

III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, III)

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, IV)

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, V)

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VI)

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VII)

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 7º)

§ 8º O Ministério das Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 8º)

Art. 383. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no art. 382, caput, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, caput)

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 1º)

§ 2º A sanção prevista no § 1º será aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 2º)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério das Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 3º)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 4º)

Art. 384. A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata esse livro, nos casos em que: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, caput)

I - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, II)

II - seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 259; ou (Redação dada pela

III - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, V)

Parágrafo único. Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso III do caput, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério das Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, parágrafo único)

Art. 385. O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 133, caput)

Art. 386. Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 134, caput)"

20. Volvendo, assim, à primeira norma que regula os serviços de radiodifusão citada no parágrafo 18 deste parecer, é possível extrair das disposições da **Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998**, que a primeira exigência a ser observada pela entidade interessada em renovar a outorga para continuar prestando serviços de radiodifusão comunitária será dirigir **requerimento** ao “**Poder Concedente**” - Ministério das Comunicações -, entre os **doze e os dois meses** anteriores ao término da vigência da outorga, sempre válida por **dez anos**, nos termos do seu **art. 6º, parágrafo único**, e do **art. 6º-A[5]**.

21. Referida exigência encontra-se prevista na citada **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, reproduzida na novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023**, onde se encontram elencados, por sua vez, todos os demais requisitos para a recepção do pedido de **renovação de autorização** e consequente análise e deferimento no âmbito desta Pasta Ministerial, conforme texto transcrito acima, além de manter inalterado, inclusive, convém frisar, o “**ANEXO V - MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**”, da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 2023** (ausente no texto da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1/2023), na forma do texto transcrito abaixo:

“ANEXO V
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da Entidade									
Razão Social									
Nome Fantasia		CNPJ							
Endereço de Sede									
Município		UF		CEP					
Nome do Representante legal									
Endereço Eletrônico (e-mail)									
Endereço de Correspondência									
Município		UF		CEP					
LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE									
Endereço:									
Município		UF		CEP					
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):				Latitude: * (N/S)*					
				Longitude: ° W "					

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**. Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do Dirigente:						
Cargo:			Tít. Eleitor:			
RG:		Órgão Emissor:		CPF		
Endereço						
Município:		UF:		CEP		
Assinatura:						

(...)

AT E N Ç Ã O: - Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015. - Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão. - Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação." (sublinhamos)

22. Conforme se extrai de todas as normas citadas acima, a entidade que pretender renovar a autorização anteriormente concedida deve apresentar:

i) **requerimento** de renovação entre o período de doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, conforme modelo constante do **Anexo V** transcrito acima;

ii) **estatuto social** atualizado e **ata de eleição** da diretoria em exercício, ambos registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

iv) **prova de maioridade, nacionalidade** e o comprovante de **inscrição no CPF** de todos os dirigentes;

v) **último relatório** do **Conselho Comunitário**, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do serviço de radiodifusão comunitária, observado o disposto no **art. 116[6]** da mesma norma; e

vi) **declaração**, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas **instalações e equipamento** em conformidade com a última autorização ministerial, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

23. Ademais, o **pedido de renovação** de autorização, em particular, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

i) portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

ii) relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

iii) comprovante de inscrição no CNPJ;

iv) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

v) certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

vi) certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda Federal; e

vii) certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

24. Vale destacar que, caso julgue necessário, o Ministério das Comunicações, por meio da SECOE, poderá solicitar qualquer um dos documentos citado acima diretamente à entidade que pretende renovar a autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, assim como determinar diligências, solicitar outros documentos, bem como requerer esclarecimentos, quando entender imprescindíveis ao regular cumprimento das disposições normativas que regem referido serviço.

25. Afigura-se necessário, igualmente, venha a SECOE certificar, no curso do processo de renovação de autorização, a inexistência de vínculo vedado pelo **art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 43 do Decreto nº 2.615, de 1998**.

26. Nunca é demais recordar, por oportuno, de amplo conhecimento da SECOE, a **anistia** concedida pela **Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022** (“*Institui o Programa Internet Brasil*”), ao conferir nova redação ao **art. 2º da Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017** (dispõe “*sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão*”), no tocante às **intempestividades** de protocolos de renovação, isto é, apresentados fora do prazo legal, que passaram a ser conhecidos por esta Pasta, a partir do que passou a estabelecer referido dispositivo, *in verbis*:

“Art. 12. A Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.’” (grifos nossos)

27. Inaplicável, portanto, as disposições previstas no § 3º do **art. 131 da Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**^[7], nas hipóteses de manifestações **intempestivas** destinadas à renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, que julgamos oportuno reproduzir mais uma vez abaixo:

“Art. 131. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no caput do art. 130, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta.

(...)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aplicará a preempção, nos termos da legislação vigente.” (sublinhamos)

28. Por fim, constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, **editar a portaria de renovação da autorização** para execução do serviço de radiodifusão comunitária (vide art. 223 da Constituição Federal, art. 6º da Lei nº 9.612, de 1998, c/c o art. 6º, § 2º, do Decreto nº 52.795, de 1963), sem prejuízo da adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão (art. 223, § 1º, da Constituição Federal).

29. De se ver, portanto, que a aplicação deste PARECER REFERENCIAL requer a adequação da legislação de regência da espécie, notadamente o preenchimento dos requisitos acima mencionados, cabendo à SECOE atestar, de **forma expressa**, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação jurídica.

30. Em face do exposto e considerando as recomendações deduzidas acima, notadamente nos itens 18 a 23 deste PARECER REFERENCIAL, tem-se que a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE deste Ministério deverá observar as orientações acima explicitadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (**Lei nº 9.612, de 1998, Decreto nº 2.615, de 1998, Portaria nº 4.334, de 2015, alterada pela Portaria nº 1.909, de 2018, e pela Portaria MCTIC nº 1.976, de 2018**, além da novel **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018, de 28 de março de 2023** e sua reedição como **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 1º de junho de 2023**), na apreciação dos processos administrativos relacionados a pedido de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa não tenha constatado a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida.

31. Por fim, imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, à complementação, ao aperfeiçoamento ou à ampliação de posicionamento lançado na presente manifestação jurídica referencial, ou mesmo adaptá-la à eventual inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da Advocacia-Geral da União - AGU.

III – CONCLUSÃO

32. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam de pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida;

ii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, por força do disposto na Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União - AGU, salvo na hipótese de eventual dúvida jurídica;

iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica;

iv) constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na forma da minuta propositiva que segue este pronunciamento (Anexo I), que deverá ser adotada pela SECOE a partir do recebimento deste parecer, sem prejuízo das adoção das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão;

v) o PARECER REFERENCIAL sob referência não se aplica às hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável à renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização;

vi) em razão da edição do presente PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, impõe-se a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, emitido no ano de 2022 pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações - CONJUR/MCOM, razão pela qual referido PARECER não deve ser mais utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão; e

vii) nos termos do **art. 6º** [\[8\]](#) da **Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022**, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação.

32. A Coordenação de Administração desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações:

i) identificar, por meio do SUPRSAPIENS, o Departamento de Gestão de Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL n. 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; e

ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica.

33. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 20 de setembro de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA
Advogada da União

ANEXO I

Minuta

PORTARIA DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº _____, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº ____/20 ____/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº ____/20 ____/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER nº ____), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de ____ de ____ de 20 __, a autorização outorgada à (interessada), inscrita no CNPJ nº _____, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de _____, estado de _____.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

L i n k : <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/ManualdeBoasPraticasConsultivas4Edicaorevistaeampliadaaversao padrao.pdf>.

[2] “DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(...)

Art. 539. Ficam revogadas, por consolidação, as seguintes normas:

(...)

XLIII - Portaria GM/MCTIC nº 1.909, de 06 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 09 de abril de 2018, p. 23;

XLIV - Portaria GM/MCTIC nº 1.976, de 12 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 13 de abril de 2018, p. 40;”

[3] “TÍTULO VII
DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO
(Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, Capítulo VII)

Art. 377. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecido este livro e as disposições legais vigentes. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 129, caput)

Art. 378. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério das Comunicações entre os 12(doze) e os 2(dois) meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, caput)

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º)

I – requerimento de renovação (Anexo XLI), assinado por todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, I)

II – estatuto social atualizado, nos termos do art. 287; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, II)

III – ata de eleição da diretoria em exercício; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, III)

IV – prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), de todos os dirigentes; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, IV)

V – último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 363; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, V)

VI – declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 1º, VI)

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 2º)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 3º)

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 255, que seguirão as suas próprias disposições. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 4º)

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 5º)

§ 6º O Ministério das Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º)

I – portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, I)

II – relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, II)

III – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, III)

IV – certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, IV)

V – certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, V)

VI – certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União,

expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VI)

VII – certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 6º, VII)

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 7º)

§ 8º O Ministério das Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 130, § 8º)

Art. 379. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no art. 378, caput, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, caput)

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 1º)

§ 2º A sanção prevista no § 1º será aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 2º)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério das Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 3º)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 131, § 4º)

Art. 380. A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata esse livro, nos casos em que: (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, caput)

I – não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações; (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, II)

II – seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 255; ou (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, III)

III – aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, V)

Parágrafo único. Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso III do caput, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério das Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos. (Redação dada pela PRT GM/MCTIC 1.909/2018) (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 132, parágrafo único)

Art. 381. O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 133, caput)

Art. 382. Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação. (Origem: PRT GM/MCOM 4.334/2015, art. 134, caput)”

[4] “Portaria MCOM nº 4.334, de 21 de setembro de 2015
(...)”

CAPÍTULO VII DO PROCESSO DE RENOVAÇÃO

Art. 129. A outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária tem validade de dez anos e poderá ser renovada por igual período, desde que obedecida esta Portaria e as disposições legais vigentes.

Art. 130. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

III - ata de eleição da diretoria em exercício; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

IV - prova de maioridade, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos: (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

III - comprovante de inscrição no CNPJ; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

Art. 131. Caso não haja manifestação de interesse na renovação, até o prazo limite previsto no caput do art. 130, a entidade será notificada, a partir do penúltimo mês da vigência da outorga, para que se manifeste em tal sentido, sendo-lhe concedido o prazo de trinta dias para resposta. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 1º Na hipótese prevista no caput, em caso de resposta solicitando a renovação da outorga, a autorizada sujeitar-se-á à sanção de multa enquadrada como infração média, segundo disposições da legislação em vigor. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 2º A sanção prevista no § 1º será aplicada ainda que a autorizada apresente requerimento de renovação antes de receber a notificação de que trata o caput. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

§ 3º Não havendo resposta à notificação de renovação da outorga, ou sendo ela intempestiva, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações aplicará a perempção, nos termos da legislação vigente." (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

Art. 132. A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que: (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

I - a entidade manifestar intempestivamente interesse na renovação; (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; (Retificado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

III - seja constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo, ou que algum membro de órgão de direção da entidade, individualmente considerado, tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou nos ilícitos previstos nas alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observado o disposto no art. 7º-A; ou (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

IV - ~~o estatuto social atualizado não observa os requisitos do art. 40 desta Portaria;~~ e (Revogado pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

V - aplicação de pena de revogação de autorização por decisão administrativa definitiva.

Parágrafo único. A existência de vínculo, verificada no curso do processo, é vício de caráter insanável [IGP1] -

Parágrafo único. Na hipótese de existência de processos em curso, nos termos do inciso V, a decisão sobre a renovação de outorga, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ficará sobrestada até a conclusão dos referidos processos. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 05.04.2018)

Art. 133. O processo de renovação será concluído mediante a edição de Decreto Legislativo pelo Congresso Nacional. [SAGNM2]

Art. 134. Expirado o prazo de vigência da outorga, as entidades poderão manter suas emissoras em funcionamento até a conclusão do processo de renovação.”

[5] “**Art. 6º** Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002)

Art. 6º-A. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para tal finalidade ao Poder Concedente entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)

§ 1º Caso expire a outorga de radiodifusão sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)

§ 2º A autorizada com funcionamento em caráter precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)

§ 3º Não havendo solicitação de renovação da outorga no prazo previsto no caput deste artigo e não havendo resposta tempestiva à notificação prevista no art. 6º-B, o Poder Concedente aplicará a preempção, nos termos da legislação vigente. (Incluído pela Lei nº 13.424, de 2017)” (sublinhamos)

[6] “**Art. 116.** Sempre que solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a entidade deverá apresentar relatório, elaborado pelo Conselho Comunitário, contendo a grade de programação com a descrição e a avaliação dos programas veiculados, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária. (Redação dada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018)

Parágrafo único. O relatório deverá ser assinado por todos os Conselheiros Comunitários e devem estar indicadas as entidades representadas por cada um deles. (Incluído dada pela Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018)”

[7] Obs.: o inciso I do **art. 132** (transcrito abaixo) da **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, que também se referia à hipótese de indeferimento da renovação em caso de manifestação intempestiva, não foi reproduzido nem no texto da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 9.018/2023**, tampouco no texto da **Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1/2023** (vide **art. 380 da Portaria Cons. nº 9.018/2023**, e o **art.384 da Portaria Cons. nº 01/2023**, cujos incisos “I” abrigam a redação do **inciso II da Portaria nº 4.334, hoje extinto**).

Portaria nº 4.334/2015

“**Art. 132.** A renovação será indeferida, além das hipóteses previstas na legislação em vigor aplicáveis ao serviço de que trata essa norma, nos casos em que:

I - a entidade manifestar intempestivamente interesse na renovação;” (sublinhamos)

[8] Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022

“**Art. 6º.** A MJR não poderá ter prazo de validade inicial maior que dois anos, sendo admitidas sucessivas renovações.” (destacamos)

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1283173180 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-09-2023 13:59. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01946/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000283/2023-70

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE

ASSUNTO: Renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela Dr(a). **Drª. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, que trata de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que tratam da renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.
2. Em razão da aprovação de novo PARECER REFERENCIAL sobre a análise de renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária, tem-se que deve haver a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, anteriormente editado sobre o mesmo assunto.
3. A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.
4. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 21 de setembro de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1287161484 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-09-2023 14:07. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO de APROVAÇÃO n. 01960/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000283/2023-70

INTERESSADA: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: PARECER REFERENCIAL. RÁDIO DIFUSÃO. RÁDIO COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO.

Aprovo o **PARECER REFERENCIAL N. 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** e seu despacho correlato, os quais tratam de aplicação de manifestação jurídica referencial (MJR) aos processos administrativos que tratam da renovação de autorização para prestação do serviço de radiodifusão comunitária.

Em razão da aprovação de tal **PARECER REFERENCIAL**, tem-se que a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, anteriormente editado sobre o mesmo assunto, é medida que se impõe.

A referida MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, conforme os termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022.

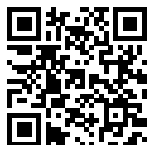
Encaminhem-se os autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência demais providências cabíveis.

Brasília, 22 de setembro de 2023.

TIAGO LINHARES DIAS

Advogado da União
Consultor Jurídico Substituto

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1288547172 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TIAGO LINHARES DIAS, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 22-09-2023 16:35. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

COTA n. 00360/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000283/2023-70

INTERESSADO: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ASSUNTO: CORREÇÃO DE EQUÍVOCO CONSTANTE DO TEXTO DO PARECER REFERENCIAL Nº 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU SOBRE RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Serve a presente Cota para corrigir equívoco cometido no **item 21** do **Parecer Referencial nº 0009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que deverá prevalecer de acordo com a redação que se segue:

“21. Referida exigência encontra-se prevista na citada **Portaria MCOM nº 4.334, de 2015**, reproduzida na **novel Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2023**, onde se encontram elencados, por sua vez, todos os demais requisitos para a recepção do pedido de **renovação de autorização** e consequente análise e deferimento no âmbito desta Pasta Ministerial, conforme seu **ANEXO XLIII - MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**, transcrito abaixo:

'ANEXO XLIII
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
(Origem: **PRT GM/MCOM 4.334/2015, Anexo 5**)
(Redação dada pela **PRT GM/MCOM 9.296/2023**)

Qualificação da Entidade					
Razão Social					
Nome Fantasia	CNPJ				
Endereço de Sede					
Município		UF		CEP	
Nome do Representante legal					
Endereço Eletrônico (e-mail)					
Endereço de Correspondência					
Município		UF		CEP	
LOCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE					
Endereço:					
Município		UF		CEP	
Coordenadas do Sistema Irradiante (Padrão GPS-WGS 84):		Latitude: ° (N/S) ”			
		Longitude: ° W ”			

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações.

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Município e UF descritos, vem, através de seus dirigentes, abaixo identificados, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para a renovação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à

gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político partidárias ou comerciais.

VI - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

VII - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

VIII - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério das Comunicações;

IX - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço;

X - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990; e

XI - a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Cientes de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, é que os dirigentes, abaixo assinados, firmam este Requerimento de Renovação de Outorga.

Nome do Dirigente:					
Cargo:		Tít. Eleitor:			
RG:		Órgão Emissor:		CPF	
Endereço					
Município:		UF:		CEP	
Assinatura:					

(...)

AT E N Ç Ã O:

- Os documentos necessários para renovação são aqueles previstos no art. 130 da Portaria nº 4.334, de 2015.

- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.

- Não será admitido pedido de prorrogação do prazo para apresentação do requerimento de renovação. ' "

2. Encaminhe-se esta Cota à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE para ciência.

Brasília, 28 de dezembro de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA

Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000283202370 e da chave de acesso 6f67c5d0



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1376931555 e chave de acesso 6f67c5d0 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 28-12-2023 12:53. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 2092/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.041001/2021-16.

INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo administrativo trata de pedido formulado pela **Associação Cultural de Santa Mariana**, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária, no município de **Santa Mariana**, estado de **Paraná**, para o período de 08/11/2022 a 08/11/2032.
2. Os autos foram instaurados, em 10/12/2021, por ocasião do protocolo do requerimento de renovação (8892917).
3. Posteriormente, foi realizada a seguinte instrução processual:
 - a) Ofício nº 37529/2023/MCOM (11282181), recebido em 20/12/2023, conforme correspondência eletrônica (11284285).
4. Por fim, conforme *Checklist* (11360974), concluiu-se que a documentação “**está em conformidade** com o disposto na legislação, de forma que é possível prosseguir com o deferimento da renovação da outorga” (grifo no original).
5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

6. De acordo com o parágrafo único do art. 6º da [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), o prazo da autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária pode ser renovado, por períodos sucessivos de 10 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por portaria, subscrita pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 1º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).
7. A viabilidade da renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária está condicionada ao preenchimento dos requisitos consubstanciados, em especial, na mencionada [Lei nº 9.612, de 1998](#), no [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#), e na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria

retificada pelo [Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023](#)).

8. No caso em apreço, trata-se de **2º período renovatório**. A outorga do serviço de radiodifusão comunitária foi conferida à Associação Cultural de Santa Mariana, originalmente, por meio da Portaria nº 564, de 18 de setembro de 2000, publicada no DOU de 29/09/2000 (11282172), e do Decreto Legislativo nº 249, de 7 de novembro de 2002, publicado no DOU de 08/11/2002 (11279883). Oportuno registrar que a data da publicação do primeiro decreto legislativo é utilizada para fins de aferição do prazo de 10 anos de execução do serviço, conforme preconiza o art. 324 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#). Já a primeira renovação da outorga, que compreende o período de 08/11/2012 a 08/11/2022, foi autorizada por meio da Portaria nº 1.424, de 22 de março de 2018, publicada no DOU de 29/03/2018 (11362152), no entanto, até este momento, não consta publicação do decreto legislativo correspondente.

9. De acordo com o art. 6º-A da [Lei nº 9.612, de 1998](#), as entidades interessadas deverão encaminhar o pedido de renovação no prazo legalmente fixado “entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga”. Assim, a Entidade teria entre 08/11/2021 e 08/09/2022 para manifestar-se acerca do interesse em continuar executando o serviço.

10. Uma vez que a Radiodifusora encaminhou o pedido de renovação (8892917), em 10/12/2021, ou seja, no prazo legalmente previsto, considera-se **tempestivo**.

11. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 08/11/2022, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 6º-A, §§ 1º e 2º da [Lei nº 9.612, de 1998](#).

12. De acordo com o art. 382 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária deve ser instruído, entre outros, com a seguinte documentação:

Art. 382. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;

III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos:

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

III - comprovante de inscrição no CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet.

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

13. Conforme *Checklist* (11360974), que acompanha esta Nota Técnica, a documentação apresentada está em conformidade com a legislação que rege o serviço. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na [Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018](#), especialmente o art. 3º, **caput** e §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Em especial, a Radiodifusora colacionou aos autos:

a) Requerimento administrativo, assinado por todos os atuais dirigentes, contendo declaração devidamente firmada pelo seu representante legal, atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização dada pelo Ministério das Comunicações e de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente (8892917);

b) Estatuto social (11216557), devidamente arquivado e registrado no respectivo órgão cartorial, com observância das disposições constantes no art. 291 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#);

c) Ata de eleição da diretoria em exercício (8892859), com mandato válido até 07/06/2025;

d) Comprovantes de maioridade, de nacionalidade e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os dirigentes (8892905, 8892894, 8892915, 8892899, 8892864 e 11280792); e

e) Último relatório do Conselho Comunitário (11354194, 11354133, 11354138, 11354144, 11354148 e 11354184), observando-se as disposições do art. 367 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

15. Pela análise das informações constantes nos autos, bem como pesquisas realizadas nos sistemas oficiais atualmente disponíveis à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), e considerando-se as Declarações (8892917), as Certidões da Pessoa Jurídica (11360948), as Certidões de

Informações Partidárias (11360969) e o Relatório do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO) (11280263), **não se vislumbra, de forma clara e objetiva, a presença de qualquer estabelecimento ou manutenção de vínculos** que subordinem ou sujeitem a pessoa jurídica detentora da outorga do serviço de radiodifusão comunitária à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, em desacordo ao art. 11 da [Lei nº 9.612, de 1998](#).

16. O relatório de apurações de infrações (11362149), referente ao período de vigência da outorga, emitido pela Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM), informa que não houve a aplicação, de forma definitiva, da penalidade de revogação da autorização. Portanto, entende-se que não há óbice para o prosseguimento da renovação da outorga.

17. Observa-se que os autos se encontram corretamente instruídos. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11362150), dispensou a análise jurídica individualizada dos processos administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

32. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam de pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida;

ii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, por força do disposto na Orientação Normativa nº 55, da Advocacia- Geral da União - AGU, salvo na hipótese de eventual dúvida jurídica;

iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica;

iv) constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na forma da minuta propositiva que segue este pronunciamento (Anexo I), que deverá ser adotada pela SECOE a partir do recebimento deste parecer, sem prejuízo das adoções das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão;

v) o PARECER REFERENCIAL sob referência não se aplica às hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável à renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização;

vi) em razão da edição do presente PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, impõe-se a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, emitido no ano de 2022 pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações - CONJUR/MCOM, razão pela qual referido PARECER não deve ser mais utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão; e

vii) nos termos do **art. 6º[8] da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022**, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação. [grifos no original]

18. Portanto, entende-se que é **dispensável o envio dos autos à unidade consultiva**, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11362150).

19. Dessa forma, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária.

CONCLUSÃO

20. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete do

Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

I - envio dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação das minutas de Portaria e Exposição de Motivos e posterior deliberação, nos termos do art. 6º, parágrafo único da [Lei nº 9.612, de 1998](#); e

II - em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

21. Além disso, pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

22. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 14/02/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Técnico-Administrativo**, em 14/02/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 14/02/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11362151** e o código CRC **8E53A50A**.

Minutas e Anexos

Checklist (11360974);

Minuta de Portaria (11362155); e

Minuta de Exposição de Motivos (11362156).



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2024.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11362150), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

§ 1º A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, **Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 14/02/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 14/02/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 01/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11362155** e o código CRC **C1A9AE17**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11362150), emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria nº ___, de ___ de _____ de ___, publicada no Diário Oficial da União de __/__/___, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a outorga da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24), executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Santa Mariana, estado do Paraná.
2. Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

*O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária, em 14/02/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros**, **Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 14/02/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino**, **Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 01/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11362156** e o código CRC **F4FAF8B5**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53115.041001/2021-16

Interessado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA.

Assunto: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Ao Gacse,

Em consonância com a Nota Técnica 2092 (11362151), este Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal encaminha os autos ao Gabinete do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

a) Envio dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação das minutas de Portaria (11362155) e Exposição de Motivos (11362156) e posterior deliberação, nos termos do art. 6º, parágrafo único da [Lei nº 9.612, de 1998](#); e

b) Em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

Além disso, pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

Brasília, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Naufel Schettino, Diretora do Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 01/03/2024, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11372333** e o código CRC **8BC0CED8**.

Minutas e Anexos

Minuta de Portaria (11362155)

Minuta de Exposição de Motivos (11362156)

Referência: Processo nº 53115.041001/2021-16

Documento nº 11372333



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12410, DE 04 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

§ 1º A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/03/2024, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11402016** e o código CRC **F2250739**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 4 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria MCOM nº 12410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de __/__/__, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a outorga da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24), executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 15/03/2024, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11402042** e o código CRC **6C0C8B7F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 47779/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12410/2024(11402016) e a Exposição de Motivos nº 169/2024 (11402042)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Desacho DEPUB_MCOM (11372333), encaminho a Portaria nº 12410/2024(11402016) e a Exposição de Motivos nº 169/2024 (11402042), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 12/03/2024, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11402051** e o código CRC **EE11DD66**.

Referência: Processo nº 53115.041001/2021-16


Documento nº 11402051

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 15/03/2024 17:57:02
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: Rosiane Caixeta da Silva
Ofício: 10223719
Data prevista de publicação: 18/03/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21473121	PORTARIA MCOM NA 12343.rtf	17f646c163422896 461709e7f75b81ad	9,00	R\$ 350,28
21473122	PORTARIA MCOM NA 12245.rtf	768208a96cc10256 2c863657772f128a	26,00	R\$ 1.011,92
21473123	PORTARIA MCOM NA 12244.rtf	4b070be32250eadd 3cadd3cb1b9efd62	26,00	R\$ 1.011,92
21473124	PORTARIA MCOM NA 12410.rtf	c60600dec826caf6 4b2885432ca50f01	8,00	R\$ 311,36
21473125	PORTARIA MCOM NA 12398.rtf	dd747e9f44efca4a 0f0a0786e527ccb9	7,00	R\$ 272,44
21473126	PORTARIA MCOM NA 12397.rtf	acada04d97d1da4d a35031756112b342	8,00	R\$ 311,36
21473147	PORTARIA MCOM NA 12299.rtf	15fb483313fd713a c39076718758b44f	8,00	R\$ 311,36
21473148	PORTARIA MCOM NA 12287.rtf	e12a0ba53d5aa4c2 5d203f5ba3f3458a	8,00	R\$ 311,36
21473149	PORTARIA MCOM NA 12269.rtf	e9b2fdc4176291a3 9b00852692a3a1ae	8,00	R\$ 311,36
21473150	PORTARIA MCOM NA 12267.rtf	48fb6afc4d0dae14 139efe51da0f9407	8,00	R\$ 311,36
21473151	PORTARIA MCOM NA 12268.rtf	7b34da7ba720931a 30381151e8f570bb	8,00	R\$ 311,36
TOTAL DO OFICIO			124,00	R\$ 4.826,08

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/03/2024 | Edição: 53 | Seção: 1 | Página: 16

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.410, DE 4 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal,

Considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

§ 1º A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



BOA TARDE
Adauto Soares de Brito Neto
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD »»» RADCOM »»» Consultas »»» **Geral** | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF:	PR	Distrito:	Santa Mariana
Município:	Santa Mariana	Sub Distrito:	
Canal:	200	Local Específico:	
Fase:	3		

Dados da Entidade

Entidade:	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA	CNPJ:	02.575.068/0001-24
Nome Fantasia:		Bairro:	CENTRO
Logradouro:	PRACA GETULIO VARGAS, 200 - CENTRO	Número:	.
Telefone:	Não Informado	Fax:	Não Informado
Situação:	Entidade não possui débitos		

☒ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:	02575068000124	<input type="button" value="Pesquisar"/>
Razão Social:	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA	
Tipo de Usuário:	Integral	

Endereço Sede

País:	Brasil						
Número do CEP:	86350000	Logradouro:	PRACA GETULIO VARGAS, 200 - CENTRO				
Número:	.	Complemento:		Bairro:	CENTRO	Estado:	PR
Município:	Santa Mariana	Distrito:	Santa Mariana	SubDistrito:			
Telefone:		Fax:					

Endereço de Correspondência

País:	Brasil						
Número do CEP:	86350000	Logradouro:	PRACA GETULIO VARGAS, 200 - CENTRO				
Número:	.	Complemento:		Bairro:	CENTRO	Estado:	PR
Município:	Santa Mariana	Distrito:	Santa Mariana	SubDistrito:			
Telefone:		Fax:		E-mail:			

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:	18/09/2000	Data Limite Instalação:	05/03/2020
Número do Processo:	537400013441998	Fistel:	50011434465
Caixa:		Sequência:	

☒ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	564	Portaria	MC	18/09/2000	29/09/2000	Autoriza Executar Serviço	Jur.
	20223	ATO	SCM	22/10/2001	30/10/2001	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	249	Decreto Legislativo	CN	07/11/2002	08/11/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
	32151	ATO	SCM	12/12/2002	13/12/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
	1424	Portaria	MC	22/03/2018	29/03/2018	Renovação	Jur.

	6004	Portaria	MC	21/11/2018	22/11/2018	Multa	Jur.
	12410	Portaria	MC	04/03/2024	18/03/2024	Renovação	Jur.

Característica da Estação Instalada

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade:	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA - CNPJ/CPF(02.575.068/0001-24)			Situação:	Entidade não possui débitos
Município/UF:	SANTA MARIANA/PR			Canal:	200
Indicativo:	ZYM227				
Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim	X	
Domingo	Sábado	06:00	24:00	X	

Tela Inicial

Imprimir



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48291/2024/MCOM

Brasília, 18 de março de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11402042)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho DEPUB_MCOM (11372333), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 169/2024 (11402042), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 19/03/2024, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11428024** e o código CRC **64D9A012**.

Brasília, 22 de Março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria MCOM nº 12410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a outorga da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24), executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 10482/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.041001/2021-16.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 25/03/2024, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11439947** e o código CRC **35A8C4E2**.

EM nº 00220/2024 MCOM

Brasília, 22 de Março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria MCOM nº 12410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a outorga da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24), executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

EM nº 00220/2024 MCOM

Brasília, 22 de Março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, acompanhado da Portaria MCOM nº 12410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a outorga da Associação Cultural de Santa Mariana (CNPJ nº 02.575.068/0001-24), executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

Diante do exposto, e em observância ao que dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, seja encaminhada mensagem ao Congresso Nacional, para apreciação, já que a renovação da outorga da autorização, objeto deste processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/03/2024 | Edição: 53 | Seção: 1 | Página: 16

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.410, DE 4 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal,

Considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.041001/2021-16, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, com aplicação do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

§ 1º A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

§ 2º A renovação da outorga não obsta a aplicação de sanções por fatos ocorridos antes da publicação desta Portaria.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal
Coordenação de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 2092/2024/SEI-MCOM

PROCESSO Nº 53115.041001/2021-16.

INTERESSADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMUNITÁRIA. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONSULTORIA JURÍDICA. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O processo administrativo trata de pedido formulado pela **Associação Cultural de Santa Mariana**, inscrita no CNPJ nº 02.575.068/0001-24, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária, no município de **Santa Mariana**, estado de **Paraná**, para o período de 08/11/2022 a 08/11/2032.
2. Os autos foram instaurados, em 10/12/2021, por ocasião do protocolo do requerimento de renovação (8892917).
3. Posteriormente, foi realizada a seguinte instrução processual:
 - a) Ofício nº 37529/2023/MCOM (11282181), recebido em 20/12/2023, conforme correspondência eletrônica (11284285).
4. Por fim, conforme *Checklist* (11360974), concluiu-se que a documentação “**está em conformidade** com o disposto na legislação, de forma que é possível prosseguir com o deferimento da renovação da outorga” (grifo no original).
5. Esses são os principais acontecimentos até o momento.

ANÁLISE

6. De acordo com o parágrafo único do art. 6º da [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), o prazo da autorização para exploração do serviço de radiodifusão comunitária pode ser renovado, por períodos sucessivos de 10 anos, mediante autorização do Poder Concedente. Atualmente, essa autorização é formalizada por portaria, subscrita pelo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, posteriormente enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, conforme disposto no art. 223, **caput** e § 3º da [Constituição Federal de 1988](#), e no art. 113, § 1º do [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR).
7. A viabilidade da renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária está condicionada ao preenchimento dos requisitos consubstanciados, em especial, na mencionada [Lei nº 9.612, de 1998](#), no [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#), e na [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2 de junho de 2023](#), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 5/6/2023 (data da Portaria

retificada pelo [Aviso de Retificação publicado em 14/7/2023](#)).

8. No caso em apreço, trata-se de **2º período renovatório**. A outorga do serviço de radiodifusão comunitária foi conferida à Associação Cultural de Santa Mariana, originalmente, por meio da Portaria nº 564, de 18 de setembro de 2000, publicada no DOU de 29/09/2000 (11282172), e do Decreto Legislativo nº 249, de 7 de novembro de 2002, publicado no DOU de 08/11/2002 (11279883). Oportuno registrar que a data da publicação do primeiro decreto legislativo é utilizada para fins de aferição do prazo de 10 anos de execução do serviço, conforme preconiza o art. 324 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#). Já a primeira renovação da outorga, que compreende o período de 08/11/2012 a 08/11/2022, foi autorizada por meio da Portaria nº 1.424, de 22 de março de 2018, publicada no DOU de 29/03/2018 (11362152), no entanto, até este momento, não consta publicação do decreto legislativo correspondente.

9. De acordo com o art. 6º-A da [Lei nº 9.612, de 1998](#), as entidades interessadas deverão encaminhar o pedido de renovação no prazo legalmente fixado “entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga”. Assim, a Entidade teria entre 08/11/2021 e 08/09/2022 para manifestar-se acerca do interesse em continuar executando o serviço.

10. Uma vez que a Radiodifusora encaminhou o pedido de renovação (8892917), em 10/12/2021, ou seja, no prazo legalmente previsto, considera-se **tempestivo**.

11. Neste momento, importa destacar que, embora a outorga esteja vencida desde 08/11/2022, a emissora pode continuar executando o serviço em caráter precário, enquanto não houver decisão definitiva do processo de renovação, conforme prevê o art. 6º-A, §§ 1º e 2º da [Lei nº 9.612, de 1998](#).

12. De acordo com o art. 382 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#), o processo de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária deve ser instruído, entre outros, com a seguinte documentação:

Art. 382. A entidade autorizada a prestar serviços de radiodifusão comunitária que desejar a renovação da outorga deverá dirigir requerimento para ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga.

§ 1º A entidade interessada na renovação deverá instruir o requerimento de renovação com os seguintes documentos:

I - requerimento de renovação (Anexo 5), assinado por todos os dirigentes;

II - estatuto social atualizado, nos termos do art. 40;

III - ata de eleição da diretoria em exercício;

IV - prova de maioria, nacionalidade e o comprovante de inscrição no CPF, de todos os dirigentes;

V - último relatório do Conselho Comunitário, observado o disposto no art. 116; e

VI - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

§ 2º O estatuto social e a ata de eleição da diretoria deverão estar registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

§ 4º O disposto no § 3º está limitado ao máximo de três notificações, sob pena de indeferimento do pedido, excetuados os casos do art. 7º-A, que seguirão as suas próprias disposições.

§ 5º Em caso de indeferimento do pedido, a entidade poderá apresentar um único recurso, que será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

§ 6º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações instruirá o processo de renovação com os seguintes documentos:

I - portaria de autorização da entidade e demais documentos cadastrais;

II - relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

III - comprovante de inscrição no CNPJ;

IV - certidão negativa de débitos de receitas administradas pela ANATEL;

V - certidão que comprove a regularidade da entidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS;

VI - certidão conjunta negativa de débitos da entidade, relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, que comprove a regularidade perante a Fazenda federal; e

VII - certidão que prove a inexistência de débitos inadimplidos da entidade perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 7º Poderá ser solicitada à entidade a apresentação dos documentos referidos nos incisos III, IV, V, VI e VII do § 6º na impossibilidade de obtê-los diretamente pela Internet.

§ 8º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, ainda, fazer ou determinar diligências, solicitar outros documentos bem como esclarecimentos, quando imprescindível ao regular cumprimento das disposições normativas que regem o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

13. Conforme *Checklist* (11360974), que acompanha esta Nota Técnica, a documentação apresentada está em conformidade com a legislação que rege o serviço. Ressalta-se que, para fins de instrução processual, os documentos foram conhecidos levando-se em consideração a validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na [Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018](#), especialmente o art. 3º, **caput** e §§ 1º, 2º e 3º. Isso igualmente evita a formalização de reiteradas solicitações de documentos que perdem a validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual, mas que, muitas vezes, são obtidos de forma onerosa às entidades. Reproduz-se:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

14. Em especial, a Radiodifusora colacionou aos autos:

a) Requerimento administrativo, assinado por todos os atuais dirigentes, contendo declaração devidamente firmada pelo seu representante legal, atestando que a emissora se encontra com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização dada pelo Ministério das Comunicações e de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente (8892917);

b) Estatuto social (11216557), devidamente arquivado e registrado no respectivo órgão cartorial, com observância das disposições constantes no art. 291 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#);

c) Ata de eleição da diretoria em exercício (8892859), com mandato válido até 07/06/2025;

d) Comprovantes de maioridade, de nacionalidade e de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) de todos os dirigentes (8892905, 8892894, 8892915, 8892899, 8892864 e 11280792); e

e) Último relatório do Conselho Comunitário (11354194, 11354133, 11354138, 11354144, 11354148 e 11354184), observando-se as disposições do art. 367 da [Portaria de Consolidação GM/MCom nº 1, de 2023](#).

15. Pela análise das informações constantes nos autos, bem como pesquisas realizadas nos sistemas oficiais atualmente disponíveis à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), e considerando-se as Declarações (8892917), as Certidões da Pessoa Jurídica (11360948), as Certidões de

Informações Partidárias (11360969) e o Relatório do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO) (11280263), **não se vislumbra, de forma clara e objetiva, a presença de qualquer estabelecimento ou manutenção de vínculos** que subordinem ou sujeitem a pessoa jurídica detentora da outorga do serviço de radiodifusão comunitária à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais, em desacordo ao art. 11 da [Lei nº 9.612, de 1998](#).

16. O relatório de apurações de infrações (11362149), referente ao período de vigência da outorga, emitido pela Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações (CGFM), informa que não houve a aplicação, de forma definitiva, da penalidade de revogação da autorização. Portanto, entende-se que não há óbice para o prosseguimento da renovação da outorga.

17. Observa-se que os autos se encontram corretamente instruídos. Nesse sentido, a Consultoria Jurídica deste Ministério das Comunicações, por meio do Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11362150), dispensou a análise jurídica individualizada dos processos administrativos cujo objeto diga respeito à renovação da outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, desde que observadas as condições previstas na legislação, a saber:

32. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações:

i) recomenda-se a adoção deste PARECER REFERENCIAL como parâmetro para a análise dos processos administrativos que tratam de pedido administrativo de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária em que a análise técnico-administrativa, realizada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento da renovação da autorização anteriormente concedida;

ii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente manifestação, juntando-se em cada processo cópia do presente parecer referencial, antes do encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, por força do disposto na Orientação Normativa nº 55, da Advocacia- Geral da União - AGU, salvo na hipótese de eventual dúvida jurídica;

iii) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na manifestação jurídica referencial, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica;

iv) constitui atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério das Comunicações, editar a portaria de renovação de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária, na forma da minuta propositiva que segue este pronunciamento (Anexo I), que deverá ser adotada pela SECOE a partir do recebimento deste parecer, sem prejuízo das adoções das medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão;

v) o PARECER REFERENCIAL sob referência não se aplica às hipóteses em que houver manifestação técnica desfavorável à renovação da autorização ou em casos concretos em que houver a interposição de recurso administrativo de decisão administrativa desfavorável à renovação da autorização;

vi) em razão da edição do presente PARECER REFERENCIAL atualizado sobre a matéria, impõe-se a revogação do **PARECER REFERENCIAL N.00001/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, emitido no ano de 2022 pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações - CONJUR/MCOM, razão pela qual referido PARECER não deve ser mais utilizado como manifestação referencial para os casos concretos que tratem do assunto em questão; e

vii) nos termos do **art. 6º[8] da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022**, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação. [grifos no original]

18. Portanto, entende-se que é **dispensável o envio dos autos à unidade consultiva**, para fins de análise jurídica individualizada, uma vez que o caso concreto se amolda ao Parecer Referencial nº 009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11362150).

19. Dessa forma, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opina pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão comunitária.

CONCLUSÃO

20. Com base nessas informações, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Gabinete do

Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à adoção das seguintes providências, em caso de aprovação desta manifestação:

I - envio dos autos ao **Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações**, para apreciação das minutas de Portaria e Exposição de Motivos e posterior deliberação, nos termos do art. 6º, parágrafo único da [Lei nº 9.612, de 1998](#); e

II - em caso de posicionamento favorável ao deferimento do pedido de renovação de outorga, remessa dos autos à **Casa Civil da Presidência da República**, para que sejam adotadas as medidas necessárias para o posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, para análise e decisão na forma do art. 223, § 3º da [Constituição Federal](#).

21. Além disso, pede-se, ainda, o encaminhamento dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas.

22. Posteriormente, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que este Ministério das Comunicações seja notificado acerca da deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da [Constituição Federal de 1988](#), após a qual o processo deve ser remetido ao setor responsável pelos atos relacionados ao licenciamento das estações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Coordenadora de Pós-Outorga e Renovação dos Serviços de Radiodifusão Pública e Comunitária**, em 14/02/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Técnico-Administrativo**, em 14/02/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal**, em 14/02/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11362151** e o código CRC **8E53A50A**.

Minutas e Anexos

Checklist (11360974);

Minuta de Portaria (11362155); e

Minuta de Exposição de Motivos (11362156).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 1º de abril de 2024.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Santa Mariana, estado do Paraná.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 220 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 01/04/2024, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5074232** e o código CRC **96DB5A24** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: Exposição de Motivos 220 2024 MCOM (5074197).

Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos.

Trâmites do Processo:

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 02/04/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5075332** e o código CRC **75297E50** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.041001/2021-16

Nota SAJ - Radiodifusão nº 353 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação da outorga de rádio comunitária (RadCom). Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo nº:	53115.041001/2021-16

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.041001/2021-16, que **renova** a autorização para execução do serviço de **radiodifusão comunitária**, pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SANTA MARIANA**, CNPJ nº 02.575.068/0001-24, na localidade de **Santa Mariana/PR**.
- Pela Lei nº 9.612/1998, denomina-se serviço de **radiodifusão comunitária** a radiodifusão sonora, em Frequência Modulada (FM), operada em baixa potência [\[1\]](#) e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
- Nos termos da Constituição Federal, compete ao Poder Executivo **outorgar e renovar** concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo observar-se, quando a outorga se refere à rádio comunitária, o que dispõe a Lei nº 9.612/1998 e no Decreto nº 2.615/1998, bem como a legislação complementar a ser expedida pelo Ministério das Comunicações - MCOM (conforme prevê o art. 9, inciso I, do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998).
- No exercício da competência que lhe confere o art. 6º da Lei nº 9.612/1998, o MCOM outorgou originalmente a autorização, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal autorização, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comunitária.
- O MCOM é o órgão do Poder Executivo com atribuição para renovar a outorga do serviço de radiodifusão, a ser formalizada mediante portaria, contendo a denominação da entidade, o objeto e o prazo de autorização, a área de cobertura da emissora e o prazo a partir do qual encontra-se renovada a outorga do serviço.
- Mencione-se que o art. 223 da Constituição Federal prevê que a outorga concedida ou renovada pelo Poder Executivo só produzirá efeitos legais após a apreciação do ato pelo Congresso Nacional.
- Nesse contexto, encontra-se a presente a Exposição de Motivos submetida à análise desta Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, a fim de que, uma vez preenchidos os requisitos, o ato do Ministro das Comunicações, que autoriza a renovação da outorga de radiodifusão comunitária, possa ser enviado ao Congresso Nacional, mediante Mensagem a ser expedida pelo Chefe do Executivo.

II - ANÁLISE JURÍDICA

8. Como se verifica, encontra-se submetido à análise desta Secretaria Especial **o ato** do Ministro das Comunicações **que renova a outorga** à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
9. Conforme enuncia o art. 1º da citada Lei e o art. 11 do Anexo ao Decreto nº 2.615/1998, são competentes para executar o serviço de radiodifusão comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e sujeitos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
10. A Lei nº 9.612/1998 estabelece que compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de 10 anos, e prevê a possibilidade de renovação desta autorização por igual período, se cumpridas as exigências legais vigentes.
11. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades educativas e culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 9.612/1998, com o Decreto nº 2.615/1998 e legislação complementar.
12. A entidade que desejar a renovação da outorga deve dirigir requerimento para tal finalidade ao MCOM, entre os doze e os dois meses anteriores ao término da vigência da outorga, de acordo com o art. 6º-A da Lei nº 9.612/1998. Aponta-se que, na hipótese de o trâmite burocrático do Poder Concedente demorar mais do que o previsto, o serviço poderá ser mantido em funcionamento em caráter precário enquanto não haja manifestação sobre o pedido de renovação, conforme previsto no § 1º do mencionado dispositivo legal. Em seguida, a Lei destaca que a autorizada com funcionamento precário mantém todos os seus deveres e direitos decorrentes da prestação do serviço.
13. No que tange à competência, o Anexo ao Decreto nº 2.615/1998 (art. 9º, II), determina que a renovação da outorga para a execução do serviço será expedida pelo Ministério, observados os requisitos da Lei nº 9.612/1998. O mesmo Decreto indica que a outorga (e renovação) de serviços de radiodifusão comunitária será feita através de **autorização**.
14. De acordo com os autos do processo, a **área técnica** do Ministério competente manifestou-se pela possibilidade de renovação. Do mesmo modo, a **Consultoria Jurídica do MCOM** atestou a viabilidade jurídica para a renovação outorga do serviço de radiodifusão comunitária no caso em análise, tendo a outorgada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo.
15. Após a manifestação favorável das áreas técnicas, diante da prévia verificação dos documentos exigidos pela legislação pertinente, o Ministro de Estado publicou a **Portaria** de renovação da outorga.
16. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR (Decreto nº 52.795/1963) indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.
17. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.
18. No caso sob análise, encontram-se presentes os requisitos técnicos e jurídicos, que permitem o envio do ato para o Congresso Nacional, em atendimento ao que preconiza o art. 223, §§ 1º e 3º, da Carta.
19. Por fim, merece registro que eventuais alterações nos documentos e requisitos de habilitação do outorgado, que ocorram durante a tramitação do processo e até que haja a deliberação final que precede a outorga, deverão ser dirimidas pelo próprio Ministério, antes da assinatura do termo que permitirá a produção de efeitos da prestação do serviço de radiodifusão ^[4].
20. Caso contrário, a exigência de atualização de documentos e de renovação da comprovação dos requisitos de habilitação, a cada fase de análise do processo de outorga, acabaria por penalizar o administrado, já considerado devidamente habilitado durante a instrução processual no âmbito do Ministério das Comunicações.
21. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional).

III - CONCLUSÃO

22. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.041001/2021-16, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

DANIEL CHRISTIANINI NERY

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros. Ainda de acordo com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. Entretanto, as características geográficas da localidade e existência ou inexistência de barreiras (naturais ou construídas) à propagação das ondas pode aumentar ou diminuir a extensão da transmissão.

[2] Vide art. 31 do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luq. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 29/05/2024, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 29/05/2024, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 29/05/2024, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5778221** e o código CRC **2BF31E88** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL**

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 374/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.041001/2021-16.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00220/2024 MCOM, de 22 de março de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Santa Mariana/PR.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00220/2024 MCOM(5070997), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.041001/2021-16, acompanhado da [Portaria nº 12.410, de 04 de março de 2024](#), que renova a outorga de autorização do serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, a partir de 8 de novembro de 2022, no município de Santa Mariana, estado do Paraná, para a Associação Cultural de Santa Mariana, inscrita no CNPJ sob nº 02.575.068/0001-24, sem direito à exclusividade, de acordo com o disposto na [Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998](#), e no Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária^[1].
2. Segundo o disposto no inciso II do art. 9º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão Comunitária, compete ao Ministério das Comunicações expedir ato de autorização para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela entidade, das exigências estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, e demais normas legais vigentes, conforme disposto no parágrafo único do art. 6º da referida lei.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00009/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU^[2], de 20/09/2023 (5070985), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 2092/2024/SEI-MCOM, de 14/02/2024 (5074226), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 18, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada, e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Rádio Comunitária de 06/02/2024 (5070984), com a anotação de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que os registros administrativos da entidade devem ser mantidos no [Sistema de Controle de Radiodifusão -SRD](#)^[3], da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que disponibiliza acesso aos dados do canal (5070995).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da entidade, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.575.068/0001-24
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO CULTURAL DE SANTA MARIANA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	BENEDITO ROBERTO DE GODOY
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 10/06/2024 às 09:26 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao processo de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade da entidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do termo aditivo ao contrato de autorização do serviço de radiodifusão comunitária; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede o prosseguimento do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão^[4].

8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 5º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE

Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI

Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Aprovado pelo [Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998](#).

[2] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[3] O [Sistema de Controle de Radiodifusão \(SRD\)](#) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços cuja atualização permanece ininterrupta pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

[4] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 30/08/2024, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 30/08/2024, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 30/08/2024, às 18:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5803009** e o código CRC **32B11455** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.041001/2021-16

SUPER nº 5803009

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MENSAGEM Nº 996

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Brasília, 3 de setembro de 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6056455) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

BIANCA CARILO VALENTE
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Cardilo Valente, Supervisor(a)**, em 04/09/2024, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6056459** e o código CRC **84ABCCA0** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 996, de 3 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 12.410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (6059522).

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 05/09/2024, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, **Secretário Especial**, em 05/09/2024, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6059524** e o código CRC **9BE367B5** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1078/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.410, de 4 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, a partir de 8 de novembro de 2022, a autorização outorgada à Associação Cultural de Santa Mariana, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Santa Mariana, Estado do Paraná.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 05/09/2024, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6061393** e o código CRC **AB1FF37F** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0